

Antônio Fernandes Júnior
Kátia Menezes de Sousa
(organização)

DISPOSITIVOS DE PODER EM FOUCAULT:
práticas e discursos da atualidade



DISPOSITIVOS DE PODER EM FOUCAULT:
práticas e discursos da atualidade



Universidade Federal de Goiás

UFG

Reitor

Orlando Afonso Valle do Amaral

Vice-Reitor

Manoel Rodrigues Chaves

Diretor do CAC/UFG

Thiago Jabur Bittar

Coordenadora do Departamento Editorial CAC/UFG

Maria José dos Santos

Conselho Editorial

Teresinha Maria Duarte, Maristela Vicente de Paula, Eliane Aparecida Justino,
Gleyce Alves Machado, Luciana Borges, Maria José dos Santos.

Antônio Fernandes Júnior
Kátia Menezes de Sousa
(organização)

DISPOSITIVOS DE PODER EM FOUCAULT:
práticas e discursos da atualidade



Prefácio

Diz Positivo: entre o castor e a aranha

DIZER, FALAR, ENUNCIAR, ESCREVER, COMUNICAR, MAIS do que afirmar, é afirmar-se, é constituir-se sujeito na afirmação. Para o filósofo Michel Foucault, o ato discursivo, assim como qualquer outra prática humana, era dotado de positividade, no sentido de que, como um gesto, interferia concretamente no bulício do real, era um acontecimento, era produtivo, recortava objetos, conformava ações, estabelecia relações, constituía sujeitos e subjetividades. Assim como as relações de poder eram positivas, visto que não apenas impediam, negavam, proibiam, reprimiam, mas também incitavam, excitavam, requeriam, agenciavam, convocavam, tramavam ações e reações, os discursos também eram dotados de positividade, pois não apenas copiavam, expressavam, decalcavam, diziam, revelavam, desvelavam, interpretavam as coisas, o mundo, os homens, mas, principalmente, instituíam, inventavam, faziam emergir, conformavam, recortavam, davam visibilidade e dizibilidade a dados objetos, a dados sujeitos, àquilo que chamamos de realidade. O dizer é positivo à medida que ele constitui a superfície do mundo humano, aquele mundo que nos é dado a ver, a ler e a enunciar, em um dado momento histórico e em um dado espaço social.

No ato de dizer, que é social, estabelecem-se relações múltiplas e multidirecionais. Nenhuma fala escapa de uma trama, de uma rede de relações sociais, de poder, desde relações econômicas até relações de significação no interior de uma dada linguagem. Quando um discurso se enuncia ele arrasta para seu interior matérias e formas de expressão de distintos estatutos, ele agencia nomes, enunciados, conceitos, temas, figuras, tropos, práticas e articula-os num tecido, num enredo que os fazem adquirir nova configuração. Os discursos, por seu turno, também não estão isolados no mundo, não funcionam num lugar à parte do restante do social, onde teriam uma existência distinta e privilegiada, como muitas vezes os intelectuais, numa atitude de automitificação, tendem a considerar. Os discursos são coisas entre outras coisas. Eles também se articulam e se enredam num conjunto heterogêneo formado pelos próprios discursos, mas também por instituições, organizações arquitetônicas, leis, proposições filosóficas, ideologias políticas e por práticas das mais distintas ordens. Foi a esse conjunto de relações e articulações em rede, dos discursos e de outras distintas práticas sociais, ao conjunto do dito e do não dito, do discursivo e do não discursivo, que aparece articulado e em funcionamento em dada situação histórica precisa, com objetivos e estratégias que se podem descrever, que Michel Foucault chamou de dispositivo.

Por aparecer na forma de uma grande malha, como uma grande rede que articula em seus nódulos distintas práticas, distintas modalidades de ação, distintas maneiras de fazer, de dizer, de pensar, de se constituir objetos e sujeitos, o dispositivo, como chamou à atenção Deleuze, é da ordem da cartografia. Analisar um dispositivo requer uma nova figura do intelectual, aquela que poderíamos dizer que foi assumida e figurada pelo próprio Foucault. Não mais o intelectual castor, disposto a cavar, a ir buscar nas profundezas uma verdade que se esconde como um tesouro a ser encontrado e desenterrado. Embora se nomeie, em dado momento de arqueólogo, sua escavação, não era para encontrar a pedra de toque, o núcleo duro de uma dada realidade, mas se destinava a fazer uma dada forma de saber, de poder, uma dada configuração de objeto ou de sujeito, retornar a sua condição de dispersão. Mais do que escavar, poderíamos dizer que caberia ao intelectual ciscar, destruindo as ligações, as relações, as conexões que parecem ser

necessárias e permanentes entre dadas palavras e dadas coisas, entre dados conceitos e dados objetos por eles nomeados, entre dados enunciados e dadas formas de pensamento que parecem expressar, entre dados lugares de sujeito e dadas conformações de objetos. Analisar um dispositivo requereria a figura do intelectual aranha, aquele que percorreria a superfície dos fios que constituem uma dada trama, uma dada teia social, que buscaria percorrer as nervuras que constituem dadas formas de objeto, que cartografaria as linhas que constituem uma dada figura de sujeito. Assim como o aracnídeo, o intelectual cartógrafo seria aquele que, ao mesmo tempo que percorre e descreve as linhas que constituem uma dada configuração histórica, uma dada região das práticas, um dado domínio de objeto, um dado lugar de sujeito, constrói, por seu turno, sua própria cartografia, vai desenhando novas linhas de significação, vai armando sua própria teia de sentidos e significados para aprisionar de um dado modo aquilo que recortou na empiria.

Seguindo esse raciocínio, poderíamos dizer que, desde o título, este livro, que você, leitor, tem em mãos, remete à sua condição de dispositivo. Poderíamos dizer que ele se constitui em um livro-teia-de-aranhas, pois é composto de diferentes discursos, de diferentes matrizes disciplinares, que se articulam em torno dos mais distintos temas, que agenciam matérias e formas de expressão as mais díspares. Tendo como único nó a amarrar toda a teia, as referências e o uso do conceito de dispositivo, tal como pensado por Michel Foucault, ele articula distintos discursos que configuram diferenciados lugares de autoria. Podemos dizer que nele trabalham distintas aranhas, das famílias as mais diversas, conformando um livro que desenha uma superfície de projeção, um plano de consistência, que permite distintas conexões disciplinares, distintas leituras e apropriações. Lembrando Deleuze, poderíamos dizê-lo um livro rizoma, que tende mais a se espalhar ou a se espriar na horizontal, mediante múltiplas relações que pode estabelecer, sendo, por isso mesmo, ele próprio um dispositivo aberto a diversificados agenciamentos, um livro máquina, disponível para, com ele, ser feito um trabalho; com ele, algo se produzir, mais do que, com ele, algo se apreender ou apreender. Mais do que um convite ao mergulho, à verticalidade do olhar, mais do que um livro que convoca o leitor toupeira, disposto a chafurdar o

texto, ele convida o leitor abelha, que se alimenta e, ao mesmo tempo, serve de terceiro elemento num processo de fecundação, ao esvoaçar por sobre a diversidade do cardápio constituído pelos textos-flores aqui reunidos. Ler e produzir, ler como produção, leitura como criação, e não como cópia e repetição; leitura como fecundação do novo, como partenogênese.

Livro feito de travessias e transversalidades, de rosto arlequinal ou mestiço, parecendo, por vezes, feito de retalhos e fragmentos disparatados, sem fazer conjunto, desconjuntado, ele se sustenta por uma transversal que constitui a discussão em torno da relação entre dispositivos, discursos e produção de subjetividades. De corpo sarapantado, pelerine de oncinha estrelada em suas mãos, leitor, este livro convida você a com ele fazer constelação, constelar, entrar em estado de estrela, de planeta ou de cometa, para criar no céu da boca novos discursos, novos dizeres. Em todos os textos que o constituem, em todos os capítulos, uma dada modalidade de relação entre um dado dispositivo (a mídia, a literatura, a sexualidade, o cinema, a televisão, a propaganda), dadas modalidades de discurso e os correlatos processos de subjetivação, os lugares e modelos de sujeitos que põem em circulação, que põem em comércio. Tendo a contemporaneidade como a temporalidade privilegiada de reflexão, estes textos cartografam algumas das paisagens subjetivas, discursivas e políticas mais significativas de nosso tempo. Livro que serve como instrumento para tentarmos nos situar em relação ao nosso presente, habilitando-nos a fazer a sua ontologia, ambição maior do filósofo francês. Você tem aqui textos que obedecem à maneira de usar seu pensamento, que foi tão estimulada por Foucault, o uso criativo, proliferante, rizomático de seu próprio pensamento, fazendo-o ir para longe de si mesmo, já que sabia, mais do que ninguém, que esse si mesmo jamais existia; diferenciar-se de si, afastar-se cada vez mais para longe das próprias figuras de sujeito que a ele foram atribuídas ou por ele mesmo desenhadas. A maior homenagem que podemos prestar ao pensamento de Foucault, se é possível alguém ocupar esse lugar equívoco de sujeito, que seria o lugar de autor foucaultiano, é à custa de conjurar a sua presença, de usá-lo para tomar distância em relação ao que ele produziu, de fazer seu pensamento, seus conceitos, como o de dispositivo, operar em lugares, para tratar de temas e de realidades com as quais nunca lidou.

O dizer positivo é, justamente, aquele que faz emergir novas positividades, que faz aparecer novas configurações de saber, que faz surgir novos objetos para o saber e que nessa aventura simulam novos sujeitos de discurso. Convido o leitor a enredar-se, a emaranhar-se nessa teia que se estende à sua frente. Nela poderá ter encontros felizes, outros talvez nem tanto, mas é que é da natureza de todo dispositivo só poder ser avaliado a partir de seu funcionamento. Nenhum dispositivo pode ser descrito e analisado senão quando sua máquina começa a funcionar, quando ele maquina, quando conecta as distintas peças e distribui as distintas funções que o constituem. No seu caráter maquínico e transversal está sua diferença em relação à noção de estrutura. Foi para escapar dessa noção, onipresente nos anos sessenta do século passado, nos meios acadêmicos franceses, que Michel Foucault elaborou a noção de dispositivo. Se seria possível descrever uma estrutura na sua arquitetura estática ou nas suas relações de coexistência e coextensão, como uma árvore de relações ou de gavetas classificatórias, o dispositivo só pode ser analisado em sua usinagem, quando está em movimento, sendo, portanto, formas em permanente deformação, figuras que se desfiguram, relações que se articulam e desarticulam, conexões que se fazem e se desfazem, quiproquó em ebulição, caos ordenado situacionalmente, peças em permanente condição de jogo, campo minado ou movimentando por múltiplos lances e jogadas. Espero que esse livro também tenha, para você, leitor, essa configuração móvel, que lhe permita fazer entradas as mais diversas; ele é um templo de doze portas; a porta pela qual você escolher se aventurar lhe dará acesso a diferentes caminhos, a distintas trajetórias, a vários rumos, a distintas jornadas, terminando por desenhar, como num labirinto, diferenciadas possibilidades de percurso, de curso, de discurso. Pense positivo, seja positivo, aventure-se.

Natal, 20 de janeiro de 2014
Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Sumário

- 13 Apresentação – O livro: suporte de dispositivos
| Antônio Fernandes Júnior
| Kátia Menezes de Sousa
- 23 Dispositivo, discurso e produção de subjetividades
| Pedro Henrique Varoni de Carvalho
| Vanice Maria Oliveira Sargentini
- 35 Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia
| Carlos Piovezani
| Luzmara Curcino
- 53 Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia
| Antônio Fernandes Júnior
- 69 Dispositivos discursivos: da criança ao devir-criança em *Hoje é dia de Maria*
| Maria Aparecida Conti

- 87 Discurso, dispositivo de poder e subjetivação do aluno hiperativo
| Bruno Franceschini
| Cleudemar Alves Fernandes
- 109 Dispositivo correccional de menores infratores: entre o dito e o não dito
| Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais
- 123 Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre medo e bem-estar
| Kátia Menezes de Sousa
- 149 Respostas a uma urgência: a medicalização da virilidade no século xx
| Denise Gabriel Witzel
| João Marcos Mateus Kogawa
- 171 Dispositivo da sexualidade, discurso da mídia e o corpo feminino
| Pedro Navarro
- 195 Poder, saber e sujeito no dispositivo da moda
| Humberto Pires da Paixão
- 221 Dispositivo audiovisual: percursos de uma construção teórico-analítica
| Nilton Milanez
| Cecília Barros-Cairo
| Analyz Pessoa Braz
- 233 Sobre os autores

Apresentação

O livro: suporte de dispositivos

| **Antônio Fernandes Júnior**

| **Kátia Menezes de Sousa**

PODERÍAMOS, COM FOUCAULT, COLOCAR O LIVRO, qualquer livro, como objeto? Seria ele uma ferramenta, um instrumento dos dispositivos que cercam, tratam, ajudam a constituir os objetos (loucura, sexualidade, prisão, literatura etc.)? Talvez possamos chamá-lo de suporte, domínio.

Tomar o livro como espaço de inscrição de diferentes dispositivos levamos a conceber essa ferramenta, que se constitui de um feixe de relações de força (saber/poder), como portadora, também, de diferentes discursos. Como o livro não se configura como algo natural ou transcendental, mas cruza um domínio construído, então ele está sujeito às operações históricas que o constituíram e com as quais dialogam. Se o discurso “não move a história”, mas é “movido por ela e seus inseparáveis dispositivos” (Veyne, 2011, p. 59), assim o livro e os discursos nele inscritos poderão atuar como dispositivos de poder, produzindo sujeitos, saberes e modos de vida que podem ser construídos nas práticas de leitura. Resta-nos entender quais mecanismos possibilitam esse movimento de captura daquele que, em contato com o livro, como objeto que se dá a ler, se vê enredado na trama dos discursos. Qual é a rede que liga o livro às práticas discursivas e não discursivas, às leis e instituições?

Por outro lado, a proposta deste livro configura-se como uma produção metadiscursiva, pois o toma como um objeto portador de dispositivos e discursos e, como desdobramento, reúne estudos sobre o conceito supracitado, focalizando-o a partir de diferentes objetos de análise, demonstrando sua abrangência nas relações de poder na atualidade. Trata-se de um livro visto como um suporte de dispositivos e um livro sobre dispositivos.

A organização deste livro é resultado de algumas inquietações de um grupo de pesquisadores de diferentes lugares do Brasil diante das discussões desencadeadas pela noção de dispositivo em Michel Foucault e das reflexões acerca da produtividade dessa noção em análises dos discursos que constituem a nossa atualidade. O termo “dispositivo” aparece, inicialmente, na obra de Foucault na década de 1970, em sua fase denominada genealógica, como relativo a técnicas, estratégias e formas de assujeitamento postas em ação pelas relações de poder. Considerando que dispositivo tenha sido um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault, Agamben (2009) informa que ele o usa quando começa a pesquisar aquilo que chamava de “governabilidade” ou de “governo dos homens”. Foucault vai tratar de dispositivos disciplinares, de poder, de saber, de sexualidade, de segurança. É no livro *História da sexualidade I: A vontade de saber* (1999), que ele pormenoriza a relação entre dois dispositivos, “de aliança” e “de sexualidade”, e, mais tarde, comentando sobre a obra, explica que dispositivo é um conjunto heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas; o dito e o não dito, sendo, portanto, a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Em vários de seus escritos, Foucault vai mostrar que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, pois eles funcionam, antes, como uma rede de dispositivos ou de mecanismos à qual nada ou ninguém escapa. São práticas ou relações de poder que existem de fato, o que significa compreender que o poder é algo que se exerce, se efetua e funciona discursivamente.

As relações de poder serão exercidas por meio de dispositivos, a partir da construção da sociedade de biopoder, que passa a trabalhar com mecanismos de disciplina dos corpos dos indivíduos e com mecanismos de controle da população, voltando-se para o corpo-espécie, ocupando-se da proliferação dos seres humanos, dos nascimentos e da mortalidade, do nível de saúde e da longevidade da massa de pessoas.

Duas noções movimentam o exercício da problematização das práticas discursivas que constituem os objetos de investigação dos autores que aqui se apresentam: dispositivo e biopoder. Como analistas do discurso filiados à tradição francesa da disciplina, os autores procuram compreender as relações que aproximam essas noções de outras, como enunciado e discurso, que também definiram e constituíram o método de estudo das diversas práticas.

Assim, podemos considerar que a unidade construída pelos artigos que se seguem situa este livro no espaço heterogêneo das práticas discursivas da atualidade, que, amarradas à rede enunciativa de diferentes formações discursivas e atravessadas pelos discursos da mídia, possibilitam ou mascaram as suas visibilidades e dizibilidades, constroem subjetividades e constituem-se como elementos de dispositivos.

Os artigos que integram esta coletânea apresentam-se em uma ordem aleatória, dada a diversidade de temas problematizados por cada autor.

O primeiro artigo, intitulado “Dispositivo, discurso e produção de subjetividades”, de autoria de Pedro Henrique Varoni de Carvalho e Vanice Maria Oliveira Sargentini, analisa como o conceito de dispositivo se forma e se sustenta, avaliando se é possível que ofereça contribuições para os estudos do discurso, propondo o desafio de tratar das materialidades sincréticas do discurso. O texto mostra que uma das principais funções do dispositivo seria, conseqüentemente, a capacidade de atuar na produção de subjetivação e que o foco está no discurso, que deve ser visto tanto como produtor de dispositivos quanto atravessado por eles. O objetivo é identificar seus rastros nas materialidades sincréticas, por onde o sentido desliza do som à imagem, da língua ao gesto. Para isso, tomam para a análise o filme *Tropa de Elite dois*, dirigido por José Padilha.

Em seguida, o artigo “Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura da mídia”, de Carlos Piovezani e Luzmara Curcino, busca elucidar a importância dessa noção de “dispositivo” para a obra de Foucault e suas eventuais contribuições para a Análise do Discurso, no que concerne ao interesse desse campo de saber pelas formas que ordenam o dizer, em sua produção e interpretação. Empreendem, então, uma retomada da definição de dispositivo para realizarem, em seguida, uma exposição de alguns exemplos, com o propósito de destacar certas identidades e diferenças entre as noções de “discurso” e “dispositivo” e algumas perdas e ganhos implicados nos usos dessas noções nos estudos do discurso. Finalmente, os autores propõem um exercício de reflexão sobre a possibilidade de apreenderem-se “dispositivos” de fala pública, a saber, o palanque, o rádio e a televisão, que representam e sintetizam o modo como predominantemente são concebidas as relações sociais em distintos contextos históricos, e de se compreender um dos elementos que constitui o dispositivo moderno de controle do olhar leitor, que é a leitura de textos oriundos da mídia.

Para discutir os processos de subjetivação construídos na sociedade de controle, focalizando-os a partir da conexão com os dispositivos de poder produzidos na atualidade, Antônio Fernandes Júnior, em “Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia”, problematiza o conceito de dispositivo como categoria de análise vinculada aos exercícios de poder e de práticas de subjetivação que incidem sobre o sujeito na canção *Você só pensa em grana*, de Zeca Baleiro. Busca apreender como o consumo, o lazer e a própria relação afetiva veem-se atravessados por dispositivos de poder que incidem sobre os discursos produzidos pelos sujeitos na canção e como estes se ligam às técnicas do biopoder que marca a sociedade de controle.

Maria Aparecida Conti, em “Dispositivos discursivos: da criança ao devir-criança em *Hoje é dia de Maria*”, propõe-se a seguir o fio da meada que constrói o discurso sobre a criança em nossa sociedade, para entender a constituição identitária da criança Maria na minissérie *Hoje é dia de Maria*. Procura sondar o dispositivo do saber/poder que objetiva/subjetiva a criança e a coloca como representante do bem pela religiosidade judaico-cristã para vê-la transformada

no conceito devir-criança em *Hoje é dia de Maria*. Demonstra que a escolha das imagens, e não de outras, utilizadas na minissérie está diretamente relacionada com os discursos que frequentemente representam a criança em nossa sociedade: um ser frágil, apegado às brincadeiras e a brinquedos.

O estudo proposto por Bruno Franceschini e Cleudemar Alves Fernandes em “Discurso, dispositivo de poder e subjetivação do aluno hiperativo” retoma a noção de dispositivo para verificar como os discursos sobre o aluno hiperativo são produzidos e legitimados por dispositivos de poder e saber que promovem construções identitárias sobre esse sujeito. Investe na questão do governo do aluno hiperativo e nas formas de governo desse sujeito da educação na prática discursiva midiática constituída pelos saberes escolar e médico e procura refletir sobre como, no discurso, ocorre o estabelecimento de condutas a respeito dele. A análise proposta segue por dois trajetos temáticos, com vistas à compreensão do modo como se dá a produção discursiva de efeitos de identidade sobre o sujeito aluno hiperativo, a saber: a) como o TDAH é conceituado na perspectiva médica? b) como o TDAH é diagnosticado segundo o saber médico?

“Dispositivo correccional de menores infratores: entre o dito e o não dito”, texto de Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais, inicia-se com a constatação de que é preciso reconhecer que existem formações discursivas distintas, que se relacionam de maneiras diferentes com as práticas de recuperação de menores infratores no Brasil. Diante da multiplicidade de maquinarias que determinam a verdade provisória daquilo que somos, a autora propõe a mobilização da categoria teórica de dispositivo, por considerá-la produtiva para a reflexão sobre o sistema correccional de menores e a sua configuração disciplinar, situada entre o dito (linguístico) e o não dito (domínio das práticas). O objetivo do trabalho é depreender a função exercida pelos discursos no interior daquilo que se designa metodologicamente como *dispositivo correccional de menores infratores*. Partindo do princípio de que o dispositivo surge, em um dado momento histórico, como resposta a uma urgência, e que ele se constrói na relação do discurso com um conjunto de práticas institucionalizadas, o artigo analisa instrumentos legais e depoimentos, articulando-os às medidas concretas que estão implicadas no processo de responsabilização criminal de menores infratores.

No artigo “Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre medo e bem-estar”, Kátia Menezes de Sousa, motivada pela divulgação de números alarmantes de violência, procura analisar os discursos que possibilitam a construção da insegurança nos espaços urbanos e aqueles que constituem as estratégias de erradicação dessa mesma insegurança. Busca apoio em Foucault para a problematização dos discursos que constroem o dispositivo de segurança na atualidade. A autora toma alguns enunciados midiáticos que de alguma forma discorrem sobre os mecanismos de segurança e seu funcionamento. O objetivo centra-se na busca de compreender como eles atuam, mediante técnicas de saber e de poder, para a efetivação e o fortalecimento das formas de controle da população empreendidas pelo biopoder e de que forma a população se constitui, ao mesmo tempo, como objeto e sujeito desses mecanismos de segurança.

O artigo seguinte, “Respostas a uma urgência: a medicalização da virilidade no século XX”, de Denise Gabriel Witzel e João Marcos Mateus Kogawa, ensaja fazer funcionar, como ferramenta analítica, o conceito de dispositivo tal como desenvolvido por Foucault em *História da Sexualidade*, particularmente em *A vontade de saber*, para caracterizar algumas formas do viril a partir das quais pode ser possível considerar a virilidade como um dispositivo, articulando-a com uma das principais funções dessa categoria, que é a de se constituir como uma resposta a uma urgência histórica. Para isso, descreve procedimentos discursivos utilizados em anúncios publicitários de medicamentos que dão relevo às articulações entre a medicalização e a fabricação do sujeito viril, (re)produzindo discursos inscritos num quadro dos saberes de ordem médica que normatizam estrategicamente os papéis e as funções desse na sociedade contemporânea. Dois aspectos são destacados: a (im)potência sexual e a força física garantida pela ingestão de tônicos e suplementos. A análise pretende demonstrar que a virilidade e o sujeito viril daí derivados são efeitos discursivos, ou seja, são sócio-historicamente produzidos, mantidos e/ou reinventados.

O objeto de investigação do artigo “Dispositivo da sexualidade, discurso da mídia e o corpo feminino”, de Pedro Navarro, surge de um arquivo constituído a partir de revistas direcionadas ao público feminino, nas quais a ideia

de “mulher liberal” apresenta-se como um dos elementos de regularidade, em meio à dispersão de discursos cujo “princípio de diferenciação” é a relação entre sexualidade, corpo e subjetivação. O foco de interesse recai sobre a noção de dispositivo da sexualidade, com a finalidade de compreender como se materializa o processo de subjetivação, a partir do qual, em enunciados desse arquivo, procura-se produzir verdades sobre a sexualidade da mulher. São analisadas, assim, as formas de discursivização da confissão, considerada também como uma peça fundamental do referido dispositivo, e o modo como o poder lança luz sobre o corpo da mulher, produzindo enunciados de saber sobre o sexo e obrigando-a a falar, por meio da confissão, sua verdade.

O texto de Humberto Pires da Paixão, “Poder, saber e sujeito no dispositivo da moda”, traça como objetivo a discussão de aspectos relacionados ao universo da moda, aproximando-o da noção de dispositivo. Diante disso, intenta-se uma reflexão acerca da pertinência da utilização dessa ferramenta teórica, bem como das noções de poder, saber e sujeito, na tentativa de apreensão e compreensão do universo das roupas e das indumentárias. Uma das perguntas que procura responder é se a moda seria um dispositivo no qual articulam-se poder e saber na/para a constituição e controle de determinados sujeitos. Com base na noção foucaultiana de dispositivo, lida com alguns tópicos que operam e devem ser considerados nas investigações dos processos relacionados à moda, na tentativa de entender o regime de poder-saber que sustenta o discurso da/sobre a moda e que forja determinadas subjetividades.

Finaliza a coletânea o artigo “Dispositivo audiovisual: percursos de uma construção teórico-analítica”, de autoria de Nilton Milanez, Cecília Barros-Cairo e Analyz Pessoa Braz. Os autores constroem uma proposta diferente dos demais capítulos deste livro, pois, em vez de ir aos teóricos e aos conceitos, eles empreendem uma reflexão sobre o modo como o conceito de dispositivo de M. Foucault aparece nos trabalhos de pesquisa do Labedisco/CNPq/UESB. O texto apresenta uma abordagem sobre o trajeto de estudos que o grupo produziu com as teorias da AD e, mais especificamente, com a obra de Foucault. Segundo os autores, o conceito de dispositivo em Foucault apareceu e passou a constituir as bases teórico-analíticas dos trabalhos de pesquisa em desenvolvimento, a partir de seguintes eixos de investigação: a) dispositivo

como relação de tática de estratégia diante de um objeto discursivo; b) mobilização do dispositivo por meio do *a priori* histórico; c) posicionamento do dispositivo entre atualidade e materialidades audiovisuais; d) embate do corpo com as leis, regras e estratégias que o dispositivo de cada época impõe. Trata-se de um estudo que se manteve atento aos “sussurros da história” e à sua emergência nas produções audiovisuais que o Labedisco vem desenvolvendo.

Os textos que compõem este livro abordam o conceito de dispositivo de poder a partir de diferentes objetos de análise, demonstrando a sua proficuidade na problematização de questões que atravessam a contemporaneidade, como a moda, as técnicas de segurança, a virilidade, o consumo, os modos de ler/falar etc.

Agamben (2009), no artigo “O que é um dispositivo?”, persegue, em uma parte do texto supracitado, o pensamento foucaultiano, com o objetivo de apreender a importância desse conceito na obra de Foucault. Ao longo de sua argumentação, afirma que o termo “dispositivo” configura-se como uma nomenclatura “essencial” do pensamento do filósofo. Antes de se afastar do “mestre”, Agamben conclui, com Foucault, que os dispositivos “devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito” (p. 38). Esses conceitos, segundo o autor, têm como função controlar, governar e orientar os gestos e os pensamentos humanos. Após desprender-se, em parte, da analítica foucaultiana, Agamben amplia o conceito de dispositivo, estendendo-o para outros objetos que também atuam na construção de sujeitos, ou a tudo aquilo que cumpre a função de capturar, governar, conduzir etc.

Na lista de “novos dispositivos” encontram-se a caneta, o celular, a literatura e “a própria linguagem”. Mas o que torna a caneta ou um livro, por exemplo, um dispositivo? Ou: que dispositivos possibilitam que eles se tornem elementos de capturação/modelação/orientação do sujeito? A resposta pode ser buscada em Foucault (1979), quando, após indicar as características de um dispositivo (dito e não dito, discursivo/não discursivo, leis/instituições), indica ser esse conceito a “rede” que atravessa esses elementos diferentes. Assim, não é o celular ou o livro em si que cumpre a função de dispositivo, e sim os valores e/ou discursos que a história inscreve neles, tornando-os elementos integrantes dos processos de subjetivação na atualidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

VEYNE, Paul. *Foucault. Seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Dispositivo, discurso e produção de subjetividades

| **Pedro Henrique Varoni de Carvalho**

| **Vanice Maria Oliveira Sargentini**

DA ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE DISPOSITIVO COM OS ESTUDOS DO DISCURSO

A produtividade do conceito de dispositivo, conforme proposto por Michel Foucault, é uma das questões que se põem neste artigo. Procuraremos analisar como tal conceito se forma e se sustenta, avaliando se é possível que ofereça contribuições para os estudos do discurso. Podemos considerar como ponto de apoio e de partida o gesto pecheutiano (Pêcheux, 1983 [1990]; Pêcheux et al., 1971 [2007]) de tomar de empréstimo a noção de formação discursiva de Foucault, ainda que a deslocasse, fazendo nela intervir o materialismo histórico. Ainda nesse percurso de construção e retificações teóricas pelo qual passou a Análise do Discurso, apoiamo-nos também na tese de J. J. Courtine (1981[2009]), que articula a noção de formação discursiva com a de enunciado, a partir das reflexões de M. Foucault (1968, [2004]) em *A arqueologia do saber*.

Se inicialmente, em *As palavras e as coisas* (Foucault, [1966] 2000) e em *A arqueologia do saber* (Foucault, [1968] 2004), a preocupação de

estudo recaiu sobre a descrição das “epistemes”, compreendidas como um arcabouço metodológico que, de uma perspectiva arqueológica, era capaz de descrever as relações que existiram em uma dada época entre os diferentes domínios de saberes – epistemes renascentista, clássica e moderna –, em um segundo momento, a atenção de Foucault voltou-se para investigar genealogicamente os diferentes dispositivos que se organizavam por meio das relações de poder. A passagem de uma análise arqueológica de descrição das epistemes para uma genealógica, voltada para a descrição dos dispositivos (carcerários, disciplinares, de poder, de sexualidade, entre outros) instala a produtividade desse conceito, que nos interessa avaliar no campo dos estudos do discurso.

O dispositivo EM DIÁLOGO: Foucault, Deleuze e Agamben

Para abordarmos o conceito de dispositivo, mobilizaremos três textos de diferentes autores. O primeiro texto a que faremos referência é a entrevista de Michel Foucault ([1979] 1985) na obra *Microfísica do poder*, em que o filósofo discorre sobre a noção de dispositivo. O segundo texto é de Gilles Deleuze (1996), no qual o filósofo esboça suas reflexões acerca desse conceito proposto por Foucault. A partir dessas referências e de uma terceira – a análise do filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) sobre a noção de dispositivo em Foucault –, pretendemos discutir, de forma breve, como esse conceito apresenta-se produtivo metodologicamente no desenvolvimento de pesquisas. A força de um conceito é tanto maior quanto o número de perguntas que as reflexões são capazes de suscitar. Neste caso, são as seguintes as questões que nos inquietam: como se dá a relação entre dispositivo e discurso? Como esse conceito pode nos auxiliar no desafio de tratar das materialidades sincréticas do discurso? Até que ponto esse conceito pode contribuir metodologicamente para os estudos do discurso?

Foucault (1985) define dispositivo como um conjunto heterogêneo, formado por discursos, instituições, estruturas, organizações arquitetônicas, leis, enunciados, proposições filosóficas, o dito e o não dito e a rede entre

esses elementos. O dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou mais configurações de saberes, dos quais ao mesmo tempo ele nasce e é por ele condicionado. É um instrumento que tem sua eficácia, seus resultados, que produz alguma coisa na sociedade, que é destinado a ter um efeito.

É ainda sobre uma dessas atribuições que gostaríamos de nos deter: o dispositivo como uma rede. A ideia de rede deve-se, em nosso entendimento, à visão da história como um processo descontínuo, fragmentado, nutrin-do uma visão na qual, ainda que em meio à dispersão, é possível visualizar regularidades. Deleuze (1996) fala de “linhas”, num sentido que entendemos bastante próximo daquele de rede. As linhas possibilitam a ligação de um enunciado a outro, de uma formação discursiva a outra, bem como a organização dos arquivos. Nesse contexto, os dispositivos seriam, ao mesmo tempo, algo criado pelas práticas discursivas e não discursivas (como dizia Foucault durante o período em que explicitava uma separação entre essas duas práticas) que iria se constituindo numa espécie de base de sustentação para que a rede imaginária tecesse suas linhas – de um dispositivo a outro, um movimento que se dá, sobretudo, na relação dos sujeitos com as práticas discursivas, entre o passado recente e o futuro próximo.

A primeira e incontornável pergunta que se impõe para quem trabalha com a Análise do Discurso de linha francesa é: até que ponto a noção de dispositivo pode ser articulada com a de discurso? Foucault (1985) é bastante claro, em sua entrevista, ao apontar que o conceito de dispositivo engloba o discursivo e o não discursivo e que não considera esse um ponto relevante – “meu problema não é linguístico” (p. 247). A preocupação central na trajetória do pensamento de Foucault são as relações entre saber, poder e subjetividade, diz-nos Deleuze (1996). Não se pode dizer que essa também não seja uma preocupação dos analistas de discurso, entretanto, o modo de apreensão dessas relações dá-se a partir da análise do enunciado, tomado como o átomo do discurso, ainda que se considere que ele se assente em uma materialidade não exclusivamente linguística.

Para Deleuze (1996), a historicidade dos dispositivos deriva dos regimes de visibilidade e enunciação. A história é tecida pelo que se mostra e o

que se diz, cujo avesso é o não visto e o não dito. Nesse sentido, parece-nos possível demarcar a importância do discursivo – a ponte com a historicidade – no funcionamento de um dispositivo como uma linha diferenciada à medida que articula passado e futuro. E podemos ir além. Foucault vê no dispositivo uma função estratégica. Num determinado momento da história, por exemplo, foi necessário criar dispositivos como as penitenciárias ou os hospitais psiquiátricos para separar os criminosos e os loucos do restante da sociedade, ou seja, como dissemos, as práticas discursivas também determinam os dispositivos a serem criados.

O dispositivo define-se basicamente, de acordo com Deleuze (1996), pelo caráter de novidade e criatividade. Mas no campo do discurso – se formos coerentes com as ideias de Foucault – a busca é pelas regularidades, ou seja, a partir de um dispositivo novo, quais são as regularidades geradas ou, ainda, quais regularidades antecedem a criação do novo dispositivo? É possível, mesmo, uma aproximação entre a noção de dispositivo e de acontecimento, tendo em vista que ambos irrompem como novidade, como elementos que criam novas linhas e desestruturam a ilusão de continuidade dos processos históricos. Novidades sempre relativizadas, na medida em que todo enunciado tem um domínio de memória. As práticas discursivas revolvem o terreno, trazem à tona discursos outros, o já dito alhures.

Seguindo as reflexões de Foucault em *Vigiar e punir* (1987), podemos compreender como os dispositivos relacionam-se com o poder. Não há, para o autor, um exercício de poder sem a instalação de um dispositivo. Nos estudos sobre a história da prisão, ele mostra como três fases, não consideradas como históricas, cronológicas ou sucessivas, estão envolvidas no exercício da punição. São três maneiras distintas que se apresentam nessa organização da punição; podemos dizer três dispositivos que, embora respondam por períodos históricos diferentes, ocorrem também de forma simultânea. Para recuperar tal estudo sobre as formas de punição do fim século XVIII e do século XIX, recorreremos ao Quadro a seguir, que nos mostra as três técnicas de poder que se organizam em torno dos dispositivos.

Quadro – Técnicas de poder e dispositivos

	Dispositivo 1, desencadeado a partir do direito monárquico: punição é um cerimonial de soberania – Suplicio	Dispositivo 2, desencadeado a partir do projeto dos juristas reformadores: punição pretende a requalificação – Punição	Dispositivo 3, desencadeado a partir do projeto de instituição carcerária: punição é uma técnica de coerção dos indivíduos – Disciplina
1	O soberano e sua força	O corpo social	O aparelho administrativo
2	A marca	O sinal	O traço
3	A cerimônia	A representação	O exercício
4	O inimigo vencido	O sujeito de direito em vias de requalificação	O indivíduo submetido a uma coerção imediata
5	O corpo supliciado (o corpo objeto de suplicio)	A alma cujas representações são manipuladas	O corpo treinado

Fonte: Foucault (1987)

A punição apresenta-se como um cerimonial de soberania no período monárquico; são as marcas rituais da vingança que recaem sobre o corpo do condenado (inimigo vencido), produzindo e alimentando um efeito de terror aos que o assistem. No projeto dos juristas reformadores, a punição pretende requalificar os sujeitos de direito para a sua aceitação no corpo social. Atinge-os por meio de representações:

Representação de seus interesses, representação de suas vantagens, suas desvantagens, seu prazer e seu desprazer; e se acontece que o castigo se apossa do corpo, lhe aplique técnicas que não tem nada a invejar aos suplicios, é na medida em que esse corpo é – para o condenado e para os espectadores – um objeto de representação. (Foucault, 1987, p. 147)

No terceiro dispositivo, de instituição carcerária, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos. A aplicação da pena dá-se sobre o corpo, o tempo, os gestos, as atividades diárias e também sobre a alma, na medida em que é a sede dos hábitos. Segundo Foucault (1987, p. 150), estão aí

três séries de elementos que caracterizam os três dispositivos que se defrontam na última metade do século XVIII. Não podemos reduzi-los nem a teorias de direito (se bem que eles lhes sejam paralelos) nem identificá-los a

aparelhos ou a instituições (se bem que se apoiem sobre estes), nem fazê-los derivar de escolhas morais (se bem que nelas encontrem eles suas justificações). São modalidades de acordo com as quais se exerce o poder de punir. Três tecnologias de poder.

Deleuze (1996) prioriza na sua análise a produção de novas subjetividades na relação dos sujeitos com os dispositivos. Ele separa as linhas de força (as relações de poder) das linhas de subjetivação que se situam no intervalo entre um dispositivo e outro, espécie de limite entre o que somos e o que não somos mais. Acreditamos ser esse um ponto de vista interessante para se pensar o dispositivo a partir do discurso, e não se sobrepondo a ele. Uma das principais funções do dispositivo seria, conseqüentemente, a capacidade de atuar na produção de subjetivação.

Em nossos estudos sobre o discurso político (Sargentini, 2011, 2012), pudemos perceber, por exemplo, como, com o advento de novas tecnologias, houve uma mudança significativa nas falas públicas brasileiras – do palanque ao rádio, deste à televisão e atualmente às redes sociais –, em sua diversidade. São novos sujeitos que se formam a partir da relação com os dispositivos.

As reflexões de Deleuze podem ser articuladas com as do filósofo italiano Giorgio Agamben (2009), cuja maior contribuição é trazer um dado contemporâneo à análise, qual seja o de que a vida atual é inflacionada por dispositivos. A proliferação acentuada de dispositivos seria castradora do processo de subjetivação. A rede, inflacionada por dispositivos, não daria espaço aos processos, às linhas de subjetivação. O sujeito – esvaziado de si – vaga de dispositivo em dispositivo, que acentuam apenas o mecanismo de controle. Na não verdade do sujeito, já não há a produção de novas subjetividades, deixamos de ser sem nos tornarmos outro. A ideia de dispositivo tem, portanto, estreita vinculação com a de sujeito. Como sabemos, o pensamento de Foucault concebe o sujeito como uma posição, um lugar institucional a ser ocupado por diferentes indivíduos. E, ainda, um mesmo indivíduo vivencia múltiplos sujeitos: o pai, o empregado da fábrica, o religioso etc. A inflação de dispositivos pode ser pensada também como um sintoma da limitação do sujeito ao papel de consumidor/controlado. É como se a rede

o levasse de um dispositivo a outro, sem o intervalo necessário para que faça suas próprias escolhas, para que seja “mestre de si mesmo”, na bela figura descrita por Deleuze (1996).

Nesse cenário é vital a lembrança de outra vertente do pensamento de Foucault: a de que a todo poder corresponde uma resistência que busca, também, o poder. Assim, a resistência também tece suas redes (e atua nas existentes), amparada pelo mecanismo de funcionamento dos discursos, na forma como cada enunciado atualiza uma memória. É a história que retorna na forma de um enunciado outro que irrompe na rede e demonstra que existem outras possibilidades, outros dispositivos que recuperam a capacidade de produção de novas subjetividades. A complexidade da sociedade moderna – com infinitas redes e conexões (sobretudo a partir da criação de um dispositivo como a Internet) – abriga, sim, a realidade do sujeito desposuído de si, vagando de dispositivo em dispositivo, como o telespectador insone com o controle remoto, na imagem de Agamben (2009). Mas dá lugar também a redes de resistência na forma de organizações não governamentais (ONG), de movimentos anticonsumistas, *slow-food* e a uma variedade de estilos de vida que convivem com o padrão dominante num embate de poderes e resistências. Também contra a inflação de dispositivos se resiste.

É precisamente esse jogo entre poderes e resistências e sua relação com os processos de subjetivação que mais interessa à pesquisa com a qual estamos envolvidos (Carvalho, 2013). Numa síntese superficial, podemos defini-lo como a interseção entre o poético e o político, a partir da trajetória do artista/ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, a qual consideramos como um processo de produção de subjetividades diversas – o cantor, o tropicalista, o músico das africanidades, o político, algo que também se dá na relação com os dispositivos. A televisão, que permitiu a irrupção do artista; o exílio, que o fez transitar pela cultura europeia e ao mesmo tempo provê-lo de um olhar estrangeiro sobre a brasilidade; o reconhecimento mercadológico transformando-o num astro da música popular; e, finalmente, as conjunturas políticas que representaram sua ida para o Ministério da Cultura no Governo Lula. Práticas discursivas, dispositivos, produção de subjetividades, rede entre esses elementos são noções que podem se juntar a outras já consolidadas

pela Análise do Discurso, tais como a formação discursiva, o interdiscurso e o intradiscurso, para dar conta da reflexão que se buscou empreender nessa pesquisa. O próprio tropicalismo – resultante de práticas discursivas no ambiente cultural brasileiro dos anos 1960 – torna-se um novo dispositivo fundamental nos caminhos futuros do artista.

O foco é o discurso, que deve ser visto tanto como produtor de dispositivos quanto atravessado por eles. Há um acontecimento instigante na trajetória de Gilberto Gil: sua apresentação como artista/ministro numa cerimônia da ONU em protesto contra os atos terroristas, sobretudo o assassinato do embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Trata-se de um desses momentos em que é possível ver no movimento dos discursos certo embaralhamento marcadamente contemporâneo entre os campos da arte e da política. O plenário da ONU é um dispositivo que ao mesmo tempo autoriza e limita os discursos. A flexibilização dessas regras, presente na apresentação de Gilberto Gil, dizem respeito a um contexto bastante específico: a necessidade de encontrar formações discursivas de resistência ao terrorismo. A música com mensagens pacifistas, cujo apelo remete ao mesmo tempo aos ritos do corpo e do espírito, torna-se, assim, discurso de resistência; que isso se dê com a canção brasileira, surgida nos festivais de televisão dos anos 1960, é revelador dessa relação, que não se pode perder de vista, entre dispositivos, práticas discursivas e interdiscurso.

Assim, numa tentativa de aproximarmos-nos de algo que seja um esboço de respostas para as perguntas sugeridas no primeiro parágrafo deste artigo, é possível dizer que as relações entre discurso e dispositivos são estreitas, na medida em que, como dissemos, as práticas discursivas seriam, em última instância, os elementos produtores de diferentes dispositivos. Se o regime dos enunciados está na ordem da historicidade do dispositivo, então nos parece correto afirmar que todo dispositivo principia pelo discurso.

A segunda pergunta relativa à utilização ou não do conceito de dispositivo para a análise das materialidades sincréticas parece encontrar sua resposta na positividade. Se todo dispositivo tem suas linhas de enunciado/discurso – conforme Deleuze (1996) –, é preciso identificar esses rastros também nas ditas materialidades sincréticas, por onde o sentido desliza do

som à imagem, da língua ao gesto. Os dispositivos são transformadores do sujeito e, por consequência, do discurso. Um dispositivo sem sujeito é matéria fria, inerte. A preocupação do analista não deixa de ser – seguindo a herança de Foucault – o movimento do sujeito como produção de sentido, buscando na rede as linhas da base linguística (a língua que fala e se cala nas imagens, nas músicas etc.). Não importa a Internet em si, a televisão em si, o jornal em si. É o movimento do sujeito por esses dispositivos que produz sentido, nós na rede. E o sujeito movimenta-se e isso pode ser flagrado a partir da linguagem.

O MOVIMENTO DOS DISCURSOS E DOS DISPOSITIVOS

Temos um exemplo recente no Brasil bastante significativo para demonstrar o movimento dos discursos e dos dispositivos. O filme *Tropa de Elite dois*, dirigido por José Padilha, tornou-se o mais visto na história do cinema brasileiro, desbancando uma produção da década de 1970, *Dona Flor e seus dois maridos*. Como o título sugere, *Tropa de Elite dois* é a continuação de um enredo, *Tropa um*, que mostrava um policial, Capitão Nascimento, violento e intolerante com as práticas de corrupção. O primeiro filme foi chamado de fascista pela crítica, que parece não ter percebido nele uma construção a partir de um sujeito – o policial – que tem de lidar com uma estrutura corrupta e violenta. A história foi contada desse ponto de vista, estratégia que não significa necessariamente a adesão do diretor ou do roteirista à visão de mundo do personagem; antes parece reveladora da complexidade do tecido social.

No segundo filme, o mesmo personagem tem uma ascensão social – passa a comandar a polícia e torna-se subsecretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, ocupando, portanto, não só novos dispositivos como também diferentes posições-sujeito, que lhe revelam outros níveis de corrupção (as razões da ONG humanista etc.). A continuidade do personagem num segundo filme deve-se à forma como o primeiro Capitão Nascimento criou identificações com o público. O filme ressoou nas ruas, nas redes sociais, nos ambientes corporativos e a partir dessa interação voltou às telas.

As práticas discursivas foram além. Ao sucesso do segundo filme somou-se uma articulada ação de resistência ao tráfico de drogas no espaço público do Rio de Janeiro. Os telejornais exibiram durante dias uma inflação de imagens dessas operações, destinadas a restaurar a presença do Estado nas favelas cariocas. Atores, roteiristas e diretores foram convidados a opinar sobre a situação real da criminalidade, uma vez que o enredo do filme é o resultado de pesquisas sobre o funcionamento da polícia, do crime organizado, das milícias. O filme revela uma profundidade que o jornalismo tateia, mas não consegue atingir. Não é demais lembrar, por exemplo, a morte de Tim Lopes, jornalista investigativo da Rede Globo, assassinado, ao que se sabe, por seu aprofundamento na investigação do crime organizado nas favelas cariocas. O jornalismo tem limites que a ficção não conhece.

É possível reconhecer a estratégia de utilização de um dispositivo – o cinema de ficção – para mostrar o que o jornalismo, ou mesmo o cinema documental, não consegue: a complexidade do tráfico nas favelas cariocas e suas conexões com a política, a vida na comunidade. Parece claro que esse enredo, se não inspirou, ajudou a deflagrar uma situação real, a operação militar de retomada das favelas cariocas pelo Estado. Nas entrevistas aos telejornais, era possível ver, sob a “máscara” dos comandantes reais, a sombra de um herói nacional ficcional – o Capitão Nascimento. Houve uma recuperação da autoestima policial a partir da humanização do Capitão Nascimento, consequência do processo de subjetivação na relação dele com os dispositivos.

E o movimento do discurso nesse processo, como se dá? É preciso rastrear nesses dispositivos – o filme, a operação policial – os regimes de enunciados e visibilidade que, conforme Deleuze (1996), são a chave para a historicidade. Como *Tropa dois* dialoga com *Tropa um*, como os dois filmes se inscrevem num arquivo, a história do cinema brasileiro, até que ponto o segundo filme pode ser pensado como uma capitulação do diretor às acusações de fascismo? É preciso partir do efetivamente enunciado – o filme em si – para buscar as redes discursivas que o levam ao mundo real. Qual linha liga as formações discursivas ao dispositivo cinematográfico? Como o

discurso segue transformado dessa relação? Ao analista cabe manter o foco no seu objeto, o discurso – atravessado por dispositivos –, com o poder de mudar a trajetória do primeiro, mas não impedir o seu movimento.

A complexidade das questões aqui formuladas torna este artigo uma espécie de tentativa de mapear os pontos principais de uma reflexão ainda a ser feita, articulando o conceito de dispositivo com o de discurso e ambos à necessidade de a Análise do Discurso dar conta das materialidades sincréticas predominantes no mundo contemporâneo. A riqueza da obra de Foucault, em suas várias linhas, sempre está nos estimulando a sair dos lugares seguros.

ReFeRêNCias

AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

CARVALHO, P. H. V. *A voz que canta na voz que fala: poética e política na trajetória de Gilberto Gil*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2013. 294p.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: Edufscar, 2009.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Veja, 1996.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. et al. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. In: BARONAS, R. (Org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, 2007.

SARGENTINI, V. M. O. Discurso e História em diferentes materialidades do discurso político. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). *Memória e História na/da Análise do discurso*. Campinas, SP: Mercado de Letras, v. 1, p. 203-215, 2011.

_____. A Análise do Discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, M. R. V.; KOGAWA, J. M. M. (Orgs.). *Análise do Discurso e Semiologia: problematizações contemporâneas*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica, 2012.

Fazer, pensar, dizer e olhar:
dispositivos de fala pública e de leitura da mídia

| **Carlos Piovezani**

| **Luzmara Curcino**

O dispositivo não aparece como um neologismo gratuito na obra de Foucault.

Raffnsøe

A hipótese que pretendo propor-lhes é que a palavra “dispositivo” é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault.

Agamben

INTRODUÇÃO

O dispositivo não corresponde a uma palavra qualquer no trabalho do filósofo. Mediante seu emprego, Foucault visa a conceber e nomear um conjunto de formas históricas (não exclusivas, embora predominantes) de agenciamento e de coerção do saber e do poder que atuam em um dado tempo e espaço e que se materializam de formas diversas. Graças à sua manifestação material, torna-se possível apreender certos indícios desse mecanismo geral, dessa rede que regula a ação, o pensamento, os dizeres dos indivíduos e que fazem deles sujeitos.

Dada a importância dessa noção de dispositivo para a obra de Foucault e suas eventuais contribuições para a Análise do Discurso, no que concerne ao interesse desse campo de saber pelas formas que ordenam o dizer, em sua produção e interpretação, empreenderemos aqui uma breve retomada de sua definição. Faremos, em seguida, uma rápida exposição de alguns exemplos

de dispositivos; depois, levantaremos certas identidades e diferenças entre as noções de “discurso” e “dispositivo” e sobre algumas perdas e alguns ganhos implicados nos usos dessa última nos estudos do discurso. Finalmente, proporemos um exercício de reflexão, por meio do qual ventilaremos a possibilidade de apreenderem-se dispositivos de fala pública e de leitura de textos oriundos da mídia.

DISPOSITIVO: Da PaLaVRa aO CONCeItO

Com base em distinções propostas pelos autores gregos, a tradição retórica latina concebe a *dispositio* como uma das cinco operações de que se deve valer um bom orador. O Quadro a seguir traz o esquema traçado por Barthes (1970, p. 197), a partir do qual podemos entender melhor o lugar e a função da *dispositio* na teoria e na prática do bem falar.

Quadro – Operações a serem seguidas pelo bom orador, segundo a retórica clássica latina

1. <i>INVENTIO</i> <i>Euresis</i>	invenire quid dicas	Buscar o que dizer
2. <i>DISPOSITIO</i> <i>Taxis</i>	inventa disponere	Organizar, ordenar o que se vai dizer.
3. <i>ELOCUTIO</i> <i>Lexis</i>	ornare verbis	Acrescentar palavras e figuras com vistas à ornamentação.
4. <i>ACTIO</i> <i>Hypocrisis</i>	agere et pronuntiare	Produzir o discurso como um ator: com gestos e dicção adequados.
5. <i>MEMOIRE</i> <i>Mnmé</i>	memoriae mandare	Recorrer à memória.

Fonte: Barthes (1970)

A *dispositio*, portanto, diz respeito à composição propriamente dita do texto. Trata-se, depois do agenciamento dos argumentos, de dispô-los nas partes do discurso, de modo a garantir-lhes impacto e eficácia. Ela desempenha uma função econômica, na medida em que permite evitar o desperdício e a insuficiência; idealmente, nada é desnecessariamente repisado, tampouco indevidamente omitido. Por seu intermédio, cada elemento da *inventio* é colocado em seu lugar mais apropriado e conveniente.

Não apenas no âmbito da retórica, mas também em vários outros domínios, a ideia de colocar as coisas em seus devidos lugares parece estar sempre presente nos usos da palavra “dispositivo”. Segundo algumas acepções encontradas em dicionários contemporâneos, o termo “dispositivo” diz respeito: a algo que prescreve, que ordena; a um conjunto de ações planejadas e coordenadas, implantadas por uma administração visando algo; à disposição de partes de um mecanismo/máquina (Houaiss; Villar; Franco, 2001). Derivado etimologicamente do latim *dispositio, onis*, do qual também provém a palavra “disposição”, dispositivo parece conservar, na condição de conceito foucaultiano, certas propriedades inscritas na palavra desde suas origens relativas, tais como “ordem, composição, estrutura, habilidade, administração, governo, prescrição”. Sintetiza, assim, a ideia de que o dispositivo diz respeito “a um conjunto de práticas e mecanismos [...] que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato” (Agamben, 2009, p. 35).

Na obra de Foucault, essa palavra assume um papel conceitual importante, ao reconhecer que o dispositivo de poder é uma instância produtora das práticas discursivas (ou não). Por isso, seu interesse em responder “em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de um certo número de enunciados, de discursos e, conseqüentemente, de todas as formas de representações que podem formá-los e deles provirem/derivarem” (Foucault, 2003, p. 14).

O autor apresenta, retrospectivamente, uma explicação do que entendia por *épistémè*, quando de sua preocupação com os saberes, ou seja, sua análise da constituição das ciências humanas, valendo-se para isso do termo “dispositivo”:

Voltando um pouco no tempo, eu definiria uma *épistémè* como o dispositivo estratégico que permite escolher, entre todos os enunciados possíveis, aqueles que poderão ser aceitáveis no interior, não digo de uma teoria científica, mas de um campo de cientificidade, e a respeito do qual se poderá dizer: é falso, é verdadeiro. É o dispositivo que permite separar não o verdadeiro do falso, mas o inqualificável cientificamente do qualificável. (Foucault, 2001, p. 247)

Em um dos mais célebres passos de sua obra, em que o filósofo apresenta uma definição da noção de dispositivo, ele o descreve como uma rede

de relações de força com função estratégica que se estabelece entre os elementos que compõem um conjunto heterogêneo de “discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito”, responsável por condicionar certos tipos de saber e que, reciprocamente, são condicionados por eles, graças a relações de poder difusas (Foucault, 2001, p. 244-246).

Ainda segundo o autor, o dispositivo corresponde a uma formação que, em um momento dado, teve por função estratégica responder a uma urgência, ao que ele exemplifica com a absorção de uma massa de população flutuante que era excessiva e incômoda para uma economia de tipo mercantilista, cujo imperativo serviu como matriz de um dispositivo que se converteu pouco a pouco no dispositivo de controle-sujeição da loucura, da doença mental, da neurose (p. 244).

Em Foucault, portanto, o dispositivo parece referir-se a uma tecnologia composta de partes organizadas e articuladas entre si e agenciadas de tal modo que condicionam um campo de ação. O dispositivo indica um aparelho e um agenciamento, em cujo efeito normativo sobre certos espaço e tempo são produzidas determinadas disposições dos sujeitos a certas práticas, ou seja, por sua ação cria-se uma propensão histórica a certas ações, no interior de um conjunto de várias possibilidades.

DISPOSITIVOS IDENTIFICADOS POR FOUCAULT E COURTINE

Essas formações estratégicas, ou conjuntos de elementos, que se dão a ver e que se constituem de saberes e poderes em relação a uma dada sociedade, podem ser exemplificadas com as análises de Foucault sobre os diferentes dispositivos de agenciamento da sexualidade, por meio de formas de confissão: o prazer, dos antigos; a carne e o pecado, dos cristãos; a sexualidade, dos modernos; e talvez a hipersexualidade, dos contemporâneos. Assim, respectivamente, o sexo é objeto da filosofia, cuja prática e reflexão orientam-se pela busca de equilíbrio; da religião, que o permite na procriação, o interdita de modo geral e sempre o concebe como “queda”;

da ciência natural, que o entende como fenômeno fisiológico, anatômico e psíquico a ser conhecido; e da mídia, que o compreende como lugar privilegiado de contínua e intensa excitação e de gozo irrestrito, relacionado com o hegemônico imaginário de que não apenas temos direito aos deleites do corpo e do consumo, mas, antes, temos a necessidade e a obrigação da estimulação e do desfrute ininterruptos, sempre produzidos e jamais saciados pela fetichização de seres e coisas, que cada vez mais diminuem ou sequestram nossa humanidade.

É também por meio da identificação de distintos dispositivos que Foucault traça as diferenças fundamentais entre as sociedades de soberania, de disciplina e de controle. No que concerne à punição de seus criminosos, os dispositivos de suplício e de encarceramento distinguem-se fundamentalmente, na medida em que o primeiro é permeado pelo direito de morte que o soberano possui sobre o condenado, ao passo que o segundo remete ao poder sobre sua vida de que estão dotadas as instituições do Estado. Essa flagrante diferença encontra-se sintetizada nas seguintes palavras de Paul Veyne (2008, p. 18):

Não é suficiente dizer que, sob o Antigo Regime, os castigos eram atrozes, o que demonstra como seria a rudeza de seus costumes. Nos horríveis suplícios dessa época, a soberania real investe-se com toda sua força sobre o sujeito rebelde, para fazer mensurar aos olhos de todos a enormidade do delito e a desproporção de forças entre esse rebelde e seu rei, exemplificada cerimoniosamente no suplício que efetiva sua vingança. Com a chegada do Iluminismo, a punição infligida no lugar discreto de um aparelho administrativo especializado torna-se preventiva e corretiva; a prisão será uma técnica coercitiva de correção para instaurar novos hábitos no cidadão que não respeitou uma lei.

Já as indicações de Foucault sobre a sociedade do controle, conforme sugere Deleuze (1986), permitem-nos pensar na relativa substituição da punição pela reabilitação e reintegração social do condenado, cujos crimes e devida conduta não são somente lembrados e expostos na tortura em praça pública ou no fechamento vigiado da prisão, mas estão, sobretudo, permanentemente presentes na ininterrupta “difusão de informação” do universo midiático, que nos prescreve sutil e cordialmente regras de conduta.

De modo análogo ao que nos proporciona uma abordagem discursiva, na qual facilmente reconhecemos as diferenças no que aparenta ser o mesmo dizer, a atenção dispensada na identificação de diversos dispositivos possibilita a Foucault demonstrar que as práticas e as ideias de superioridade e de contracepção definitivamente não são as mesmas em condições históricas distintas. Enquanto no Antigo Regime a superioridade está baseada em fatores hereditários, com fundo socioeconômico, e pode ser resumida num enunciado como “Nosso sangue é superior”, no século XIX essa “mesma ideia” remete a algo muitíssimo diferente, ou seja, à problemática ambivalente da evolução e da degeneração dos povos, cuja síntese consistiria, por exemplo, no enunciado “Nossa raça é superior” (Foucault, 2001, p. 270-271). Quanto à contracepção, na esteira de Foucault, é possível compreender que a mesma frase, a saber, “É preciso empreender uma política contraceptiva”, não corresponde ao mesmo enunciado de um mesmo discurso, tampouco se inscreve num mesmo dispositivo quando corresponde a evitar a geração de crianças e a promover sua sobrevivência (Foucault, 2001, p. 275).

De inegável inspiração foucaultiana,¹ a obra de Jean-Jacques Courtine apresenta dispositivos nos quais o rosto e o corpo são concebidos na descontinuidade da história. Em *História do rosto*, escrito em conjunto com Claudine Haroche, fica demonstrado que invariantes antropológicas como “O corpo fala” e “O rosto é a janela da alma” – cujo funcionamento assenta-se na possibilidade de identificar-se o que se passa invisivelmente na alma dos sujeitos, a partir do que se mostra de modo expresso nos traços visíveis de suas faces – predominantemente significam marcas fixas que denotam o caráter no século XVI, expressões móveis que manifestam paixões no século XVII e signos voláteis que exprimem sentimentos nos séculos XVIII e XIX (Courtine; Haroche, 1988).

Se os sentidos do rosto modificam-se no decurso da história, o corpo, em geral, e o anormal, em particular, também sofrem consideráveis alterações.

¹ Identidades e diferenças entre as obras de Foucault e Courtine foram por nós concebidas e expostas em Piovezani (2009a).

Ele foi durante muito tempo, antes de um seu desencantamento, uma maldição diabólica, e até o fim do século XIX e começo do XX, um “monstro” que pode ser exibido em feiras e espetáculos públicos; uma anomalia anatômica de um ser humano que não pode ser objeto de diversão e exposição, considerada em distintos momentos como deformidade ou deficiência, que deve ser tratada em hospitais, clínicas, sanatórios, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ou como mera diferença, que deve ser incluída (Courtine, 2008). Assim, o corpo que foge às regras anatômicas já foi objeto diabólico a ser morto ou exilado; já foi um ser monstruoso, a ser exibido; um ser orgânico não suficientemente desenvolvido, a ser tratado; um deformado e/ou deficiente, que desperta compaixão; e, finalmente, é hoje um ser humano diferente e especial, que deve ser integrado e incluído entre os demais membros de nossa sociedade.

POSSIBILIDADES, USOS E LIMITES DO DISPOSITIVO NA AD

Considerando o interesse particular que a obra de Michel Foucault, em sua Arqueologia, apresenta para um analista do discurso, graças a seus postulados teóricos e metodológicos, é-nos importante, ainda que brevemente, apresentar algumas identidades e diferenças entre essa noção e a de *dispositivo*, assim como possíveis benefícios e inconvenientes de seu emprego na AD, de modo a compreendermos em que medida esta última pode contribuir para as análises que realizamos sobre a condição histórica de objetos simbólicos contemporâneos.

Embora empregadas em momentos distintos da obra do filósofo, essas duas noções compartilham o princípio segundo o qual as ações dos sujeitos não são fruto das escolhas de cada indivíduo nem da condição universal do humano; são oriundas e reguladas pelas condições de possibilidade e de controle historicamente produzidas. Logo, *discurso* e *dispositivo* abordam em comum os modos e as razões pelas quais são estabelecidas continuidades e descontinuidades dos saberes, das práticas e, conseqüentemente, dos modos de “ser sujeito a” e de “ser sujeito de”, ao longo da história.

Identidade, portanto, em relação ao princípio que compartilham, segundo o qual toda e qualquer ação dos sujeitos é regulada e funciona segundo

uma ordem histórica. No entanto, a relação entre essas noções também é atravessada pela diferença, uma vez que foram empregadas em momentos distintos da obra de Foucault, ao se ocupar de objetos e problemas também distintos, e cujo escopo variou significativamente. O enfoque, quando da abordagem do *discurso*, na fase arqueológica que se ocupava do *saber*, dizia respeito às condições de possibilidade e controle do dizer. Quando do emprego de *dispositivo*, na fase genealógica, o autor predominantemente focalizou o *poder* e as condições de possibilidade e controle não apenas do dizer, como também do fazer, do ver, logo, do ser.

Outro aspecto em comum entre essas noções é o fato de serem regidas pela lógica da unidade e da dispersão, segundo a qual é possível, diante de um conjunto disperso, amplo e variado de enunciados, de práticas, de objetos, identificar uma “rede de inteligibilidade”, por meio da análise, por um lado, da repetição/regularidade/estrutura que rege a produção desse conjunto, e, por outro, da diferença/raridade/acontecimento que lhe é própria. A descrição e compreensão do caráter “raro” de toda e qualquer produção simbólica do sujeito, para o sujeito, e que faz do indivíduo um sujeito são o objetivo último e comum que compartilham essas duas fases e que norteiam os usos das duas noções: discurso e dispositivo.

Tendo em vista as identidades e diferenças entre essas noções, é conveniente refletir sobre o que talvez pudesse ser alguns benefícios e inconvenientes da incorporação da noção de dispositivo aos estudos em AD. Sem dúvida, sua consideração permite aos analistas do discurso congregar novas instâncias simbólicas (como a voz, as imagens, o corpo, a arquitetura etc.) e com isso explicar mais consequentemente uma série de fenômenos que nos fazem interpretar o mundo e nele e com ele interagir de maneira ‘rara’. Além disso, essa noção permite-nos aprofundar a dimensão histórica que regula os dizeres, mas também as ações e as formas de ser de uma dada sociedade.

No entanto, diferentemente do que encontramos na Arqueologia, não há na fase genealógica uma explicitação de um trajeto metodológico que oriente nossas análises, de modo que nos seja facilmente possível operacionalizar a noção de dispositivo. Não se encontra na obra do autor um

desdobramento metodológico do uso dessa noção, tal como ocorre em relação à de discurso, e de sua articulação escalar e sistemática entre o enunciado, de um lado, e a formação discursiva e o arquivo, de outro. Embora não impeça seu emprego conceitual em trabalhos de Análise do Discurso, essa falta de explicitação metodológica exige-nos um esforço de abstração e de transposição conceitual para o contexto de nossas análises e de nossos objetos, de maneira não necessariamente segura e precisa.

Ainda que o discurso, concebido prioritariamente em sua manifestação linguística na fase arqueológica, seja um lugar privilegiado para observar a produção das práticas, das relações de poder e dos sujeitos, a abordagem de Foucault na Genealogia incorpora outras materialidades e objetos, cujas unidades e formas de articulação não são explicitadas da mesma maneira, tal como ocorre na Arqueologia.

Foucault define *dispositivo* afirmando que, quando conseguimos isolar ‘estratégias de relações de força que suportam tipos de saber e vice-versa’, então, temos um *dispositivo*. Entretanto, ele não explicitou os limites da técnica: há componentes que devem ser considerados nesta descrição? Há alguma exigência de complexidade nesta grade? Há limites para os tipos de prática que podem ser analisados? (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 134)

Além da dificuldade metodológica que o emprego da noção de dispositivo nos coloca, a sua própria definição e emprego na obra de Foucault é variável e sujeita a deslizamentos, de modo a ser utilizada por vezes como sinônimo de discurso, e este de dispositivo, tal como observa Courtine (2011, p. 25): “O discurso deve ser compreendido a partir do que Foucault nomeia por ‘dispositivo’, ou seja, um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de ideias, de atos e de práticas, de palavras e de textos, de ditos e de não ditos”.

O desdobramento dos estudos de Foucault, em particular em relação ao emprego, em suas identidades e diferenças, das noções de discurso e de dispositivo, leva-nos a tomar o discurso em uma compreensão mais ampla, como instância de controle não apenas do dizer, mas também do fazer, e que se dá a ver pelos dizeres e fazeres. Essa compreensão a aproxima em muito da concepção de dispositivo, tal como definido anteriormente.

DISPOSITIVOS DE FALA PÚBLICA: O PALANQUE, O RÁDIO E A TEVÊ

Foi na tentativa de melhor compreender as propriedades e transformações do discurso político brasileiro contemporâneo que buscamos interpretá-lo à luz de uma distinção entre três dispositivos de fala pública, a saber, o palanque, o rádio e a televisão, que representam e sintetizam o modo como predominantemente são concebidas as relações sociais em distintos contextos históricos (Piovezani, 2009b). Abaixo retomamos alguns passos dessa nossa reflexão.

Falar francamente, em uma autêntica situação de interlocução, é um dos efeitos mais almejados por um discurso frequentemente taxado de mentiroso. Esse estigma que persegue o discurso político, pelo menos desde a Antiguidade, é reforçado por fatos históricos mais recentes, pelo funcionamento do próprio campo discursivo político nas democracias representativas, pelas denúncias midiáticas de escândalos políticos e pelo atual processo de produção dos discursos políticos na tevê. Tudo se passa como se ao calor da sinceridade da ágora helenística, dos púlpitos medievais e dos palanques modernos fosse contraposta a frieza falsa dos contatos televisivos. Nesse deslocamento do antigo para o moderno, três alegorias poderiam ser entrecruzadas em uma caracterização da fala pública contemporânea: a eletricidade, o esporte e o gênero feminino. Poderíamos, então, pensar a prática de falar em público sob o signo da passagem *from fire* [do ambiente eloquente] *to the electrified fireside chat*:

Por volta de 1905, a eletricidade foi capturada em lâmpadas incandescentes que podiam ser usadas de maneira segura nas residências particulares. Da mesma forma que a eletricidade transformou nossos lares e vidas, as metáforas elétricas suplantaram as metáforas do fogo. “A eloquência de um falante estimulava todos os demais a algo próximo de um ponto de expressão; já os atuais falantes fazem de seus ouvintes bons condutores e receptores da fala; e esses últimos são postos uns contra os outros pelo seu próprio silêncio, imposto por conta da loquacidade exclusiva daqueles que falam. A capacidade de eletrificar um público, para usar uma expressão moderna, é valiosa para o falante, e em alguns casos, ela se torna indispensável”, escreveu Emerson, um antologista, em 1903. (Jamieson, 1988, p. 51)

Essas imagens sugerem que o contato entre o falante e o ouvinte pode ser concebido como uma “condução elétrica”, mas testemunham paradoxalmente o surgimento de uma “política sem contato”, a partir da irrupção das tecnologias elétricas e eletrônicas da comunicação na vida pública. Um dos efeitos da fala implicados nessa metáfora consiste na passagem de um espetáculo pirotécnico, no qual as palavras e os gestos do orador são chamadas que aquecem e até queimam seus ouvintes, para um fluido elétrico gelado e descarregado sobre o público. Trata-se então de uma produção menos espetacular de energia ardente em sua fonte e de uma manutenção mais discreta da corrente elétrica, cuja função é a de religar a grande distância que separa os dois polos da comunicação. A ênfase desloca-se da origem para a circulação da energia produzida, indicando um relativo aumento da sensibilidade em relação aos efeitos promovidos sobre a audiência. Desse modo, a fala pública inscreve-se em um esquema da comunicação e começa a deixar o domínio retórico, no qual se privilegia o orador. No fim do século XIX e início do século XX, o aparecimento de uma problemática da comunicação, em sentido amplo, parece ser, ao mesmo tempo, o reflexo das mudanças tecnológicas na transmissão da voz e um dos signos da dessacralização da fala autoritária.

O abrandamento dos tons enfáticos, a decadência dos longos pronunciamentos e a rarefação dos monólogos, em benefício da conversação, fazem com que seja o esporte, e não a guerra ou o conflito ideológico, a alegoria mais adequada para caracterizar a fala política televisiva. As disputas eleitorais são menos sangrentas hoje do que eram ontem, ainda que os golpes baixos sejam frequentes nas “campanhas negativas”. A analogia mais conveniente entre a competição política e a esportiva não parece ser a luta, mas a corrida, a “corrida presidencial”. Em ambas encontraremos, por exemplo, o vencedor e o vencido, as equipes, os líderes e os árbitros, que se apresentam em um jogo quase desprovido de espírito agonístico, mas repleto da livre concorrência do mercado. A lógica esportiva capitalista não se restringe a regular o funcionamento do âmbito político, mas atravessa e modela vários domínios da vida. O esporte político é a continuação da guerra por outros meios. A luta de classes, os embates ideológicos, o recuo das paixões bélicas e da veemência verbal promoveram uma “democracia esportiva”, na qual a

assistência se parece mais com simpatizantes de uma determinada tendência ou com torcedores eventuais de um time interessante do que com militantes apaixonados por uma causa.

Embora haja certa despolitização da política, quando ela se assemelha a uma competição esportiva, existem, ao menos, duas vantagens, uma propriamente política e outra conceitual, no gesto de pensá-la sob esses termos. A política como esporte, nas sociedades democráticas, supõe uma concorrência contínua e uma tensão menos aguda, visto que a vitória não é definitiva, praticamente não há longas interrupções na disputa democrática, mas somente pequenas pausas que permitem ao ganhador provisório retomar o fôlego. O espetáculo é permanente tanto no esporte quanto na política. É justamente essa a segunda vantagem de que falávamos: pensar a política como esporte permite conceber a competição política em sua instância espetacular. O esporte e a política apresentam aspectos espetaculares desde tempos remotíssimos, mas o espetáculo em ambos os domínios adquirem novas formas e dimensões, a partir do surgimento dos *media* de comunicação de massa. Não há, portanto, nada de novo no fato de a política ser um espetáculo, mas há alguma novidade no fato de os homens políticos não serem mais os mestres soberanos dessa espetacularização. De certo modo, a política incorporou e foi incorporada por um espaço espetacular, com lógica, formas e conteúdos próprios, aos quais o discurso político teve de se adaptar, para seduzir ou, ao menos, para sobreviver.

Desde longa data, a sedução e a perdição mantêm laços estreitos com o universo feminino. Helena, as Sereias, Vênus e Eva fascinaram os homens e representaram a ruína masculina. Com vistas a se acomodar ao meio televisivo e a tentar convencer sua audiência, o discurso político feminizou-se. Na Antiguidade Clássica, conforme já observamos, a medicina hipocrática pressupunha que os corpos podiam ser quentes ou frios, respectivamente, segundo a pertença ao gênero masculino ou feminino. Daí derivava a participação masculina na *polis*, no calor da vida pública, e a permanência feminina no *oikos*, nos recônditos da vida privada. O corpo e a fala masculina na ágora grega são quentes e essa temperatura manifesta-se nas “acaloradas” intervenções dos oradores, nas assembleias helênicas. Mas ao passarmos *from*

fire to the electrified fireside chat e da guerra ao esporte pleno de *fair play* nas práticas de fala pública, passamos também de um estilo enérgico e viril a uma maneira mais íntima, branda e “feminina” de falar em público, de modo que os debates e os pronunciamentos enfáticos, que exploravam a força dos gestos e a potência da voz, tendem a se transformar em conversas privadas, de tom ameno, tão ao gosto feminino, segundo não poucos estereótipos. Um certo arquétipo sempre atrelou a suavidade e a delicadeza das formas femininas à tentação, ao prazer e à queda dos homens.

A televisão possibilita a superação de imensas distâncias existentes entre os interlocutores, ajuda a baixar as altas temperaturas dos embates políticos e consolida um estilo dialógico de falar em público, mas sobre seu funcionamento recaem graves suspeitas e duras acusações. Além de outros fatores que já mencionamos, o processo de produção dos atuais discursos políticos na tevê reforça sua pecha de mentirosos, mas, ao mesmo tempo, desenvolve um conjunto de estratégias com vistas a livrar-se dela. Esse processo consiste no próprio controle sobre as instâncias de produção e de interpretação dos discursos políticos contemporâneos. Se suspendermos as distinções entre formas e substâncias do fazer e do dizer, e se não separarmos conteúdo e expressão, podemos sustentar que o controle exercido pela ordem da liquidez instaura simultaneamente a rapidez dos fluxos do capital, a velocidade da produção de bens e serviços de consumo e o dinamismo da circulação de informações, que quase instantaneamente tornam-se obsoletas. A fala pública agenciada por essa ordem incorporou em seu funcionamento os modos de ação e as astúcias da liquidez. No discurso político contemporâneo transmitido pela tevê, observamos uma consonância entre a supressão de elementos característicos de sua memória, a heterogeneidade e a brevidade de suas configurações semióticas, a rapidez dos modos e meios de sua circulação e das formas de recepção que ele projeta.

Nas discursividades políticas contemporâneas predominam: i) *a ideologia do apagamento da ideologia*; ii) a formulação multissemiótica fragmentada, que se manifesta em gêneros, sequências verbais e imagéticas, fórmulas e expressões que privilegiam a velocidade e a autorreferência entre diferentes

setores da mídia; iii) os suportes nos quais essas discursividades materializam-se e mediante os quais elas circulam rapidamente na sociedade. Boa parte dos discursos políticos brasileiros de nossos dias caracteriza-se por prometer soluções imediatas, enunciadas em textos curtos e compostos e em céleres ritmos de transmissão. Essas características discursivas coadunam-se muito bem com práticas políticas de um dispositivo da prensa, tais como a prioridade na construção de obras a ser concluídas no tempo de uma gestão administrativa, a execução emergencial de reparos e/ou instalações na iminência dos pleitos eleitorais e a inauguração de prédios e instituições públicas antes mesmo de sua finalização e entrega.

DISPOSITIVO DE LEITURA DA MÍDIA: OS TEXTOS E O OLHAR LEITOR

Considerando que as práticas dos sujeitos são reguladas pela ordem sócio-histórica não somente em relação ao que é dizível, mas também ao que é visível e ao que é dado a ver em certo momento histórico, por e para determinados grupos sociais, remetemos aqui à discussão que realizamos em outro texto (Curcino, 2011) sobre certas coerções que sofre nosso olhar nas ditas sociedades democráticas ocidentais, em particular relativas e manifestas por dados protocolos de leitura em textos da mídia, que não apenas indiciam as práticas de leitura de que nos valemos, como também atuam como injunções ao modo de ler.

Tendo em vista que o dispositivo pode ser concebido como um mapa, como um feixe de relações de força (de saber e de poder) que se estabelecem em uma dada sociedade, de modo difuso e responsável pelas coerções que fazem falar, agir e ver de um modo e não de outro, por meio de elementos concretos e variados (textos, prédios, corpos etc.), a consideração da existência abstrata desse mapa, cuja totalidade apenas pode ser pressuposta graças ao acesso a alguns de seus elementos concretos, pode contribuir em nossas análises dessas unidades para a apreensão, descrição e compreensão mais consequentes dos discursos que regem nossos modos de ser.

Por causa de nosso trabalho de pesquisa sobre a leitura, sobre os discursos que regulam essa prática no presente, fomos levados a tentar apreender

um dos elementos que constituiria o dispositivo moderno de controle do olhar leitor. Constatamos uma acentuação da velocidade no movimento do olhar leitor sobre os textos da atualidade, indiciado, entre outros elementos, pelo progressivo processo de imagetização dos textos, que promove um ritmo mais dinâmico à decodificação dos conteúdos. Além da exploração da dimensão plástica das letras, da disposição do texto verbal de modo fragmentado e aerado na página ou na tela, com o emprego de cores que destacam certas partes em relação ao todo, presenciemos ainda uma ampliação do uso de imagens propriamente ditas (figuras, desenhos, fotografias etc.). Essa proliferação de imagens, em especial daquelas de origem fotográfica, manifesta-se tanto pelo aumento do tamanho das imagens quanto pela quantidade com que aparecem nas páginas de revistas, jornais, livros em geral e nas telas em que circulam textos verbais (computador, *tablet* etc.). Essas alterações na forma dos textos autorizam, habitam e incentivam uma relativa deslinearização do olhar, característica do modo pluridimensional de apreensão de imagens.

São pelo menos duas as consequências dessa alteração na forma dos textos: a incitação a uma apreensão mais panorâmica, e por isso mais rápida do texto, e, em função do aumento de velocidade na leitura, uma provável superficialização e embotamento de nossa capacidade de interpretação e reflexão acerca do que foi decodificado.

Assim, uma estratégia de escrita (como o aumento de imagens) pode atuar como um indício material das práticas de leitura que se quer controlar e que se quer promover baseadas numa dada volatilidade e agilização da recepção, correlata em alguma medida da necessidade de se ler ávida, mas superficialmente, sempre novos e diversos textos, de modo semelhante à lógica do consumo que regula outras práticas da atualidade.

Em suma, seja na prática de falar em público no campo político, seja na prática de ler os textos do campo midiático, e a despeito de os havermos tratado como dois dispositivos distintos, talvez pudéssemos, antes, pensá-los como duas esferas integradas num mesmo e único dispositivo, aquele forte e durável do capital, que cada vez mais rapidamente impõe ações, pensamentos e dizeres efêmeros.

Apesar desse cenário, é preciso reiterar, em conformidade com o postulado de Foucault, que “não há dispositivo/diagrama que não comporte pontos de criatividade, de mutação, de resistência” (Deleuze, 1986, p. 51). De nossa parte, cabe a esperança persistente e a luta constante e incansável para que o diagnóstico do filósofo enseje a busca por efetivas transformações, e não a cômoda resignação, como se a criatividade, a mutação e a resistência fossem criações epifânicas e espontâneas, que dispensariam nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 25-51.

BARTHES, R. L'ancienne rhétorique: aide mémoire. *Communications*, n. 16, Paris: Seuil, 1970.

COURTINE, J-J. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: CORBIN, A.; COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. (Orgs.) *História do corpo*. v. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 253-340.

_____. *Déchiffrer le corps*. Grénoble: Jérôme Millon, 2011.

COURTINE, J-J.; HAROCHE, C. *Histoire du visage: exprimer et taire ses émotions (XVIè – début XIXè siècles)*. Paris: Payot, 1988.

CURCINO, L. Os sentidos do olhar: o leitor e a escrita da mídia nas sociedades democráticas. In: SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C.; CURCINO, L. (Orgs.). *Discurso: Semiologia e História*. São Carlos: Claraluz, 2011.

DELEUZE, G. *Foucault*. Paris: Minuit, 1986.

_____. O que é um dispositivo? _____. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996.

DREYFUS, H.; P. RABINOW. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 243-276.

_____. *Le pouvoir psychiatrique*. Cours au collège de France, 1973-1974. Paris: Gallimard/Seuil, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAMIESON, K. H. *Eloquence in an Electronic Age*. the transformation of political speechmaking. New York: Oxford, 1988.

PIOVEZANI, C. Foucault com Courtine: corpo e discurso. In: SOUZA, P.; GOMES, D. O. (Orgs.) *Foucault com outros nomes: lugares de enunciação*. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2009a. p. 27-46.

_____. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Editora UNESP, 2009b.

VEYNE, P. *Foucault, sa pensée, sa personne*. Paris: Albin Michel, 2008.

Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia

| **Antônio Fernandes Júnior**

O PRESENTE ESTUDO PROPÕE-SE A DISCUTIR processos de subjetivação construídos na sociedade de controle, focalizando-os a partir da conexão com os dispositivos de poder produzidos na atualidade. A ideia é problematizar o conceito de dispositivo como categoria de análise vinculada aos exercícios de poder e a práticas que incidem sobre o sujeito na canção *Você só pensa em grana*, de Zeca Baleiro. Buscamos apreender como o consumo, o lazer e a própria relação afetiva veem-se atravessados por dispositivos de poder, que incidem sobre os discursos produzidos pelos sujeitos na canção. Esta possibilita-nos perceber traços da subjetividade contemporânea enredada em discursos e dispositivos que delimitam exercícios de poder a partir das formações discursivas nas quais os sujeitos se inscrevem.

BIOPOLÍTICA E SOCIEDADE DE CONTROLE

A problemática sobre a sociedade de controle, discussão anunciada por Michel Foucault e desenvolvida por Gilles Deleuze, marca, ainda, o

momento histórico no qual vivemos, sobretudo se pensarmos sobre os diferentes mecanismos construídos na atualidade, sua interferência na conduta dos sujeitos e no exercício de poderes espalhados no tecido social. Esse movimento entre exercício de poder e construção do sujeito materializa-se nos discursos produzidos sobre o corpo, o consumo, a saúde, o sexo, entre outros, bem como na produção de sujeitos, uma vez que o discurso, na acepção foucaultiana, atua como processo de subjetivação, sobretudo se atentarmos ao “duplo batimento” entre saber e poder e entre saber, poder e produção de sujeitos.

Se na sociedade disciplinar o corpo era o alvo dos dispositivos de poder, tais como a sexualidade, a prisão, a escola, por exemplo, na sociedade de controle, segundo Cardoso Júnior (2002), esses dispositivos de poder ampliaram-se e mudaram os espaços de atuação na sociedade, materializando-se em diferentes práticas discursivas e não discursivas, e dispensando, por exemplo, a centralidade em um dispositivo como a sexualidade ou a prisão. Isso não significa que a sexualidade não seja foco dos dispositivos de poder na sociedade de controle, pois a mudança ocorre na forma como esse tema, entre outros, são acionados e passam a atuar em um campo mais aberto, ao contrário da disciplina.

A sexualidade é tomada pelo controle como fluxo que atravessa determinado campo de subjetivação, um fluxo que, como outros fluxos, constitui processos. Mas há muitos outros fluxos que passam pela subjetivação, por exemplo, fluxos de consumo, de arte, científicos, rede de computadores, opinião etc. (Cardoso Júnior, 2002, p. 195)

Tais considerações são importantes para que possamos refletir sobre questões que pairam sobre o tempo em que vivemos e como estabelecemos conexões com esse universo de forças estabelecido para moldar cada vez mais as subjetividades e os processos de subjetivação: “O controle invade o amplo espaço entre eu e mim mesmo” (Cardoso Júnior, 2002, p. 194). Talvez por esse motivo, Foucault (2000), no texto “O que são as luzes?”, tenha colocado a pergunta “o que estamos fazendo de nós mesmos?” como uma questão que interroga não uma identidade ou um sujeito, e sim os processos

de subjetivação. Por esse motivo, essa questão, tão ligada ao nosso tempo, serve para que possamos problematizar os processos de subjetivação como modos de vida que se criam na atualidade.

Neste sentido, cabe aqui a discussão de Foucault (1979) sobre poder e biopoder, problematizada pelo filósofo na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, questão já anunciada neste texto. Nesse modelo de sociedade, passamos a ser controlados por outros sistemas, nos quais não se circunscrevem exclusivamente a escola, a prisão, a igreja, o Estado etc., mas outras tecnologias de comunicação mais sutis, criadas para a fabricação de identidades a partir de jogos de interesse do mercado e da lógica de produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo.

Na sociedade de controle, o biopoder passa a atuar de forma direta, por meio de mecanismos sutis, construindo saberes, negando ou legitimando outros, espalhados por diferentes segmentos, tais como mídia, propaganda, igrejas, moda, alimentação – marcados por uma lógica biológica –, tentando dizer o que é normal, o que comer, os modelos de corpo e saúde a serem seguidos. Que saberes são esses que dizem/determinam o que é normal e o que é ser feliz? (Sousa, 2012). O biopoder, instalado no século XVIII, desloca-se do exercício realizado sobre um indivíduo e é assumido pelo Estado, que passa a administrar o corpo da população, a partir das técnicas de governamentalidade. Essa arte de governar está vinculada ao crescimento das cidades, das populações e à necessidade de criar políticas que propiciem melhorias de vida destinadas a esse “corpo social” (população como espécie), tais como segurança, alimentação, saúde pública etc.

Do século XVIII aos dias atuais,¹ muito tempo se passou e muitas mudanças ocorreram no cenário da biopolítica, alterando as campanhas governamentais, as expectativas dos cidadãos, o modo como a mídia e outros segmentos incorporaram os ideais de longevidade, felicidade, saúde

¹ As reflexões foucaultianas desenvolvidas na década de 1970 constituem, ainda, um legado importante para reflexões sobre as relações de poder na atualidade, sobretudo nas ciências humanas, conforme Duarte, citado por Sousa (2012).

etc. Essa lógica biológica,² ou seja, a entrada da vida no campo da política, é o resultado das alterações do exercício do poder ao longo do tempo, sobretudo na atualidade, por intermédio da comunicação de massa, via propagandas, moda etc.

Das questões colocadas até o momento, e atendendo aos propósitos deste estudo, podemos dialogar, também, com Tony Hara (2012) e suas reflexões sobre a construção de singularidade na sociedade de massa. Esse autor, ao retomar as reflexões de Nietzsche, Deleuze e Foucault, elabora uma abordagem instigante sobre a forma como o exercício do poder, construído atualmente, penetra de forma sutil por todos os poros da sociedade. A hipótese do autor direciona-se para o modo como o poder interfere na produção de subjetividade, instalando o “ser-massa” nos indivíduos, fazendo com que todos desejem a mesma coisa, a partir de uma ordem estabelecida como “normal”. O argumento de sustentação dessa hipótese recai sobre a transformação dos processos de subjetivação em torno de uma lógica massificada, na qual se instala “o ser-massa” nos indivíduos, com o objetivo de “tornar a vida do homem em rebanho” mais fácil (Hara, 2012, p. 10). Uma vez instalado, o ser-massa provoca, como desdobramento, o “esquecimento de si”, apagando aquilo que é raro e particular a cada um, impedindo a constituição de singularidades, ou seja, aquilo que há de singular em cada um. São práticas que, “atentas aos movimentos do rebanho” e preocupadas com o nosso bem-estar, manipulam recursos cada vez mais sutis, que conseguem instalar os princípios da massa em nós, em nosso corpo, no espaço “entre eu e mim mesmo”. Dentro da lógica da comunicação social ou das redes sociais, por exemplo, “a todo instante somos solicitados a participar, a jogar; a ser checado, avaliado e corrigido no sistema de comunicação e controle” (Hara,

² Sousa (2012) indica que determinadas campanhas, tais como a antitabagista e contra a obesidade, o uso de bebidas alcoólicas associadas ao trânsito, por exemplo, geram contradiscursos como a lei seca, a exclusão social/desemprego imposto aos fumantes, a anorexia. Não se trata de ser contra ou a favor dessa lógica biopolítica, e sim de perceber a emergência desses dispositivos de poder e dos discursos a ele interligados, e como eles interferem em nossas condutas, afinal, são campanhas que incidem sobre o corpo e a vida, criando práticas padronizadas (normais) e gerando exclusões daqueles que estão fora do padrão instituído.

2012, p. 155). Tais questões geram competição entre os pares, instaurando a lógica do aperfeiçoamento (cursos, técnicas etc.) e da produtividade, seja na empresa, seja na universidade (Lattes). Quem não se encaixa é excluído.

A sociedade de controle constrói, segundo Hara (2012), estratégias cada vez mais perspicazes de instalação do “ser-massa” em nós, por isso, a imagem do rebanho citada anteriormente. Nesse processo de criação do “ser-massa” e do pastoreio do rebanho, criam-se dispositivos de poder extremamente eficientes, que exigem sujeitos cada vez mais dóceis e obedientes. Segundo o autor, do “conheça-te a ti mesmo” passa-se ao “não se conheça, não se invente”, seja dócil e produtivo (p. 142). Não há necessidade de dar-se ao trabalho do autoconhecimento, de entender-se no mundo ou de problematizar essa condição histórica.

Acreditamos que essa abordagem sobre a sociedade de controle seja suficiente para deslocarmos nossa reflexão para outro ponto de interesse deste texto, qual seja o modo como os dispositivos de poder atuam na construção de processos de subjetivação, pautando-se pela lógica da sociedade de massa e pelos padrões de comportamentos instituídos como valores a serem seguidos e aceitos como “a ordem do mundo”. Essa ordem encarna-se em práticas e discursos produzidos em torno de valores construídos como verdadeiros, segundo um modelo estabelecido numa dada época.³

DISCURSOS, DISPOSITIVOS e PROCESSO De SUBJETIVAÇÃO

As questões colocadas anteriormente possibilitam a apreensão de um funcionamento social que se materializa por meio de discursos historicamente produzidos e sustentados por dispositivos de poder que asseguram e

³ Refletir sobre este momento histórico no qual vivemos coloca-nos diante da seguinte questão: o que “chamamos de atualidade” não pode ser tomado como um bloco homogêneo e compacto, e sim como um conjunto heterogêneo de tempos, discursos e práticas que nos desafia e nos inquieta. Temos de conceber essa temporalidade histórica na diversidade que lhe é característica, pois nem todos vivemos ou nos compreendemos nessa mesma condição. Temporalidade histórica aqui pensada não exclusivamente a partir de um critério cronológico ou evolutivo, e sim de uma descontinuidade da história que não afeta a todos os sujeitos em todos os lugares da mesma maneira.

legitimam uma dada prática discursiva. A instalação do “ser-massa” em nós, por exemplo, passa por um processo discursivo que mobiliza a produção de enunciados que circulam na sociedade e chegam até nós de várias maneiras, como a propaganda, um programa de TV, uma campanha de governo, redes sociais, entre outros. Esses dispositivos são extremamente eficientes, sutis e funcionais, pois, uma vez incorporados, padronizam sujeitos, formas de falar, formas de vestir etc.

Para tentar entender esse funcionamento do discurso, que não é inteiramente linguístico nem simplesmente gramatical, seguiremos os postulados da Análise do Discurso (AD) numa perspectiva foucaultiana, sobretudo pelo diálogo dessa vertente com a história, os micropoderes e a produção de subjetividades. Nosso objetivo será o de desenvolver um caminho de leitura que possibilite o entendimento de determinados dispositivos de poder presentes em uma letra de música de Zeca Baleiro, na qual o embate entre poesia e mercado, segurança e liberdade, por exemplo, faz-se presente. Assim, desenvolveremos uma leitura da letra canção *Você só pensa em grana*, com o objetivo de apreender como o consumo, o bem-estar, ligam-se às técnicas do biopoder e do dispositivo de poder que marcam esta sociedade de controle já anunciada.

DO CONCEITO DE DISPOSITIVO

O conceito de dispositivo demarca a passagem da fase arqueológica para o período genealógico, momento em que Foucault se preocupa mais detidamente com o conceito de poder, dispositivos de poder. Trata-se de um conceito que articula, conforme o autor, um conjunto de elementos heterogêneos que pode envolver discursos, instituições, leis, enunciados científicos. “Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 1979, p. 244). Entre o discursivo e o não discursivo existe, segundo Foucault, um tipo de jogo, com mudanças de posição e funções diferenciadas, que, por último, liga-se a um tipo de formação que responde a certa urgência histórica.

Essa conexão entre o dito e o não dito é reiterada por Courtine (2010), sobretudo pela afirmação de que o conceito de discurso, na acepção foucaultiana, deve ser problematizado em relação ao conceito de dispositivo, pois o discurso não pode, segundo o autor, limitar-se ao plano linguístico. Essa discussão pode ser apreendida também nos apontamentos de Veyne (2011, p. 26), quando ele afirma que “explicitar um discurso, uma prática discursiva, consistirá em interpretar o que as pessoas faziam ou diziam, em compreender o que supõem seus gestos, suas palavras, suas instituições, coisas que fazíamos a cada minuto: nós nos compreendemos entre nós”. Os dois autores aqui citados reforçam essa dimensão do discurso para além dos limites da língua. Discurso e dispositivo são conceitos interligados, de forma que o segundo possibilita a produção do primeiro, sendo este imanente⁴ àquele.

Mais adiante, no mesmo livro, Veyne (2011) explicita a relação entre discurso e história, afirmando que os discursos “são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram” (p. 50), ou que “longe de serem ideologias mentirosas, os discursos cartografam o que as pessoas realmente fazem e pensam, e sem o saber” (p. 51). Tais pontuações reforçam a afirmação de Foucault (1979) citada anteriormente, segundo a qual os dispositivos respondem a uma urgência histórica, a uma vontade de verdade de uma época. Por isso, a ênfase de Veyne em frisar que “o discurso não move a história, é movido por ela com seu inseparável dispositivo” (p. 159).

Essa conexão entre discurso e dispositivo nos guiará, como desdobramento, para os processos de subjetivação. Se os discursos “cartografam” o que pessoas fazem/pensam e se são imanentes aos dispositivos, logo, estes atuam na produção/fabricação de sujeitos historicamente situados. O sujeito não é uma substância, diz Foucault (2004), mas uma forma histórica, “modelada a cada época pelo dispositivo e pelos discursos do momento”, dirá Veyne (2011, p. 178). Esse autor, com o qual dialogamos, reforça ainda

⁴ “O dispositivo mistura, portanto, vivamente, coisas e ideias (entre as quais a de verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais, econômicas etc. O discurso impregna tudo isso” (Veyne, 2011, p. 57).

mais o vínculo entre dispositivo, discurso e processo de subjetivação, quando delimita que um dispositivo faz do “eu de cada um certo sujeito”, mas não se trata de um sujeito soberano ou transcendental, pois o sujeito é “filho de seu tempo; não é possível tornar-se qualquer sujeito em qualquer época” (p. 179). As palavras de Veyne, junto com os apontamentos de Foucault, reiteram que o sujeito é uma forma, está atravessado pela história e pelos discursos que lhe são constitutivos. Por esse motivo, Foucault (2004, p. 275) enfatizou o seu interesse em pesquisar “a constituição histórica das diferentes formas de sujeito, em relação aos jogos de verdade”. Assim, o sujeito passa a ser a categoria por meio da qual o poder e os demais conceitos da obra do filósofo articulam-se.

A leitura de Veyne (2011) sobre o conceito de discurso e de dispositivo, com e a partir de Foucault, amplia a possibilidade de problematizarmos um pouco mais essa conexão teórica pouco estudada nos estudos de AD que têm, com esse último autor, um diálogo mais próximo.

LEITURA DA LETRA DA CANÇÃO *Você só Pensa em gRana*

Você só pensa em grana meu amor
Você só quer saber quanto custou a minha roupa

custou a minha roupa

Você só quer saber quando que eu vou
Trocar meu carro novo
Por um novo carro novo
Um novo carro novo meu amor

Você rasga os poemas que eu te dou
Mas nunca vi você rasgar dinheiro
Você vai me jurar eterno amor
Se eu comprar um dia o mundo inteiro...

Quando eu nasci um anjo só baixou
Falou que eu seria um executivo
E desde então eu vivo com meu banjo

Executando os rocks do meu livro
Pisando em falso com meus panos quentes
Enquanto você ri o seu conforto
Enquanto você me fala entre dentes
Poeta bom meu bem poeta morto

Essa canção integra o disco “Líricas”, do cantor e compositor Zeca Baleiro, e seu título traz indicações de um gênero literário, o lírico, marcado por uma linhagem que unia, da antiguidade às canções medievais trovadorescas, poesia e música. Estampado na capa do CD e intitulado a produção, o termo passa a ter um sentido adjetivador, digamos assim, do projeto poético e musical da obra, quer pelo tom melódico “suave”, às vezes, ácido, das canções (mais cordas e menos percussão), quer pelos temas amorosos, melancólicos e irônicos.

Na letra da canção supracitada, deparamo-nos com um cena enunciativa demarcada por um sujeito (um “eu”) que se dirige a um outro (“você”, “meu amor”) da relação afetiva, delimitado por uma temporalidade histórica característica da contemporaneidade, cada vez mais marcada por uma subjetividade capitalística, conforme discussões de Rolnik (1997) e o diálogo dessa autora com a obra de Félix Guattari. Tais observações podem ser focalizadas nos objetos escolhidos como elementos de valor: o valor da roupa, do carro, do dinheiro, da profissão e do conforto. Por outro lado, esses valores opõem-se aos demais com os quais entram em oposição, como a poesia, a canção e o afeto.

No espaço construído entre o eu e o outro, bem como nas posições de sujeito ocupadas por ambos na relação afetiva e na sociedade, encontramos traços do que foi discutido, na primeira sessão deste texto, sobre sociedade de controle, singularidade e processos de subjetivação. Os valores que cada sujeito assume para si na letra e no mundo são delimitados por dispositivos de poder característicos da sociedade de controle, cujos mecanismos adentram o cotidiano das relações sociais e, também, das relações afetivas. Não é do nada que o sujeito delimitado pelos pronomes “você/meu amor”, a quem o discurso se direciona, interessa-se pelo preço da roupa, pelo novo carro novo, e desqualifica os poemas oferecidos pelo sujeito que fala/canta

na canção. A ênfase dada a esses objetos de valor ganham mais força pela repetição dos versos iniciais na primeira parte da canção, gerando efeitos poéticos (repetição sonora) e discursivos (posições sujeito ocupadas).

Você só pensa em grana meu amor
Você só quer saber quanto custou a minha roupa

custou a minha roupa

Você só quer saber quando que eu vou
Trocar meu carro novo
Por um novo carro novo
Um novo carro novo meu amor

Somam-se à repetição dos versos, os enunciados “quanto” (indicação do valor) e “quando” (indicação de tempo). O primeiro demarca o interesse pelo custo do objeto; o segundo, a urgência de troca do carro novo, por outro carro novo, demarcando o interesse por tudo o que é novidade, que dá mais visibilidade, status. Essa lógica pauta-se em uma perspectiva de história linear e considera o progresso, o presente, como a novidade, desqualificando o passado como algo ultrapassado. Mais adiante, temos:

Você rasga os poemas que eu te dou
Mas nunca vi você rasgar dinheiro
Você vai me jurar eterno amor
Se eu comprar um dia o mundo inteiro...

Acreditamos que esse trecho seja um dos mais emblemáticos da canção, porque as posições ocupadas pelos sujeitos no discurso explicitam, claramente, as formações discursivas nas quais cada um se inscreve e por meio das quais cada um se posiciona em relação ao outro e ao mundo. Essa tensão entre consumo e poesia ficará mais evidente na parte final da canção, quando o valor da profissão se opõe ao da música, pois de executivo passa-se a executor de canções. É quando, para o poeta, o reconhecimento está vinculado à morte.

Quando eu nasci um anjo só baixou
Falou que eu seria um executivo

E desde então eu vivo com meu banjo
Executando os rocks do meu livro
Pisando em falso com meus panos quentes
Enquanto você ri o seu conforto
Enquanto você me fala entre dentes
Poeta bom, meu bem, poeta morto

O texto evidencia um interdiscurso já conhecido sobre o valor que a obra de um poeta, por exemplo, pode receber após sua morte. Ao reinscrevê-lo na canção, coloca-se em cena uma explicação para o gesto de rasgar poemas, e não de rasgar dinheiro (versos oito e nove). Esse discurso da necrofilia da arte é um traço dessa sociedade de controle, que faz uso de um acontecimento como a morte, por exemplo, para fazer nascer um novo produto a ser vendido, cultuado e valorizado.

Há na letra da canção dois outros interdiscursos que reforçam essa discussão entre seguir a lógica do capital ou resistir a ele e enfrentar o ônus da escolha. Refiro-me ao verso doze, que, de forma marcada, traz para a canção a referência ao “Poema de sete faces”, de Carlos Drummond de Andrade. A outra indicação, um tanto mais sutil, revisita a fábula “A cigarra e da formiga”, quando estabelece a oposição entre trabalho e lazer/canto. Não temos a pretensão de ir a fundo nessas referências, e sim de recuperar alguns sentidos que poderão nos auxiliar na reflexão sobre os dispositivos de poder aqui construídos.

Do poema de Drummond interessa-nos a condição de “gauche” (esquerdo, estar à margem, torto), anunciada pelo anjo quando do nascimento do sujeito do poema (“quando nasci um anjo torto/ desses que vivem na sombra/ disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida...”). A sina de ser “gauche” aponta para uma condição social de ser, tanto de esquerda quanto torto ou fora do padrão. Como cada época produz seu sujeito, a canção de Baleiro desloca o termo “gauche” para o termo “executivo”, apontando para um cargo de alto prestígio e visibilidade social. Mas ainda que a expressão “gauche” não figure na canção de Baleiro, o sentido de “marginalidade/estar fora do padrão” aparece como um discurso de resistência ao modelo social reconhecido como a ordem a ser seguida. Reforça essa argumentação o deslocamento do termo “executivo” para o verbo “executar”, indicando mudanças significativas no discurso.

Da fábula “A cigarra e a formiga”, deparamo-nos com a oposição entre o mundo do trabalho e o universo da canção, da profissão de cantor:

Quando eu nasci um anjo só baixou
Falou que eu seria um executivo
E desde então eu vivo com meu banjo
Executando os rocks do meu livro

Na atualidade em que estamos inseridos, o mundo do trabalho está, paulatinamente, integrando-se mais à vida social, alterando as relações humanas como um todo. Na parte em que discutíamos os traços do biopoder e da sociedade de controle, indicávamos como a lógica capitalista exige, cada vez mais, o aperfeiçoamento, a competição e a produtividade. As “formigas” do mundo contemporâneo precisam trabalhar cada vez mais para se inserirem nessa lógica da sociedade de controle, cujos dispositivos de poder acentuam a produção de discursos e de sujeitos, geralmente, dóceis e produtivos.

A sociedade de controle vale-se de uma lógica que busca impedir a “criação de sujeitos inventivos, capazes de pensar por si mesmos e construir seu próprio caminho e seguir a transformação de si mesmo, subjetivar-se” (Hara, 2012, p. 142-143). Assumir uma posição contrária à massa (singularidade), criando um movimento de invenção e construção de si (subjetivação), implica enfrentar ou correr o risco de viver em uma terceira margem, ser isolado ou mesmo ser excluído daquilo que é definido como a norma aceita.

Essa afirmação serve para problematizarmos os dispositivos de poder instaurados na canção de Zeca Baleiro, que opõem o mundo da arte/canção ao mundo do trabalho/visibilidade social. Nesse tensionamento construído no discurso materializado na canção, o sujeito, delimitado pela voz que canta/executa os rocks do seu livro, só será valorizado na condição de “poeta morto”. Sentença que deixa o sujeito entre a resistência ao modelo ou a aceitação da sentença anunciada pelo anjo: ser executivo ou executor de canções?

Essa condição de resistência instituída na letra da canção leva-nos a considerar que o poder, na acepção foucaultiana, implica ação e reação e se exerce de formas variadas e multifacetadas no meio social; por esse motivo, não podemos ignorar a dualidade poder/resistência como elemento

constitutivo desse campo de forças produzido pelos dispositivos de controle e de poder. Assim, a noção de poder e, por tabela, a noção de governo implicam a noção de sujeito. Condução de condutas, ação e reação: condição para o exercício do poder entre sujeitos.

Nesse ínterim, se o discurso é imanente aos dispositivos, ou se os dispositivos de poder possibilitam a produção dos discursos, encontramos na canção em estudo discursos sobre o consumo, o bem-estar, ligados às técnicas do biopoder que alimentam a lógica da produtividade, da visibilidade e do lazer a qualquer custo. Se, de um lado, uma das posições de sujeito construídas vale-se dessa lógica capitalista, de outro, temos outra configuração subjetiva orientada para outra direção, ora “gauche”, ora entoando canções como a cigarra da fábula, ironizando esse modelo de sociedade que despreza a poesia e a vida em “terceira margem”. No entanto, resistir e sair da lógica do rebanho, para além dos limites impostos pelo controle, tem seu preço e, no caso da canção em estudo, a sentença é direta e ácida: “Poeta bom, meu bem, poeta morto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Acabou a farra
formigas mascam
migalhas da cigarra.*

Paulo Leminski

O haicai em epígrafe sintetiza questões que procuramos problematizar no presente estudo, tanto do ponto de vista dos dispositivos de poder construídos na atualidade quanto do modo como a canção de Zeca Baleiro recupera, discursivamente, temas interligados aos dispositivos do consumo, do bem-estar, do trabalho e da visibilidade social. Ocupar uma terceira margem, resistir à norma instituída implica correr riscos, tal como a destruição das cigarras e suas transformações em “migalhas”, exploradas pelas formigas. A metáfora do poema de Leminski indica-nos pistas sobre o modo como os processos de subjetivação contemporâneos trabalham com a construção de sujeitos produtivos, competitivos e cada vez mais antenados com os dispositivos de poder.

Essa moldagem da subjetividade para determinados fins e interesses do capitalismo usa a comunicação para manter o indivíduo excitado, agitado, em permanente estado de prontidão e de produtividade, o que garante a ele apenas a liberdade de ser massa. A liberdade de consumir padrões de comportamentos ou subjetividades do tipo *prêt-à-porter*, expostas nas vitrines e telas midiáticas. (Hara, 2012, p. 156)

Ao fazer referências às identidades *prêt-à-porter*, Hara (2012) dialoga com o texto de Rolnik (1997) e com as reflexões da autora sobre a produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Nesses tempos em que tudo ou quase tudo se compra, parece que os dilemas que nos assolam podem, também, receber uma resposta pronta, consumível.

Se direcionarmos esses apontamentos para a canção que discutimos, poderíamos estabelecer algumas questões para reflexão: qual o lugar da poesia e da arte nessa sociedade? Qual o lugar das relações afetivas nesse mundo marcado pela lógica competitiva e produtivista? Por fim: qual o espaço destinado à construção de processos de subjetivação avessos a essa lógica padronizada e formatada?

A singularidade – essa delicada pérola de um corpo que sofre e sabe transfigurar a dor em beleza – neste mundo de saudáveis reprodutores torna-se cada vez mais rara, sutil, e, talvez, cultivada apenas por indivíduos que buscam o anonimato. É sábio não chamar a atenção e guardar a distância dos reprodutores zelosos pela prosperidade e sossego de seus currais. (Hara, 2012, p. 161-162)

A canção de Zeca Baleiro discutida neste estudo chama nossa atenção para o menor, o ordinário do cotidiano, para o que nossa sociedade, utilitarista e pragmática, ignora e despreza, pois, afinal, qual o impacto da poesia e da canção neste mundo onde vivemos? A poesia não leva a coisa alguma, mas nos mostra a nossa condição de abandono diante de um mundo estranho, no qual a literatura e a arte se inscrevem para fugir da norma e tratar dos desvios, conforme a leitura de Manoel de Barros realizada por Albuquerque Junior (2007, p. 87). Ainda segundo esse autor, a literatura evidencia a nossa condição de ruína: “nossa experiência é a da dispersão, de nós mesmos e das coisas, que não há unidade possível, nem totalidade que nos explique”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória. In: _____. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007. p. 85-97.

BALEIRO, Z. Você só pensa em grana. In: _____. *Líricas*. São Paulo: Universal Music, 2000.

CARDOSO JUNIOR, H. R. Foucault e Deleuze em co-participação conceitual. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias Nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 185-199.

COURTINE, J-J. Discurso, História e Arqueologia – entrevista a Cleudemar Alves Fernandes. Trad. Fábio César Montanheiro. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (Orgs.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 17-30.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. O que são as luzes? _____. *Ditos e escritos II – arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 335-351.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: _____. *Ditos & Escritos V. Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

HARA, T. *Ensaio sobre a singularidade*. São Paulo: Intermeios, 2012.

ROLNIK, S. Toxicômanos de identidade. In: LINS, D. S. (Org.). *Cultura e subjetividade: Saberes nômades*. Campinas: Papyrus, 1997.

SOUSA, K. M. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: NAVARRO, P.; TASSO, I. *Produção de identidade e processos de subjetivação em práticas discursivas*. Maringá, PR: EDUEM, 2012.

VEYNE, P. *Foucault. Seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Dispositivos discursivos:
da criança ao devir-criança em *Hoje é dia de Maria*¹

| **Maria Aparecida Conti**

MICHEL FOUCAULT ELABORA EM O CONCEITO de dispositivo em *A história da sexualidade I* ([1976] 1988), em que trata da vontade de saber. Gilles Deleuze (1986) explicita o conceito e Agamben (2005) escreve sobre ele.² O que depreendemos, desde a descrição do panóptico de Bentham – em que Foucault discorre sobre o funcionamento das sociedades disciplinares como forma de arquitetura do governo –, ou no desenvolvimento desse conceito que Deleuze faz sobre as sociedades de controle, é o jogo feito com as formas de se exercer o poder, embasadas em instrumentos de saber que produzem efeitos de subjetivação e sujeição. Ao investirmos na

¹ Parte deste trabalho resulta da pesquisa de tese de doutoramento de Maria Aparecida Conti realizada na Universidade Federal de Uberlândia/MG, financiada pela FAPEMIG.

² Essa fala foi proferida por Giorgio Agamben em uma das conferências que realizou no Brasil, em setembro de 2005. A tradução foi feita a partir do original em italiano. Informação obtida em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acesso em: maio 2013.

análise dos discursos que subjetivaram ou objetivaram os sujeitos discursivos, ou seja, quando conseguimos focalizar as estratégias empregadas nessa relação de força que sustenta os saberes e os poderes na constituição dos sujeitos objetivados/subjetivados, conseguimos ter a concepção de um dispositivo. Na análise que faz da história da sexualidade, Foucault (1988) mostra-nos a existência dos poderes e saberes que atravessam os indivíduos em suas vivências, ou seja, quando se expressam, seja falando, agindo, seja questionando acerca do sexo. É nesse sentido que se pode entender sexo como um

dispositivo histórico, não a realidade subterrânea que aparece com dificuldade. Mas a grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (Foucault, 1988, p. 100)

Segundo Deleuze (1996), Foucault focaliza nos objetos visíveis, nos enunciados formuláveis, nas forças em exercício, nos sujeitos em determinadas posições que funcionam como *vetores* ou *tensores* do dispositivo discursivo. Nesse sentido, “Saber, Poder e Subjectividade não possuem contornos definidos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam uma das outras. É por via de uma crise, sempre, que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha” (Deleuze, 1996, p. 1). Dessa forma, dispositivos são como *máquinas concretas* de fazer ver e falar e que fazem gerar sentidos na sociedade, por meio das relações que se estabelecem e que se misturam. Na produção desses discursos na sociedade, Foucault (1996) assevera que existem procedimentos de exclusão e de controle que só podem ser compreendidos em relação ao meio em que são produzidos e que há também as marcas dos procedimentos internos de seleção e controle deixadas nas produções discursivas. É por esse motivo que, para compreender um determinado discurso, é necessário explicitar o dispositivo que abarca seu contexto e o código de linguagem que o materializa.

Com essas considerações, pensamos em seguir o fio da meada que constrói o discurso sobre a criança em nossa sociedade, para entender a constituição identitária da criança Maria na minissérie *Hoje é dia de Maria*.³ Em outros termos, queremos sondar o dispositivo do saber/poder que objetiva/subjetiva a criança em nossa sociedade e a coloca como representante do bem pela religiosidade judaico-cristã, para vê-la transformada no conceito devir-criança em *Hoje é dia de Maria*.

A REPRESENTAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CRIANÇA

Refletir sobre a constituição identitária da criança conduz-nos a um longo percurso que perpassa os estudos socrático-platônicos (tidos como fundamentos do pensamento ocidental) para chegar à nossa era e constatarmos que o homem é um “ser” de linguagem. Da mesma forma, o conhecimento sobre as diversas formas de representação da criança passa pelo estudo dos discursos que a constituíram ao longo dos séculos até os dias atuais, uma vez que a criança, como o homem, de um modo geral, foi constituído sócio-historicamente pela/na linguagem, como atestado por Humboldt, citado por Agamben (2005, p. 60):

Nós tendemos sempre para esta imaginação ingênua de um período original em que um homem completo descobriria um seu semelhante, igualmente completo, e entre eles, pouco a pouco, tomaria forma a linguagem. Isto é pura fantasia. Nós não encontramos jamais o homem separado da linguagem e não o vemos jamais no ato de inventá-la... É um homem falante que nós

³ Definimos o texto da minissérie (primeira e segunda jornadas) como material imagético/escrito composto pelo DVD (*Digital Video Disc*) e pelo livro *Hoje é dia de Maria*, de Luís Alberto de Abreu e Luiz Fernando Carvalho, ambos editados pela Som Livre e Editora Globo, respectivamente. A minissérie foi apresentada em duas temporadas (janeiro e outubro de 2005) pela Rede Globo de Televisão. A primeira jornada retrata um ambiente campestre e trata da história de uma menina órfã de mãe (Maria), que abandona sua casa em busca das “franjas do mar”, por causa dos desentendimentos com a madrasta. Nessa viagem enfrenta o diabo (Asmodeu) e encontra-se com várias personagens do folclore e da literatura universal. A segunda jornada apresenta a vida urbana e os problemas vivenciados pelo mundo capitalista. A menina, nessa jornada, faz sua viagem de volta à casa paterna e também nessa viagem encontra-se com personagens do folclore e da literatura universal. No texto que ora apresentamos, referimo-nos à primeira jornada.

encontramos no mundo, um homem que fala a um outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.

Agamben desenvolve um raciocínio explicativo sobre a inter-relação entre a infância e a linguagem, alegando que a infância do homem é o momento da existência experimental. O in-fante (sem voz), porque ainda não falante, cinde a língua uma e dá entrada na linguagem quando se apresenta como aquele que, para falar, tem que se constituir sujeito da linguagem dizendo “eu”.

Somente porque existe uma infância do homem, somente porque a linguagem não se identifica com o humano e há uma diferença entre língua e discurso,⁴ entre semiótico e semântico, somente por isso existe história, somente por isso o homem é histórico. Pois a pura língua é, em si, anistórica, é, considerada absolutamente, natureza, e não tem necessidade alguma de uma história. (Agamben, 2005, p. 64)

Considerar a infância dessa forma ajuda-nos a pensar na constituição da criança pela/na linguagem, uma vez que foi/é pela linguagem que ela foi/tem sido representada. Assim, seguindo o pensamento de Kohan (2007), que atua principalmente no sentido de desalojar ideias preestabelecidas pela linguagem sobre as crianças, aprendemos que a relação que estabelecemos com o conceito/termo infância vem determinada por uma organização das mitologias da infância que podem ser assim resumidas:

- a) o **mito pedagógico** que vislumbra a formação política dos cidadãos da polis (dispositivo socrático/platônico);
- b) o **mito antropológico** que coloca a infância como a primeira etapa em um tempo cronológico da vida em contínua progressão;
- c) o **mito filosófico** das ausências que, a partir da própria etimologia (*in-fantia*), mostra a negatividade/imperfeição que relega a infância ao estranho, ao outro, ao que não se encontra em nosso mundo.

Para Kohan (2007), há uma singularidade marcante no dispositivo socrático/platônico acerca desses mitos. A partir do que prega Platão (República II-IV), a entrada da infância nesse dispositivo faz com que ela se torne

⁴ A palavra “discurso” tem, nesse contexto, o significado de fala: aquilo que é falado.

material utópico das idealizações político-filosóficas e pedagógicas. “Há um modelo de ser humano já posto, transcendente, imutável, eterno, por isso, educar a infância com vistas a esse modelo é considerado o melhor para elas e para o mundo” (Kohan, 2007, p. 107).

Também Aristóteles, expõe o estudioso, deixa entrever sua concepção de criança em suas categorizações filosóficas do ser humano e do mundo. Para o filósofo grego, toda criança o é em ato, embora coexista nela um adulto em potência. Não relaciona o “ser infantil” com a idade cronológica, diretamente, mas com um modo de ser (*ethos*). Com isso considera que toda criança é inacabada, imperfeita, incompleta, estendendo seu posicionamento aos planos ético e político. Daí, exclui a criança do mundo da *polis*.

Até o século XVIII, pensava-se que os homens se tornavam humanos pela negação do que pudesse haver de infantil neles. O modelo humano pautava-se na racionalidade, como asseveram Ceccim e Palombini (2009, p. 159):

Era pela luta contra o que de infância houvesse em nós que poderíamos nos alçar à humanidade e à cidadania. A infância não se confundia com ingenuidade; identificava-se com animalidade e com incapacidade: ausência de razão, de domínio linguístico e de consciência moral. Entendia-se que uma criança aprendia com o corpo e não com o intelecto, sua vontade era instintiva e não crítica; logo, faltava-lhe caráter, inteligência e competência humana.

Segundo esses autores, até o século XII as crianças eram reproduzidas nas criações artísticas como “adultos em tamanho reduzido”. Houve, também, no século XIII, o hábito de entregar as crianças para a igreja educar, a fim de torná-las religiosas (freiras ou freis). Tal atitude era tomada principalmente pelas famílias pobres, que muitas vezes abandonavam seus pequenos nas portas das igrejas, dos conventos ou dos mosteiros. Até esse século, ainda era frequente o infanticídio causado pela ausência de sentimento de infância.

Antes da era cristã, as crianças indesejadas eram expostas à morte, sendo empilhadas em monturos públicos de deposição dos enjeitados, colocadas em barcos e lançadas ao mar, largadas no campo ou na rua para que fossem recolhidas por algum interessado ou devoradas por insetos rasteiros, cães e outros animais. Podiam ser queimadas em fogueiras de dejetos ou sacrificadas em rituais místicos ou religiosos, ou ainda, eram mutiladas para justificar

o pedido de esmolas ou apelo de ajuda socioeconômica por adultos, comerciantes decadentes e escravos fugidos. (Ceccim; Palombini, 2009, p. 160)

A criança aparece representada na pintura e na escultura somente no século XV, na Renascença. A imagem infantil aparece como anjinho, roliça e bochechuda, geralmente nua e sexuada. Representava a pureza ingênua e inocente do bem, conectada ao paraíso, ao reino do céu. Para Ceccim e Palombini (2009, p. 162), a criança era o vir-a-ser do adulto: “Somente as almas puras (obedientes, tementes e amantes de Deus, do patrão e do poder) podiam alcançar o paraíso”. No século XVI, tal visão do infantil leva à preocupação com o futuro adulto e, nesse sentido, embora não fosse dito, a ideia era movimentar um esquema que adestrasse a criança para que dela resultasse um adulto disciplinado. Aqui vemos em funcionamento a questão da governamentalidade, discutida por Foucault na genealogia: o poder/saber que produz as identidades. Argumentando sobre as formas de governo, em acordo com a significação que esse termo tinha no século XVI (não se referia apenas às estruturas políticas ou administrativas do Estado, mas também à forma possível de direcionar a conduta dos indivíduos ou grupos sociais, que podiam ser formados por crianças, almas, comunidades, famílias, doentes etc.). Nesse sentido, governar seria estruturar o campo de possibilidades de agir na vida de outros (Foucault, 1995). Ainda segundo o filósofo, as formas modernas de governo revelaram uma mudança (a invisibilidade) em relação ao poder soberano (a visibilidade). O poder disciplinador é exercido por meio da invisibilidade que as tecnologias normalizadoras dos sujeitos produzem. Enquanto o poder soberano é o manifestado, o visto, o mostrado,

o poder disciplinar, ao contrário, se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submetem um princípio de visibilidade obrigatória. Na disciplina, são os súditos que têm que ser vistos. Sua iluminação assegura a garra do poder que se exerce sobre eles. É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeitado o indivíduo disciplinar. (Foucault, 1981, p. 156)

Dessa forma resultam as inúmeras políticas de governamentalidade de um corpo (infância), em que as tecnologias de dominação se expandiam,

abrangendo Estado, famílias, escolas, instituições etc., todas imbuídas do processo disciplinar de docilização do corpo infantil. É nesse ínterim que ocorre a invenção da infância, no sentido de constituir-se como um objeto específico de atenção, como vemos até os dias atuais. Anteriormente, a criança fazia parte de um corpo social, como os adultos: misturava-se com eles no trabalho, nas diversões, festas, cerimônias etc.

Schérer (2009) assevera que não há uma data precisa para a invenção da infância; talvez se possa dizer que isso tenha ocorrido na segunda metade do século XVIII, dados os indícios de que houve mudança na forma como os adultos relacionavam-se com as crianças. Esse tempo,

enquanto fenômeno de sociedade e de mentalidade, [...] corresponde, sem nenhuma dúvida, à ascensão de uma burguesia mais consciente de si mesma, à crescente complexidade de sua indústria e de suas técnicas, enfim, à sua ambição. Enquanto potencial humano a ser colocado em reserva, matéria maleável do homem por vir, a criança deixa de ficar entregue a si mesma ou à simples rotina da aprendizagem tradicional; assim a estratégia mobilizada à sua volta – que a deixa confinada – combina a curiosidade em relação ao seu comportamento e à sua psicologia com os métodos aptos para construir, por seu intermédio, uma sociedade nova. (Schérer, 2009, p. 17-18)

Paralelamente a esse regime de docilização, na Modernidade as crianças pobres foram submetidas a um tratamento severo, restritivo e proibitivo: exploração trabalhista desumana (limpadoras de chaminé), abusos físicos (circuncisão, infibulação, castração ou clitoridectomia, e castigos corporais, como acorrentamento, surras e amedrontamentos). O abandono a que a criança foi historicamente submetida chega à Modernidade com artifícios típicos de uma classe nascente: a burguesia. Com ela, a invenção da Roda dos Enjeitados:

Este era um dispositivo giratório posto por uma janela na Casa da Roda, uma parede na qual havia um balcão: girado para fora, o balcão permitia que ali fosse depositada a criança enjeitada; girado, então, para dentro, possibilitava que a criança fosse recolhida por funcionários da casa. Ao girar a roda, soava uma sineta que avisava aos funcionários a deposição de mais um bebê. A identidade daquele que abandonava a criança permanecia desconhecida para sempre, e o futuro da criança para sempre desconhecido daquele que a abandonara. (Ceccim; Palombini, 2009, p. 162)

Dos pilares de sustentação do pensamento ocidental sobre a infância edificados na antiguidade, chegamos ao Iluminismo Moderno, com a concepção de criança como possibilidade de evolução humana. É necessário abandonar o “ser criança” para alcançar as benesses prometidas pela ciência e pela racionalização. Kohan (2007, p. 109) comenta que, para Kant, “a infância, [...] como minoridade, é uma metáfora de uma vida sem razão, obscura, sem conhecimento; ela representa o oposto das luzes, a falta de resolução e coragem no uso das próprias capacidades, a consagração da heteronomia”.⁵

Nietzsche (1999) ignora a concepção de criança como algo a ser inventado e inaugura a concepção de criança como criação. Esse pensamento é seguido por vários filósofos da contemporaneidade, como Lyotard (1997), por exemplo, que considera haver sempre uma criança nascendo em nós. É o que evita a repetição do mesmo, ou seja, a repetição do mundo. Esse constante renascer permite a (re)criação, (trans)formação e (r)evolução de um mundo novo a cada instante (Kohan, 2007).

Por enquanto, diremos que há um imaginário inventivo na criação das imagens da criança em *Hoje é dia de Maria*. Passaremos agora à análise das figurações que compõem a imagem da criança na minissérie.

QUEM É ESSA CRIANÇA?

A menina Maria apresenta-se praticamente a mesma em toda a minissérie, com exceção da imagem de Maria adulta, quando o diabo a transforma em moça no episódio “Maria perde a infância”, e na figura de Piano-Baby, quando se transveste de artista dançarina, na segunda jornada do episódio “Terra dos Sonhos”.

⁵ Heteronomia é um conceito criado por Kant e significa as leis que recebemos. Leis que são impostas a todos os indivíduos e exteriores a eles. Ao contrário de autonomia, a heteronomia consiste na sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade. Conceito básico relacionado ao *Estado de Direito*, cujas leis podem ser criadas pelo Estado, que é considerado um ente interno, por um bloco econômico (ente supraestatal) ou por um ente internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU), em que todos devem se submeter à vontade da lei. Do grego *heteros* (diversos) + *nomos* (regras), a heteronomia é a característica da norma jurídica, que esclarece ser esta imponível à vontade do destinador.

Na abertura do DVD, a primeira imagem da menina mostra o desenho de uma criança, com uma trouxinha em uma das pontas de uma vara carregada no ombro e uma boneca na mão que segura a vara, indo por uma estrada, acompanhada por passarinhos. Em seguida, a menina aparece em um balanço, sendo observada por outra criança, acompanhada de uma senhora, a madrasta, e, por último, a imagem da menina que aparecerá depois de descortinado o palco em que, como em um teatro, será representada a minissérie televisiva.

Na primeira imagem, a menina põe-se a caminho em busca das franjas do mar, ao mesmo tempo que busca a felicidade e foge das brigas e discussões travadas entre seu pai e a madrasta. O desenho retrata a imagem da menina na minissérie, como podemos verificar na construção imagética da personagem na cena em que ela está caminhando perto de uma encruzilhada.

Todo o enredo da narrativa que conta a história da menina está relacionado com sua incessante busca. Ela vai em busca das franjas do mar e retorna em busca do amparo familiar. Leva consigo a trouxinha e uma boneca. Os traços comuns entre a imagem do desenho e a imagem da menina, na minissérie, são as tranças desta, a trouxinha pendurada na vara, a boneca e os pés descalços. As diferenças ficam por conta do traje (a primeira usa um vestido reto e a segunda, um vestido acinturado, com saia rodada) e a paisagem de fundo. A primeira imagem mostra um bando de pássaros e a segunda imagem, a visão de casas ao fundo. Há também uma placa demarcatória dos rumos a serem seguidos pelos viajantes que por ali passarem. A contraposição das imagens interessa-nos para pensar as formas representacionais da criança na minissérie, os dispositivos utilizados para a sua representação, pois percebemos a construção de um discurso outro na construção da identidade da criança neste texto. Em ambas as imagens, uma criança põe-se a caminhar pelo mundo fora sozinha, fugindo de um mundo familiar em busca de outro, desconhecido. O interdiscurso que emerge do texto coloca à tona as viagens de Ulisses, figura mitológica greco-latina, personagem da *Iliada* e da *Odisseia* de Homero.

Os pontos que nos permitem fazer essa associação, além da viagem de ida e de retorno da menina, podem ser determinados a partir de alguns elementos, como a oralidade, por exemplo. A *Odisseia* é, de certa forma, uma

sequência de *Iliada* e ambos são poemas épicos escritos no chamado grego homérico, provavelmente no fim do século VIII a.C. Eram contados por um aedo ou rapsodo. *Hoje é dia de Maria* é uma minissérie televisiva apresentada em forma de uma história narrada em prosa (há uma voz em *off* que narra oralmente e às vezes intervém na trama contada), permeada de falas rimadas (na primeira jornada) e musicadas (principalmente na segunda jornada). Outros elementos aproximativos encontram-se na forma não linear da trama, na sucessão de histórias dentro da história e no fato de os acontecimentos não dependerem exclusivamente dos deuses (Maria, como Ulisses, enfrenta as adversidades pela livre escolha, não se submete ao destino dos deuses, como eram as histórias do tempo deste).

Quanto à imagem criada em torno da representação da criança na minissérie, recortamos imagens congeladas de Maria no balanço para analisarmos quais traços representacionais da menina podem ter sido arrolados para as discursividades construídas pela nossa sociedade.

Transpondo a imagem do desenho que representa uma criança brincando, Maria apresenta-se na minissérie como uma menina que se diverte com os animais e com as brincadeiras de balanço, boneca e correrias pelos campos. Na série de imagens de Maria no balanço, de acordo com a ordem de aparição na minissérie, podemos centrar nossa questão da representação por meio do olhar que lançamos para analisar as devidas imagens. No âmbito da Análise do Discurso, uma imagem pode ser analisada como prática discursiva por aproximar-se, como no funcionamento de diferentes linguagens, daquilo que se constitui como semelhança entre elas e por diferenciar-se, constitutivamente, das especificidades dos processos significantes próprios de cada uma das linguagens.

Ao fazermos uma análise discursiva de uma imagem, considerando-a uma prática discursiva, procuramos restituir-lhe os processos de significação específicos da sua materialidade e da sua historicidade. Nesse sentido, dirigimos nosso olhar para as imagens da menina no balanço e apontamos alguns dos traços que se assemelham em uma e outra imagem: em todas há uma menina que brinca em um balanço e também em todas a menina que balança tem duas tranças. Em duas imagens as tranças estão presas por

laços vermelhos e em todas elas há uma árvore, onde o balanço foi instalado. Quanto às diferenças, observamos que o desenho da primeira parece ter sido feito com a técnica do nanquim, a menina é desenhada de perfil e seu vestido é reto, sem cintura. Há também a presença de outra menina e de uma mulher observando-a do outro lado da cerca. No desenho da segunda imagem há um sorriso estampado no rosto da menina, demonstrando alegria, e seu vestido é acinturado, possui uma saia com babados. Há uma casa no fundo, bem como outra árvore, flores e a presença de um senhor aparentemente montado em um cavalo. A terceira imagem mostra a menina em um balanço ao longe, em uma paisagem com uma árvore (na qual o balanço foi instalado), em meio a flores e pedras enormes, com um fundo cercado de montanhas. A quarta e última imagem da série mostra a menina Maria (personalizada na atriz da minissérie que faz esse papel). Ela está saindo do balanço e não demonstra alegria; ao contrário, parece preocupada, com os olhos abaixados.

A série de imagens materializadas no texto parece retomar a criança como ser pueril, que tem a brincadeira como fundamental para demarcar um período existencial chamado “infância”. Como assinalamos anteriormente, a palavra infância sofreu mudanças ao longo da história, mas algumas marcas são sempre trazidas para relacioná-la com certas determinações. O fato de serem mostradas imagens de Maria balançando-se, relaciona, a nosso ver, a criança com uma temporalidade existencial, à qual o brinqueado estaria diretamente relacionado. Diante dessa premissa, consideramos que a escolha para que essas imagens, e não outras, fossem utilizadas na minissérie está diretamente relacionada com os discursos que frequentemente representam a criança em nossa sociedade: um ser frágil, apegado a brincadeiras e brinquedos.

Uma vez que, para nós, a imagem materializada se apresenta como uma linguagem – e por isso mesmo é passível de ser lida/interpretada pela via da Análise do Discurso (porque aceita a existência de diferentes linguagens) –, a imagem pode ser analisada discursivamente como um fato de linguagem complexo e múltiplo, por meio de explicações dos caracteres que a definem especificamente, e de seu funcionamento no processo de produção de

sentido. O trabalho com as diferentes materialidades de linguagem centra-se, dessa forma, nos processos que produzem sentidos, pois “é na prática significativa que os sentidos se atualizam, ganham corpo, significando particularmente” (Orlandi, 1995, p. 35). Para a referida autora, o sentido é errático e o sujeito é itinerante.

Ele perpassa e é perpassado pela diferença; habita e é habitado por muitos discursos, muitas formações discursivas. O que mantém em sua “identidade” não são os elementos diversos de seus conteúdos, de suas experiências diferentes de sentidos, nem uma configuração própria: é o seu estar no silêncio. Porque antes de ser palavra todo sentido já foi silêncio. Dito de outro modo, todo sentido posto em palavra já se dispôs antes em silêncio, na relação com o sujeito. Essa itinerância do sujeito pode assim ser vista como efeito de contradição entre formações discursivas e da própria relação de uma formação discursiva com ela mesma, em sua heterogeneidade. O que tratamos sob a rubrica da incompletude já que, como dissemos, incompletude e possível vêm juntos no discurso. E é nesse passo, e sustentados pela reflexão sobre o silêncio, que podemos compreender as relações que produzem, na instância do discurso, a indistinção, a instabilidade e a dispersão. (Orlandi, 1995, p. 39)

A partir dessa explicação, pode-se, então, compreender que é nesse movimento errático que a relação do homem com as diferentes linguagens se situa. O indivíduo projeta significados e não lhe é possível significar de qualquer maneira. O sentido precisa de uma materialidade específica para significar. As condições de produção do discurso imagético, bem como a própria matéria simbólica (o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem e outros com consistência significativa), são opacas materialmente e não se reduzem ao verbal, mesmo que às vezes sejam intercambiáveis, como no caso das paráfrases, por exemplo.

Argumentando sobre a necessidade do silêncio como anterioridade para a constituição de sentidos, Orlandi (1995) ressalta que esse, como ilusão constitutiva da linguagem, tem a função de fazer o sujeito de linguagem pensar que é origem do que diz e que o que diz expressa realmente seu pensamento. É dessa forma que o silêncio fornece condição para o movimento do sujeito (e, por isso, itinerante) nas funções assumidas como lugar possível e conseqüente produção de sentidos (não unívoco), em acordo com

as posições/funções. “Sendo o silêncio um dos componentes da relação do sujeito com as formações discursivas, ele (sujeito) percorre diferentes limites de sentidos (formações discursivas diferentes), a não ser que intervenha a censura” (Orlandi, 1995, p. 38). O silêncio faz ecoar o sentido no sujeito e dessa forma possibilita que as diferenças transpassem os diferentes processos que permitem a identificação sem a perda da unidade. Seguindo esse raciocínio, podemos interpretar que há uma identificação entre a sequência de imagens da menina no balanço, bem como uma dispersão, ao sinalizarmos que o brinquedo (balanço) é o que poderia equalizar a criança Maria com a criança socialmente construída pelo discurso modernista em nossa sociedade.

Na minissérie, o que parece cortar essa relação é o fato de que a menina vai se mostrar no entre-lugar da infância com o adulto, uma vez que sua relação com o balanço não demarca uma infância que brinca, apenas, pois sofre cobranças por brincar e por não ser adulta. Há, também, uma passagem em que a menina tem sua infância roubada pelo diabo e, de uma hora para outra, torna-se mulher. Maria, como moça, continua sua caminhada e sua história é cruzada pela história da *Cinderela*.⁶ Tal como a personagem dos contos de fadas, Maria é órfã de mãe, seu pai casara-se novamente, sua madrasta é má e embora não tivesse duas filhas do casamento anterior, como em *Cinderela*, e sim uma única filha, é esta que recebe as regalias, enquanto Maria é feita serviçal da casa.

Por ocasião da festa em homenagem ao príncipe, Maria é impedida pela madrasta de comparecer, mas recebe ajuda de um mascate que, magicamente, lhe fornece as indumentárias para que pudesse participar do evento. Também, como no caso da *Cinderela*, Maria deve voltar para casa antes da meia-noite e, na correria, perde seu sapatinho. Quando o príncipe envia seu mensageiro em busca da dona do sapatinho perdido, a Madrasta tenta

⁶ Um dos contos de fadas mais populares que tem atravessado a história da humanidade em várias versões. Uma das mais conhecidas é a do escritor francês Charles Perrault, de 1697, que foi escrita com base em um conto popular italiano conhecido como Gata Borralheira. A versão mais antiga que se tem notícia é originária da China (860 a.C.) e a mais conhecida é a dos irmãos Grimm, que se diferencia da versão de Perrault porque nesta não há fada-madrinha e no fim as irmãs malvadas têm seus olhos perfurados por pombos.

fazer a filha calçá-lo, porém o pé desta é maior. Maria calça o sapatinho e vai ao palácio para se preparar para o casamento. Aqui observamos a aplicação do ensinamento de Pêcheux sobre a memória e a representação de um acontecimento novo. Repetindo (mas não da mesma maneira) o conto de fadas, Maria se interessa pelo príncipe. Já está no altar para casar-se com ele quando ouve o pio doloroso do pássaro ferido, trazido pelo vento. Maria retira sua mão e volta para o casebre, onde morava com a madrasta e a filha dela, Joanhina. Diz a Joanhina que pode ficar com o sapato, o vestido e o príncipe e sai andando pela beira do rio até chegar ao charco onde o pássaro Incomum emite uns gemidos parecidos com gemidos humanos. Retira as setas que o feriram e acarinha as penas do pássaro que, repentinamente, se transforma em um moço. É o Amado. Inicia-se o diálogo:

Amado: Sou aquele que velei seu sono e segui seus passos. E não vi encanto em voar livre no espaço, nem em estar perto do manto das estrelas, nem no canto dos pássaros nas manhãs. Quis andar... pela terra... Não conseguindo suste-se sobre as pernas, envergonha-se.

Amado: Eu que conheci a altura dos voos, os raios mais fortes do sol, naveguei no ar gelado das montanhas e enfrentei o hálito quente do deserto... Eu, que agora estou tão perto de você, não sei caminhar... minhas pernas não me obedecem, sou um fraco... Por favor, não me olhe...

Maria: Quem é ocê? [...] Será ocê aquele que eu já adivinho? [...] E pur que minha voiz pergunta quem é ocê, se meu coração já le conhece? (Abreu; Carvalho, 2005, p. 188)

Inicia-se, dessa forma, uma história de amor entre a jovem e o Pássaro Amado, que não desaparece do coração de Maria quando ela volta a ser criança novamente, pois embora não se lembre do acontecido, lembra-se do pássaro e do sentimento do amor.

O que se torna visível na invisibilidade mostrada é que a infância de Maria se encaminha para a produção de um sentido outro que diferencia a criança da minissérie das representações anteriormente feitas sobre a criança. Como no conjunto de figuras há pontos que se cruzam e pontos que se afastam, podemos considerar que a imagem da criança pode se transformar em um conceito “audível” pela escuta do “silêncio” que uma obra de arte

pode produzir quando se trata de produção de sentido. A criança mostrada nas diversas maríadas ocupa esse silêncio que nos conduz a projetá-la na forma de um conceito, o conceito de devir-criança, entendendo-se, com isso, que não se trata de uma imitação, assemelhação ou assimilação, não é um modelo nem o tornar-se outra coisa em um período sucessivo (histórico).

Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco ele é uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação. [...] O devir não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária. O devir é sempre de uma ordem outra que a da filiação. Ele é da ordem da aliança. (Deleuze; Guattari, 2012, p. 18-19)

O devir-criança não é o infantilizar-se, tornar-se criança, o retroceder ao tempo da infância. “O devir é uma antimemória” e isso não quer dizer que se negue a existência de uma memória, e sim afirmar que a memória existente é molecular: “Fator de integração a um sistema molar ou majoritário” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 96).

CONCLUSÃO

Recuperando as imagens exibidas, temos em Maria uma criança órfã de mãe que brinca, tem boneca, trabalha, apanha, sofre assédio do pai, sofre maus-tratos da madrasta, é enterrada, ressuscita, é religiosa, foge de casa, sonha, enfrenta os obstáculos, ri, chora, tem coragem, mas também tem medo, tem saudades, perde a infância, torna-se mulher, apaixona-se, vive sua sexualidade com o Amado, ilude-se, desilude-se, engana-se, é enganada, sofre perdas, ganha, protege, é protegida etc.

Na fusão das imagens da Maria da minissérie, a representação da criança criada sócio-historicamente parece-nos perder a visibilidade que se nos apresentava (conforme já expusemos) para se apresentar como um platô, no sentido deleuziano, constituindo um novo sentido para a criança, ou seja, essa nova imagem que se cria a partir da fusão das imagens mostradas parece, repetindo Ceccim e Palombini (2009, p. 156), “captar o movimento de constituição das figuras da realidade, compreendendo a existência de uma

virtualidade compondose com o real”. O real das imagens atualizado (visível das formas e invisível das sensações) não se fixa. Nesse sentido, apostamos na possibilidade da metamorfose de as imagens da menina Maria poderem tornar-se o que é definido por Deleuze como devir-criança, pois os dispositivos que construíram “verdades” a respeito da criança, em nossa sociedade, são (des)construídos na minissérie.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. A.; CARVALHO, L. F. *Hoje é dia de Maria*. São Paulo: Globo, 2005.
- AGAMBEN, G. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CECCIM, R. B.; PALOMBINI, A. de L. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. In: MAIA, M. S. *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 155-183.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo. In: _____. *O mistério de Ariana*. Trad. e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja, 1996. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20-%20O%20que%20C3%A9%20um%20dispositivo.pdf>>. Acesso em: abr. 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Suely Rolnik. v. IV. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- _____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-249.
- _____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- HOJE É DIA DE MARIA. Dir. Luiz Fernando Carvalho. São Paulo: Globo Marcas DVD, 2005.
- KOHAN, W. A infância da educação: conceito devir criança. In: _____. (Org.). *Infância, estrangeiridade e ignorância: Ensaio de filosofia e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 51-68.
- LYOTARD, J-F. *Lecturas de infância*. Buenos Aires: Eudeba, 1997.

NIETZSCHE, F. *Nietzsche - vida e obra*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores).

ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não verbal. *RUA - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade (NuDecri)*. Campinas: Unicamp, n. 1, p. 35-47, 1995.

SCHÉRER, R. *Charles Fourier e a infância para além das crianças*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Discurso, dispositivo de poder e subjetivação do aluno hiperativo

| **Bruno Franceschini**

| **Cleudemar Alves Fernandes**

NOS ESTUDOS QUE REALIZAMOS SOBRE A obra de Michel Foucault e nos diálogos estabelecidos com pesquisadores da Análise do Discurso (AD) em perspectiva foucaultiana, deparamo-nos em muitos momentos com conceitos e/ou reflexões do autor ainda merecedores de aprofundamento, até mesmo em função da complexidade de sua obra e de sua produtividade para a AD. Entre essas questões, a noção de dispositivo, já assinalada em alguns estudos (Cf. Courtine, 2011; Fernandes, 2012), constitui objeto de reflexão e aprofundamento para que seja mais bem compreendida em Foucault e, principalmente, para que sua proficuidade à AD seja explicitada. Este estudo dedica-se justamente a uma retomada dessa noção, para verificar como os discursos sobre o aluno hiperativo são produzidos e legitimados por dispositivos de poder e saber que promovem construções identitárias sobre esse sujeito.

Nos trabalhos de Michel Foucault que se inscrevem mais diretamente na fase denominada arqueologia, encontram-se reflexões sobre formações e transformações históricas de objetos como a loucura, a episteme da Idade Clássica e os primeiros séculos da episteme da Idade Moderna, e análises de discursos que mostram a formação e a transformação desses objetos, como objetos de

produção de saberes. No escopo desses trabalhos que focalizam produções de conhecimento, as reflexões e análises pautam-se na construção, por meio de discursos, dos saberes historicamente produzidos e/ou modificados.

Todavia, no desenrolar de suas pesquisas, Foucault enfatiza que o saber é produzido também nas relações de poder cotidianas que envolvem os sujeitos, inclusive fora dos espaços institucionalizados. E focaliza também o vínculo constitutivo entre saber e poder. Assim é que, tendo o discurso como objeto de análise e problematização, e havendo verificado que o poder, por meio dos discursos, integra as relações entre os sujeitos, sua aula inaugural no Collège de France marca uma passagem da arqueologia para a genealogia. Para esse deslocamento, no lugar da noção de episteme que se volta para a produção dos saberes, sem que esse conceito seja abandonado, entra de forma mais veemente a noção de dispositivo, compreendido como dispositivo de poder, conforme explicaremos no primeiro tópico deste estudo.

A respeito dessa problemática, Foucault (2009a) argumenta que as práticas discursivas devem ser observadas a partir dos dispositivos de poder, no sentido de procurar explicitar a maneira como os arranjos de poder, conceito este compreendido como forma de relações dispersas no cotidiano, possibilitam afirmações, negações, teorias e todo um jogo de verdade. Um dos grandes interesses de Foucault, nesse momento, recai sobre o exame da produção de verdades, por meio dos discursos, mas a partir de dispositivos de poder. Interessa-lhe também verificar em que medida um dispositivo de poder incita a produção de enunciados, de discursos etc. Como expõe Foucault, a Análise do Discurso, assim, volta-se para a apreensão do dispositivo como produtor da prática discursiva e visa a apreender essa prática no ponto em que ela se forma, o que implica o estudo do sujeito.

Nos estudos discursivos de linha foucaultiana, questões relacionadas ao sujeito são reflexões sempre presentes e pertinentes, haja vista que, nos inúmeros trabalhos de Foucault, a discussão em torno das práticas discursivas e de como elas constroem a identidade do sujeito, seja pela relação saber-poder, seja pela vigilância presente na ordem do olhar, são temas recorrentes. No caso deste estudo, nossa atenção está voltada para um sujeito da educação em evidência na sociedade: o sujeito aluno hiperativo.

Uma análise dos modos de produção discursiva desse sujeito pode ser feita atentando-se para os processos de subjetivação que organizam e produzem sentidos sobre as identidades. Nesta exposição, visamos a compreender e explicitar o funcionamento de processos de subjetivação que atravessam discursos circulantes na mídia brasileira contemporânea, nos quais o sujeito aluno hiperativo é tratado como objeto de um saber das ordens discursivas da pedagogia e da medicina. Como assinalamos, esses discursos são produzidos e legitimados por dispositivos de poder e saber e voltam-se para a construção identitária do aluno hiperativo.

DISCURSO E DISPOSITIVO DE PODER

Em sua fase arqueológica, Foucault procura compreender as articulações entre o discurso, o sujeito e a história, de modo a investigar como essa junção, na trama saber-poder, produz a identidade dos sujeitos, e como essa articulação saber-poder atravessa os sujeitos produzindo saberes sobre eles. Como expõe Navarro (2008) a respeito da história geral e do descentramento do sujeito, os estudos de Foucault “interrogam o modo como o homem se tornou objeto nos saberes ocidentais e os processos de subjetivação que esses saberes empregam na produção de identidades individuais e sociais” (p. 61).

No poder disciplinar, os diferentes dispositivos articulam-se entre si, e esse tipo de dispositivo – o disciplinar – é encontrado também nas comunidades religiosas, ou melhor, nas religiões. Como expõe Foucault (2006), o dispositivo disciplinar integra as práticas religiosas, os rituais, corrobora as hierarquias e as ideologias religiosas, e, além disso, contribui para as transformações das ordens e das práticas religiosas. Por outro lado, esses dispositivos sofrem reelaborações e modificações na história.

Dispositivos de disciplina são definidos como “uma mesma regra que se impõe a todos da mesma maneira, sem que haja entre eles aqueles a que ela se aplica outras diferenças de estatuto, além das que são indicadas pela hierarquia interna do dispositivo” (Foucault, 2006, p. 82). Esse funcionamento pode ser observado de forma mais explícita nas escolas, nos quartéis, nas igrejas, mas estão disseminados em diferentes lugares da sociedade; consiste em um exercício que cada indivíduo deve exercer sobre si, sob a direção de

um condutor/guia, responsável pela sua conduta. Nas escolas, os dispositivos disciplinares evidenciam-se pelas divisões dos estudantes em idades, às quais são correlacionados os exercícios de conteúdo programático, a organização em filas, a distribuição das atividades em horários etc.

Na esteira dessa discussão, pensamos na questão do governo do sujeito aluno hiperativo e nas formas de governo desse sujeito da educação na prática discursiva midiática constituída pelos saberes escolar e médico. Assim, procuramos refletir sobre como ocorre, no discurso, o estabelecimento de condutas a respeito desse sujeito.

No aspecto produtivo do poder, em que o objetivo é tornar o sujeito útil à sociedade capitalista, a questão da governamentalidade é de grande importância para esta discussão, uma vez que o governo visa cuidar de toda uma sociedade em suas instâncias mínimas. Para Foucault (2010, p. 302), “gerir a população não quer dizer gerir simplesmente a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los simplesmente no nível de seus resultados globais. Gerir a população quer dizer geri-la igualmente em profundidade, em fineza, e no detalhe”.

É nessa perspectiva que observamos a questão do exercício do poder nas mínimas ações dos sujeitos. No caso deste estudo, o sujeito professor, ao indicar o reforço ao aluno com baixo desempenho por causa da agitação e da inquietação decorrentes do Transtorno por Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), exerce, de certa forma, o poder que lhe é conferido em consideração à sua posição-sujeito na ordem do discurso. Do mesmo modo, o sujeito médico, ao receitar fármacos ao sujeito aluno hiperativo, também o governa, de modo a normatizá-lo e a normalizá-lo com vistas a torná-lo produtivo no espaço escolar. Destarte, no âmbito do governo existe “um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental cujo alvo principal é a população, e cujos mecanismos essenciais são os dispositivos de segurança” (Foucault, 2010, p. 302).

A sociedade industrial capitalista, para sustentar um *status* definido pela posse econômica, aperfeiçoa técnicas para a manutenção e acumulação de bens, e também para a manutenção e reprodução das forças de trabalho, a partir da elaboração e implementação de dispositivos disciplinares. Como mencionamos anteriormente com Foucault, as disciplinas recaem sobre o espaço, o tempo, os corpos dos sujeitos, distribuem-nos e visam a moldá-los e torná-los produtivos.

Ao discorrer sobre o poder disciplinar, considerando o *Panopticon* de Bentham, Foucault (2006) ressalta que é a esse mecanismo de poder que esse autor denomina democracia, porque qualquer um pode ocupá-lo, pode exercê-lo, visto que não está localizado em um ponto apenas e não é propriedade de ninguém. Essa vigilância constante, esse poder de um sobre o outro pode ser visualizado nas práticas discursivas engendradas em instituições como escolas, presídios, hospitais, exércitos, que, entre outras, caracterizam-se pelo exercício de poder e pela produção de saber sobre o homem e para o homem. O sujeito vigiado será alvo de conhecimento: aquele que vê anota para que cada sujeito seja identificado.

Foucault (2006, p. 96) acrescenta ainda que “*Panopticon* quer dizer duas coisas. Quer dizer que tudo é visto o tempo todo, mas quer dizer também que todo o poder que se exerce nunca é mais que um efeito de ótica. O poder não tem materialidade”. É um dispositivo de poder sobre os sujeitos em geral.

Nesse âmbito, qualquer sujeito está autorizado a exercer o poder, e assim como na torre do panóptico, ele está autorizado a ser o “olho que tudo vê”, pois nesse regime disciplinar os sujeitos estão inscritos num campo de visibilidade que os torna objetos de saber da rede de poder da ordem da instituição na qual estão inscritos. Assim, no espaço escolar, o sujeito aluno hiperativo é objetivado em vista da necessidade de controlá-lo naquilo que diz respeito ao comportamento e ao rendimento na educação. A esse respeito, Foucault (2009b, p. 194) explana:

O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça.

Observamos, dessa forma, o aspecto produtivo do poder, o qual tem por objetivo docilizar e otimizar o corpo físico dos sujeitos no trabalho, com a vigilância que é realizada pelos próprios sujeitos inscritos em suas redes, uma vez que, no tocante à sua objetivação, “poder e saber encontram-se assim firmemente enraizados” (Foucault, 2005b, p. 126). Nessa

feita, pensamos no panóptico como um dispositivo de poder, ou seja, “um mecanismo de poder e uma função; é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder” (Foucault, 2009b, p. 196).

Dispositivo é um conceito que aparece em diferentes momentos da obra de Foucault, mas em uma entrevista concedida por ele sobre esse conceito, publicada no livro *Microfísica do poder* (1981), encontra-se uma síntese, por meio de uma enumeração, bastante elucidativa. Em primeiro lugar, o termo dispositivo refere-se a um conjunto heterogêneo que envolve discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, ou seja, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. Em segundo lugar, entre esses elementos pode haver um tipo de jogo que leve a mudanças de posição, de funções. Em terceiro lugar, Foucault compreende dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, surge para responder a uma urgência.

A produção e a implementação de uma lei mostra-a como um dos elementos que muito bem exemplifica o dispositivo, pois ela incita, interdita, normatiza. Mas ela é objeto de resistência, de contestação por meio de discursos, e a produção e circulação de discursos que objetam dada lei podem levar à sua modificação. Todavia, a caracterização desse tipo de dispositivo, em relação com o discurso, estende-se a todos os demais dispositivos, em suas relações com a produção e o funcionamento dos discursos.

A leitura e a compreensão da noção de dispositivo de poder em Foucault e a verificação da proficuidade desse conceito para a Análise do Discurso encontram eco em estudiosos como Jean-Jacques Courtine, Paul Veyne e Gilles Deleuze, que não somente reiteram os apontamentos até então apresentados, como também contribuem para a elucidação das reflexões arroladas. Como assevera Veyne (2011, p. 54), “o próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele [...] e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade, a estranheza da época, a cor local do dispositivo”.

A contestação de um discurso dado, por meio de outros discursos, pode ajudar a desarticular, modificar, ou até mesmo a derrocar um dispositivo e a

produzir outro. O funcionamento do dispositivo, por sua vez, como mostra Foucault (1981), integra as relações de força, para conduzi-las em certa direção, ou bloqueá-las, estabilizá-las.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. (Foucault, 1981, p. 246)

O próprio discurso, pelo seu funcionamento, pode atingir o *status* de dispositivo, pode funcionar como um efeito de dispositivo. Tal assertiva atesta o discurso como prática, aspecto reiterado por Courtine (2010, p. 29):

O discurso deve ser compreendido a partir daquilo que Foucault chama de dispositivo, isto é, um conjunto heterogêneo de instituições e de leis, de coisas e de idéias, de atos e de práticas, de falas e de textos, de dito e não dito. “O próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela sobre ele e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade (histórica), a estranheza de época, a cor local do dispositivo”.

Deleuze (1990), ao se debruçar sobre a noção de dispositivo arrolada por Foucault, considera-a em relação ao discurso e assim se manifesta:

Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores [...]. Os dispositivos são como as máquinas de Raymond Roussel, máquinas de fazer ver e de fazer falar, tal como são analisadas por Foucault [...] Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir em função do visível e do enunciável, com suas derivações, suas transformações, suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas etc. (p. 156)

Uníssonos, Deleuze (1990) e Veyne (2011) reiteram ainda que o dispositivo implica o poder e o saber, e constitui um espaço variável. Envoltos pelo poder, o dispositivo aciona o saber a todo um conjunto de leis, direitos, regulamentos, práticas, e institucionaliza esse conjunto revestindo-o com um estatuto de verdade.

Daí uma relação do dispositivo com a verdade (ou vontade de verdade), que o leva a atuar na produção da subjetividade pelos discursos. Agamben (2009) acrescenta que “os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é devem produzir o seu sujeito” (p. 38). E ainda: “O dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo” (p. 46).

Foucault (1981), ao expor a abrangência do dispositivo de poder, considera as enunciações, os discursos e vários outros elementos, tendo em vista sua possibilidade de funcionamento como dispositivo, sendo que este não é a coisa em si, e sim um efeito que seu funcionamento pode alcançar. Foucault, em sua obra, discorre também sobre os dispositivos como práticas de subjetivação. As reflexões arroladas por ele e pelos estudiosos anteriormente citados mostram que o sujeito é produzido, subjetivado, em cada época, pelos dispositivos e discursos do momento, em relação à descontinuidade própria da história.

Como mencionamos anteriormente, o dispositivo correlaciona-se com a vontade de verdade, aspecto assim assinalado por Veyne (2011, p. 185): “Queria, ao contrário, mostrar como o sujeito era constituído ‘através de certo número de práticas que eram jogos de verdade, práticas de poder etc.’” O dispositivo de saber e de poder é formado por regimes de verdade, a partir dos quais se inscreve no social e promove uma separação entre o verdadeiro e o falso. Nessa feita, o discurso é imanente aos acontecimentos históricos e, com o dispositivo do qual é efeito, sofre as determinações da história.

A respeito dos elementos históricos constituintes do discurso, com relação ao conceito de dispositivo e considerando uma de suas características, que é a mudança de posição dos sujeitos discursivos, pensamos no caso do sujeito aluno hiperativo, acerca de sua constituição identitária, como algo não estanque, e sim em constante mutação, haja vista a multiplicidade dos sujeitos discursivos que o objetivam. Assim sendo, na empreitada de uma análise arqueogenealógica, trabalhamos com a descrição dos enunciados, a fim de buscar a regularidade discursiva deles em meio à sua dispersão tanto nas práticas discursivas quanto nas não discursivas.

Ao propormos neste trabalho questões relacionadas à subjetivação dos sujeitos da educação por meio do discurso, faz-se necessário trazermos à tona

aquilo que culmina na constituição desses sujeitos, ou seja, as relações saber-poder, e expor, como já explicitamos, o aporte teórico da teoria da Análise de Discurso. Dessa articulação entre poder e saber, surgem discursos com efeitos de verdade, cabendo ao analista de discurso não questionar “o que é isso? Mas, sim, perguntar como isso funciona?” (Veiga-Neto, 2007, p. 70).

No que tange aos procedimentos de análise, apoiamo-nos em Gregolin (2006, p. 28), para quem

o analista de discursos deve descrever as conexões, os jogos de força, as estratégias discursivas que materializam, num dado momento histórico, efeitos de sentido que circulam no espaço social. Essas concepções, que são sustentadas pelo descontínuo e pela multiplicidade, acarretam mudanças metodológicas, pois o acontecimento discursivo deve ser analisado a partir de um conjunto heterogêneo de relações entre a memória e o esquecimento. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos fundadores e de regularidades absolutas, buscam-se *efeitos discursivos*.

Nessa perspectiva, a tarefa do pesquisador é descrever e interpretar a materialidade discursiva dos enunciados, bem como as condições de emergência e de existência deles, uma vez que o discurso é uma prática social e histórica. O discurso, para Foucault (2009b, p. 55), não é, “como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras”; é uma prática discursiva constituída por uma gama de enunciados produzidos “por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (Gregolin, 2004, p. 26).

DISPOSITIVO E SUBJETIVAÇÃO DO ALUNO HIPERATIVO

No movimento de descrição e interpretação das relações de saber e poder que legitimam os discursos sobre o aluno hiperativo e constroem identidades sobre esse sujeito, serão analisadas algumas sequências discursivas selecionadas de uma série enunciativa mais abrangente, que congrega enunciados advindos da formação discursiva da instituição médica no interior da prática discursiva midiática.

A análise ora proposta seguirá por dois trajetos temáticos (Guilhaumou; Maldidier, 1997), os quais possibilitam a organização das séries enunciativas,

bem como o percurso a ser realizado, com vistas à compreensão do modo como se dá a produção discursiva de efeitos de identidade sobre o sujeito aluno hiperativo, a saber: a) como o TDAH é conceituado na perspectiva médica? b) como o TDAH é diagnosticado segundo o saber médico?

A respeito desses dois trajetos temáticos, interrogamos a prática discursiva midiática na relação que estabelece com as práticas discursivas escolar e médica, em sua dispersão de enunciados a respeito da identidade do sujeito aluno hiperativo. Ou seja, procuramos pensar como esse sujeito da educação é objetivado e, conseqüentemente, subjetivado nessas práticas discursivas.

A análise é realizada tomando como direcionamento os elementos correspondentes ao exercício da função enunciativa, a partir dos quais se poderá observar como se dá a formação do objeto em tela. Procuramos, assim, calcados em Foucault (1971, p. 61),

o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder tratá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicar etc. Essas relações caracterizam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática.

Neste segundo item, propomo-nos a apresentar o que é TDAH e quem é o sujeito aluno hiperativo sob a perspectiva da arqueologia do olhar médico na prática discursiva midiática.

O sujeito-jornalista, atravessado pelo saber médico, enuncia as prováveis causas do TDAH: a predisposição genética e as falhas no cérebro. Novamente, é possível depreender que o cérebro é concebido como um aparelho que, para o sujeito aluno hiperativo, é falho. Trata-se de um dispositivo de subjetivação, advindo da ordem do saber médico, que se dirige a um organismo doente. Nesse saber, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (Foucault, 2009b, p. 133). A hiperatividade não preexiste a esse olhar; antes, é ele que faz surgir o hiperativo como sujeito que se presta à observação e à medicalização. O corpo, aqui, é objeto de um discurso que, ao enunciar a doença, diz quem é esse sujeito, como ele deve cuidar de si, como pode reagir em sua condição de doente e como deve ser tratado.

Nesse processo de objetivação e de subjetivação, observamos a relação saber-poder, presente no discurso médico, incidir sobre outros discursos concernentes à formação discursiva sobre o sujeito aluno hiperativo, sob a forma de uma dispersão de enunciados.

A primeira sequência enunciativa faz circular o saber médico sobre o TDAH e o sujeito em questão:

1. Mas o que poderia parecer rebeldia ou falta de interesse foi identificado, há quase um século, como transtorno provocado por uma anomalia no desenvolvimento *de algumas áreas cerebrais*.¹ [Grifos nossos]
2. No caso das crianças que possuem desatenção e hiperatividade há uma tendência a ter *alterações em córtex pré-frontal*. Mas elas tendem a ter alterações também na *região parietal posterior* e algumas nas *conexões dessas duas regiões*. Então o amadurecimento dessas duas regiões se dá de forma diferente do que se dá nas crianças sem déficit de atenção e hiperatividade.² [Grifos nossos]
3. Estudos de imagens cerebrais em pessoas com déficit de atenção mostraram um *padrão consistente de atividade abaixo do normal nos lóbulos frontais*.³ [Grifos nossos]
4. Mas sabemos o bastante para dizer que se trata de *um problema baseado no cérebro*, e temos alguma ideia sobre quais *circuitos e genes estão envolvidos*.⁴ [Grifos nossos]

O sujeito, nesses enunciados, enuncia de uma determinada posição, construída sócio-historicamente. Portanto, para que pudesse produzir tal enunciado acerca do que é o Transtorno por Déficit de Atenção e

¹ Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/noticias/reportagens/item/125-desaten%C3%A7%C3%A3o-hiperatividade-afetam-muitas-crian%C3%A7as.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

² Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/noticias/reportagens/item/125-desaten%C3%A7%C3%A3o-hiperatividade-afetam-muitas-crian%C3%A7as.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

³ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/desfazendo-os-mitos-sobre-disturbios-de-atencao>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

⁴ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/desfazendo-os-mitos-sobre-disturbios-de-atencao>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Hiperatividade foi necessário que adentrasse a ordem do discurso médico, uma vez que a posição ocupada por ele

é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo. (Foucault, 1971, p. 107)

Para seu discurso ser legitimado, o indivíduo deve responder aos procedimentos necessários, às interdições e coerções impostas pelos regimes discursivos, porque, como atesta Foucault (1971, p. 59),

o médico é sucessivamente o questionador soberano e direto, o olho que observa, [...] é porque todo um feixe de relações se encontra em jogo; [...] relações entre o campo das observações imediatas e o domínio das informações já adquiridas; relações entre o papel do médico como terapeuta, seu papel de transmissor na difusão do saber médico e seu papel de responsável pela saúde pública no espaço social.

A esse respeito, como podemos observar no enunciado, para o sujeito médico, o TDAH é uma patologia. Nessa materialidade discursiva, o referencial do enunciado não é o indivíduo em interação com a sociedade em que vive, e sim uma peça do corpo humano, o cérebro, visto como uma máquina que apresenta falhas nas partes frontal e lateral; e como resultado desse processo que falha, no caso, a maturação dessas regiões cerebrais, ocorre o TDAH: *anomalia* (excerto 1), *alterações em córtex pré-frontal* (excerto 2), *padrão consistente de atividade abaixo do normal nos lóbulos frontais* (excerto 3) e *problema baseado no cérebro* (excerto 4), sendo a linguagem científica presente nesses enunciados as evidências linguísticas que tomamos como forma de observar a modalização do discurso médico.

Os textos em tela, por serem enquadrados no gênero vulgarização científica, têm, por característica desse gênero, a articulação do discurso de especialistas com o discurso jornalístico. Este tem por função explanar, em linhas gerais, o saber científico para um público comumente leigo, além das implicações resultantes da relação saber-poder:

Na relação de conflito e tensão entre saber / conteúdo (cientista) e poder divulgação (jornalista), aparece um terceiro discurso, decorrência da percepção (ou não) de ambos na produção da informação. Neste caso, como no ato da entrevista, a formação e a compreensão desses atores são essenciais para um produto melhor acabado. Como o cientista e o jornalista trabalham? Quais as interpretações possíveis para a elaboração da narrativa jornalística? (Caldas, 2010, p. 36)

Desse modo, a posição-sujeito adotada pelo médico exige dele a modalização do discurso, ou seja, a esse sujeito não convém enunciar de outra forma que não seja o discurso médico.

Na dispersão de enunciados agrupados nessa série enunciativa, observamos a regularidade discursiva dos enunciados em questão, os quais tratam estritamente dos aspectos biológicos do TDAH, sem adentrar a questão escolar dos efeitos causados pelo transtorno. Isso ocorre porque a prática discursiva médica traz em seu interior, como expressa Foucault (1971, p. 184),

a valorização do corpo como instrumento de trabalho, o cuidado de racionalizar a medicina pelo modelo das outras ciências, os esforços para manter o nível de saúde de uma população, o cuidado com a terapêutica, a manutenção de seus efeitos, o registro dos fenômenos de longa duração.

Na série enunciativa em análise, o sujeito jornalista, atravessado pela prática discursiva médica, enuncia a respeito do TDAH utilizando termos biológicos, tais como: *córtex pré-frontal* (excerto 1), *região parental posterior* (excerto 2), *lóbulos frontais* (excerto 3) e *circuitos e genes* (excerto 4). A objetivação do que seja o TDAH é delineada por esses termos, os quais acabam por dar a esse sujeito o *status* de doente, vindo a marginalizá-lo, uma vez que é próprio do saber médico a conceituação de patologias. Como analisa Foucault (1971, p. 185), “podemos compreender tal relação na função que é atribuída ao discurso médico, ou no papel que dele se requer, quando se trata de julgar indivíduos, tomar decisões administrativas, dispor as normas de uma sociedade”.

Para Foucault (2009a), o sujeito é concebido como uma função do discurso, ou seja, ele é instituído no e pelo discurso, o qual é, também, objeto de

desejo e de poder, uma vez que, ao adentrar a *ordem do discurso*, o sujeito que correspondeu aos procedimentos e às interdições impostas pelo regime discursivo disseminado nos micropoderes estará então legitimado, na instância discursiva, a produzir discursos sobre um determinado objeto e, por serem autorizados, esses discursos atravessados pela relação saber-poder poderão vir a produzir enunciados com efeitos de verdade.

É nesse sentido que comungamos das ideias foucaultianas acerca da constituição de uma *microfísica do poder*. Como já exposto, em sua composição sócio-histórica, o poder é manifestado no discurso, e, por circular nos mais variados níveis da sociedade, produz saberes que possibilitarão a legitimação de discursos, em espaços institucionais como o escolar, o midiático e o médico. Como questiona Foucault (1971, p. 56), “quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem?”

Ao trabalharmos num regime de dispersão de enunciados, encontramos também enunciados que se opõem à perspectiva patologizante e excludente da série enunciativa anterior. Na construção discursiva do que seja o TDAH para essa segunda série, observamos que esses discursos nos remetem ao espaço de dissensão constituinte de uma formação discursiva. Essa contradição encontrada no interior da formação discursiva médica possibilita-nos, no processo de análise desses discursos, “mostrar [que] o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (Foucault, 1971, p. 121).

Após a análise do primeiro trajeto temático, o qual tratou da constituição identitária do sujeito aluno hiperativo na prática discursiva midiática, sendo esta atravessada pelos saberes escolar e médico, neste segundo trajeto, o nosso objetivo é questionar o discurso midiático, bem como o atravessamento deste pelas práticas discursivas escolar e médica naquilo que diz respeito ao diagnóstico desse sujeito da educação.

Neste segundo recorte, propomo-nos a analisar e a descrever quais são os procedimentos adotados pelo sujeito professor e pelo sujeito médico para o diagnóstico do aluno hiperativo. Para tanto, neste trajeto, utilizaremos noções que tratam da relação saber-poder, em especial, aquilo que concerne

às modalidades enunciativas e ao exercício da governamentalidade. Como expõe Foucault (1977, p. 117),

o poder não está, substancialmente, identificado a um indivíduo que o possuiria e o exerceria desde a sua origem; ele torna-se um maquinário do qual ninguém é titular. Certamente, nessa máquina ninguém ocupa o mesmo lugar, certos lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De sorte que podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder da força individual.

Desse modo, ao pensarmos no objeto em questão – o aluno hiperativo – observamos a implicação do poder no diagnóstico desse sujeito, proferido por um sujeito discursivo do campo da educação ou da saúde, haja vista que qualquer sujeito pode vir a ocupar a posição de proferir um discurso que será tomado como verdadeiro.

A respeito do saber, uma vez que saber e poder são indissociáveis, explanaremos, como realizado no trajeto anterior, “o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa o seu discurso” (Foucault, 1971, p. 204). Ou seja, um ponto a ser explorado neste trajeto diz respeito às formas de discurso assumidas pelos sujeitos discursivos no trato do diagnóstico do objeto desta análise.

Neste segundo ponto do trajeto temático, que versa sobre o diagnóstico do TDAH e do sujeito aluno hiperativo, apresentaremos enunciados que tratam da presença do saber médico nas prescrições a respeito do transtorno, com vistas a mostrar de que forma a prática discursiva midiática, atravessada pelo saber médico, opera o processo de governamentalização desse sujeito da educação.

Acerca das modalidades de enunciação presentes no discurso médico, apresentamos, neste momento, a continuidade dos enunciados que dizem respeito à realização dos exames clínicos e das observações comportamentais no processo de diagnóstico do sujeito aluno hiperativo em textos constituídos pelo saber médico na mídia.

5. O padrão psiquiátrico oficial para diagnosticar o TDAH inclui os seguintes comportamentos: “Frequentemente irrequieto com as

mãos ou os pés, ou se contorcendo na carteira”, “frequentemente sai da carteira quando se espera que permaneça lá”, “fica correndo excessivamente”, “incapaz de atentar para os detalhes ou comete erros” e “parece não estar ouvindo”.⁵

6. Não restam mais dúvidas de que a TDAH é real: exames deixam claro sua relação com a baixa atividade em determinadas regiões do cérebro.⁶
7. Estudos de imagens cerebrais em pessoas com déficit de atenção mostraram um padrão consistente de atividade abaixo do normal nos lóbulos frontais. Embora pesquisas recentes tenham identificado fatores ambientais que podem elevar a probabilidade de desenvolvimento da doença, estima-se que seu componente genético seja mais forte.⁷
8. CB - *Como o TDAH com predomínio de desatenção pode ser identificado?*
LA - Em primeiro lugar é importante a noção clara de que o TDAH possui duas dimensões de sintoma. Uma dimensão de desatenção e uma dimensão de hiperatividade e impulsividade. O que caracteriza a dimensão de desatenção é a identificação, por exemplo, da dificuldade de prestar atenção a detalhes ou da tendência de errar por descuido. Vemos isso normalmente em crianças que em exercícios de matemática que têm, duas ou três contas de somar e uma de subtrair, não percebe e somam as quatro equações sem perceber que uma delas era uma subtração. Esse tipo de erro causado por não prestar atenção a detalhes é importante.⁸

⁵ Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75609-6048-441,00.html>>. Acesso em: 03 abr. 2011.

⁶ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/desfazendo-os-mitos-sobre-disturbios-de-atencao>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

⁷ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/saude/desfazendo-os-mitos-sobre-disturbios-de-atencao>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

⁸ Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/noticias/reportagens/item/125-desaten%C3%A7%C3%A3o-hiperatividade-afetam-muitas-crian%C3%A7as.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

9. CB - *E o TDAH com predomínio de hiperatividade e impulsividade, como se caracteriza?*

LA - Nesse caso, os sintomas em crianças, adolescentes e adultos, principalmente crianças e adolescentes, é que são muito inquietos. Quando sentam em uma cadeira para fazer coisas como almoçar, jantar ou escrever, eles ficam mexendo com as mãos e com os pés, ficam sempre se levantando em sala de aula. São crianças que normalmente falam alto em demasia, não conseguem esperar alguém terminar de fazer a pergunta, têm dificuldade de esperar a sua vez, estão constantemente se metendo nas conversas e por aí vai.⁹

10. CB - *A revista Veja desta semana faz uma referência ao TDAH e afirma que novos exames podem diagnosticar a doença ainda no início. Como isso acontece?*

LA - A reportagem da revista *Veja* está equivocada. Na verdade, os exames de neuroimagem a que eles se referem tendem a mostrar que o cérebro das crianças não funciona de forma idêntica com crianças que possuem déficit de atenção e hiperatividade. Mas não existe nenhuma evidência no momento que garanta que os exames de neuroimagem possam diagnosticar a hiperatividade. Isso está muito claro, inclusive essa é a posição da Associação Americana de Psiquiatria da Infância e da Adolescência e do Comitê para Assuntos Científicos da Associação Médica Norte-Americana. Os exames de neuroimagem são ferramentas úteis na pesquisa das funções cerebrais de déficit de atenção e hiperatividade, mas não são suficientemente definidos para dar dados definitivos.¹⁰

Nessa perspectiva, o saber médico posto em circulação na prática discursiva midiática apresenta os exames clínicos, bem como a observação de sintomas como procedimentos para o diagnóstico de hiperatividade nos

⁹ Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/noticias/reportagens/item/125-desaten%C3%A7%C3%A3o-hiperatividade-afetam-muitas-crian%C3%A7as.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.tdah.org.br/br/noticias/reportagens/item/125-desaten%C3%A7%C3%A3o-hiperatividade-afetam-muitas-crian%C3%A7as.html>> Acesso em: 20 nov. 2009.

sujeitos da educação. A esse respeito, começamos pelos enunciados que tratam do viés comportamental da prescrição do TDAH, a saber, 5, 8 e 9.

Observamos, mais uma vez, a ordem do olhar presente no processo de governamentalização do sujeito aluno hiperativo, uma vez que a observação desses comportamentos indica a inadequação desse aluno no espaço escolar, como a inquietude na cadeira, ou a incapacidade de permanecer nela, o que pode vir a deixá-lo desatento e, dessa forma, suscetível à ocorrência de erros por desatenção, o que é recorrente nesses três enunciados em evidência.

Atentamos para o exercício da governamentalidade do aluno hiperativo nesses enunciados, naquilo que diz respeito ao seu comportamento inquieto em atividades que são comumente realizadas sem grande agitação. Esses enunciados, postos em circulação, relatam a ocorrência do descumprimento das normas estabelecidas pela instituição escolar, ou seja, os alunos hiperativos, por apresentarem comportamento diferenciado, acabam por ser colocados em destaque ao fugirem da norma, e uma forma de normalizá-los é colocando-os à margem, objetivando-os como inquietos, baderneiros e desatentos.

De forma análoga, pensamos, calcados em Foucault (2011, p. 93-94), na *instância da regra*, em que “o poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo ficaria reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido”. Nessa perspectiva, a nossa reflexão recai sobre a questão comportamental dos enunciados em tela, posto que é questionada a forma como os alunos com suspeita de TDAH portam-se em sala de aula, porque, como já exposto, o comportamento agitado desses sujeitos da educação é visto como algo ilícito e proibido, como aquilo que foge à regra. Na perspectiva do exercício de uma governamentalidade, observamos nos enunciados que o

que está em questão é o que rege os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, suscetíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. (Foucault, [1981] 2008, p. 4)

Tendo em vista os modos de enunciação do discurso médico, constatamos que a realização de anamneses, bem como o fato de atentar para o comportamento do aluno em sala de aula e em outros ambientes, com vistas a identificar a recorrência dos sintomas de agitação e/ou desatenção, servem de base para o encaminhamento aos exames clínicos e laboratoriais, como expresso em 6, 7 e 10.

Esses enunciados, que põem em circulação a necessidade de realização de exames neurológicos que detectem os níveis de atividade cerebral, são uma evidência do saber-poder médico, uma vez que é próprio da prática discursiva médica a recorrência ao

laboratório, local autônomo, por muito tempo distinto do hospital, no qual se estabelecem certas verdades de ordem geral sobre o corpo humano, a vida, as doenças, as lesões, que fornece certos elementos de diagnóstico, certos sinais de evolução, certos critérios de cura e que permite experimentações terapêuticas. (Foucault, 1971, p. 57)

Na ordem do saber médico, portanto, esse sujeito da educação, ao passar por exames clínicos, é posto em um regime da ordem do olhar médico que o objetiva como um doente. Isso ocorre porque toda a documentação levantada pelo sujeito médico é portadora de um saber, o que vem, desse modo, individualizar cada sujeito, uma vez que, no caso do aluno hiperativo, os traços de desatenção e de hiperatividade podem não ser semelhantes entre os diversos sujeitos da educação submetidos à avaliação clínica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dispositivos de poder, compreendidos a partir de Foucault, tais como o que incita, provoca, faz deslocar, mostram-se férteis para a Análise do Discurso e reiteram o discurso como prática, pois implicam apreender os sujeitos, pelas relações discursivas, em práticas de subjetivação, inscritos na história e nunca fixos, em construção de si. Tais estudos podem dar-se em diferentes esferas sociais, mas nos limitamos a um pequeno recorte, conforme expusemos, que nos possibilitou explicitar o funcionamento de discursos como dispositivos de poder que revelam posições sujeitos e, ao

mesmo tempo, recaem sobre eles. Assim, o sujeito aluno hiperativo, ao ser diagnosticado no discurso midiático, o é pelo saber-poder escolar e médico presente na prática discursiva midiática, que lhe confere o status de doente.

Como uma prática do saber médico, no âmbito da ordem do olhar, o diagnóstico do aluno hiperativo é feito com base na realização de entrevistas e de exames clínicos e laboratoriais, os quais visam a constituir um relatório sobre esse sujeito, ou seja, trata-se da produção de documentos que formam um saber a respeito do aluno. Nessa prática discursiva, o sujeito da educação (o aluno) é colocado num regime de visibilidade, no qual se torna sujeito e objeto de exames clínicos, isto é, seu corpo se presta à observação desses exames, ao mesmo tempo que esses mesmos exames produzem quem ele é, como age e como deve ser tratado.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

CALDAS, G. Divulgação científica e relações de poder. *Informação e Informação*, Londrina, v. 15, n. esp., p. 31 - 42, 2010. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/5583/6763>. Acesso em: 23 fev. 2011.

COURTINE, J-J. Discurso, História e Arqueologia - entrevista a Cleudemar Alves Fernandes. Trad. Fábio César Montanheiro. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. R. (Org.). *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 17-30.

_____. *Déchiffrer le corps*. Penser avec Foucault. Paris: Jérôme Millon, 2011.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In:_____. *Michel Foucault*, filósofo. Trad. Wanderson Flores do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

FERNANDES, C. A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1981] 2008.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. 3 ed. Trad. Roberto C. M. Machado e Eduardo J. Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

_____. *O poder psiquiátrico*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

_____. *Michel Foucault: Estratégia, poder-saber*. In: MOTTA, M. B. da (Org.). Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *A história da sexualidade I: A vontade de saber*. 21. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

_____. AD: descrever-interpretar acontecimentos que fundem linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso*. Mapeando conceitos e métodos. v. 1. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 19-34.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E. P. et al. (Org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Trad. Bethania S. C. Mariani et al. 2. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

NAVARRO, P. Discurso, história e memória: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, I. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008. p. 59-74.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. *Educação e Sociedade*. Campinas, SP, v. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Dispositivo correccional de menores infratores:
entre o dito e o não dito

| **Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais**

INTRODUÇÃO

A visibilidade dada pela mídia brasileira ao crescimento de atos infracionais praticados por menores, bem como o acalorado debate sobre a redução da maioridade penal no Brasil, motiva-nos a fazer uma análise das relações estabelecidas entre as práticas sociais de reabilitação desses jovens e alguns discursos que se relacionam constitutivamente com essas práticas. Ou seja, estamos diante de um contexto em que é preciso reconhecer que existem formações discursivas distintas, que se relacionam de maneiras diferentes com as práticas de recuperação de menores infratores no Brasil. Se, por um lado, identifica-se uma discursividade convergente com o princípio de inimputabilidade dos jovens menores de 18 anos, por outro se institui outra rede de sentidos, pautada na defesa da redução da maioridade penal.

Acreditando que os processos de subjetivação constituídos para os jovens brasileiros na contemporaneidade dependem da natureza das relações estabelecidas entre os discursos e os demais elementos de natureza não

linguística que constituem o sistema de correção da delinquência juvenil, este trabalho mobiliza o conceito de *dispositivo*, postulado por Foucault no fim da década de 1970. Diante da multiplicidade de maquinarias que determinam a verdade provisória daquilo que somos, a mobilização dessa categoria teórica mostra-se produtiva para refletirmos sobre o sistema correcional de menores e a sua configuração disciplinar, situada entre o dito (linguístico) e o não dito (domínio das práticas).

Esse é o propósito deste trabalho, que busca depreender a função exercida pelos discursos no interior do que aqui se designa metodologicamente como *dispositivo correcional de menores infratores*. Partindo do princípio de que o dispositivo surge em um dado momento histórico como resposta a uma urgência e que ele se constrói na relação do discurso com um conjunto de práticas institucionalizadas, este trabalho analisa instrumentos legais e depoimentos, articulando-os, contudo, às medidas concretas que estão implicadas no processo de responsabilização criminal (não coincidente com a maioria penal) de menores infratores. Em suma, busca-se depreender a natureza da relação que os discursos estabelecem com essas práticas, verificando: a) se eles atuam como programa de uma ação institucional de inimizabilidade ou b) se funcionam “como reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade” (Cf. Foucault [1977] 2006, p. 244).

Em síntese, realiza-se neste estudo uma análise do poder que coloca a genealogia foucaultiana a serviço da compreensão de um processo subjetivador, produzido na integração do discursivo com o não discursivo.

CRIMINALIDADE JUVENIL E DISPOSITIVO DE RECUPERAÇÃO: UM OBJETO ENTRE A LÍNGUA E A HISTÓRIA

Ao longo desta seção, buscaremos explorar três aspectos interdependentes que integram a problemática deste trabalho, a saber: a) a expansão da criminalidade juvenil como esfera de produção identitária na contemporaneidade; b) a configuração discursiva e institucional das sanções aplicáveis aos menores infratores; c) a produtividade da abordagem desse objeto disciplinar sob o prisma da Análise do Discurso.

Quanto ao primeiro aspecto, julgamos importante apresentar duas discursividades distintas sobre o aumento da criminalidade praticada por jovens na atualidade brasileira, para, em seguida, estabelecermos uma relação entre esses posicionamentos e a hipótese de que essas práticas “marginais” emergem do interior de exercícios de *poder*, como estratégias de *resistência* que, tal como foi indicado na genealogia foucaultiana, fundam novas relações de poder. No término desse cotejamento de perspectivas distintas em relação à configuração da marginalidade como forma de resistência, acredita-se que seja possível confirmar o discursivo (as teses distintas) como elemento integrado ao não discursivo (a implementação ou o descarte de instrumento normativo para a redução da maioria penal no Brasil) no interior de um dispositivo. Passemos, portanto, à abordagem dessa relação entre delinquência e subjetivação.

Inúmeros produtos culturais oriundos da esfera midiática (textos da mídia impressa, artigos de opinião veiculados na Internet, noticiários televisivos), bem como da esfera jurídica ou mesmo do contexto acadêmico, têm se posicionado sobre a relação entre juventude e responsabilidade penal no Brasil. Alguns desses produtos culturais identificam e denunciam um aumento expressivo da criminalidade praticada por jovens menores de 18 anos. Por outro lado, encontra-se um posicionamento distinto, que contesta a confiabilidade da afirmação desse aumento, enfatizando, no caso de São Paulo, por exemplo, que “a única estatística oficial de que se tem notícia foi divulgada há dez anos pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, e indicava que apenas 1% dos homicídios eram cometidos por menores de 18”.¹

Entre as estatísticas colocadas a serviço do primeiro posicionamento, encontram-se os dados colhidos pela Promotoria de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal e veiculadas em alguns sites da Internet, segundo os quais em 2012 o índice de pessoas assassinadas por menores infratores naquele contexto foi 51% maior do que o registrado no ano anterior. Na mesma direção, divulgam-se impressões e comentários que, embora

¹ “Os Falsos Vilões”. Editorial do jornal *Cruzeiro do Sul*. Disponível em: <<http://www.cruzeirosul.inf.br/acessarmateria.jsf?id=466623>>. Acesso: 22 abr. 2013.

descolados de pesquisa mais rigorosa, assinalam um crescimento da violência cometida por menores. Esse registro é tão contundente que tramitam no Congresso Nacional duas propostas de emendas constitucionais destinadas a flexibilizar a maioria penal no país, de acordo com reportagem da revista *Época*, de 7 de maio de 2013:

Uma, proposta há seis anos pelo deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR), propõe que menores possam ser julgados como adultos em casos de graves danos e se o Ministério Público considerar o crime grave. A outra, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), prevê indiciamento, julgamento e prisão de menores entre 16 e 18 anos se forem autores de crimes como tortura, terrorismo, tráfico de drogas e crimes hediondos. Nas duas propostas, promotores e juízes devem ser de varas especializadas em jovens. O tema deve ser votado pelo Congresso ainda este ano.²

Inserido em um contexto controverso, e não raro simplificador, que envolve a exploração oportunista da tragédia pela mídia e a angústia coletiva diante de um propagado aumento da delinquência juvenil, esse fenômeno social desencadeia a reflexão sobre o dispositivo correcional e sobre o que Foucault, nos seus estudos sobre a prisão, identificou como perpétuo preenchimento (*remplissement*) estratégico do dispositivo (Cf. Castro, 2009, p. 124). Ou seja, a propagação do aumento da violência praticada por menores exige que se avaliem as relações de poder que estão na base do sistema correcional (traduzido em medidas socioeducativas e em penalidades administrativas) e as implicações desse dispositivo para a construção das subjetividades contemporâneas.

Independentemente do grau de confiabilidade das estatísticas que afirmam a expansão da violência cometida por menores, não há como ignorar a publicidade que vem sendo dada a essas práticas transgressoras e ao clamor social por maior rigor punitivo aos infratores. Sendo assim, consideramos produtivo analisar as práticas discursivas e institucionais implicadas nesse contexto, remontando ao conceito foucaultiano de dispositivo, que passamos a contextualizar.

² Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com>>. Acesso: 8 maio 2013.

Ao deslocar-se de uma fase de descrição arqueológica das *epistemes* (circunscrita ao discurso) para a análise das relações de poder (que integra a linguagem à história, às “mudanças em si” [Cf. Castro, 2009, p. 124]), o trajeto filosófico de Michel Foucault concilia a ordem do discursivo com o plano das práticas. Assim sendo, abre lugar para a compreensão dos dispositivos, assim definidos por Foucault, em entrevista concedida no ano de 1977:

Através deste termo (*dispositivo*) tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Este foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle/dominação da loucura, da doença mental, da neurose.³

Interligada ao conceito foucaultiano de dispositivo, configura-se, para este trabalho, uma abordagem genealógica, capaz de alcançar a indissociabilidade recíproca entre poder e resistência, por acreditar-se que

³ *Sobre a História da Sexualidade*. Entrevista concedida por Michel Foucault a Alain Grosrichard. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/81007/mod_resource/content/1/TC%20Sobre%20a%20hist%C3%B3ria%20da%20sexualidade.pdf>. Acesso: 23 abr. 2013.

o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis; [...] as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais), mas lhes são imanentes; [...] o poder vem de baixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos até as profundezas do corpo social. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social; [...] as relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas; [...] lá onde há poder há resistência. (Foucault, 2006, p. 104-105)

Mais precisamente, e na esteira de Foucault, buscamos compreender, ao longo desta análise, como a relação de elementos heterogêneos (discursos e medidas institucionalizadas de correção) produz efeitos de subjetividade e um *preenchimento estratégico* (Cf. Foucault, 1977), que diz respeito aos desdobramentos do dispositivo correcional e à sua reutilização para fins distintos daquele que o instituiu.

Neste sentido, faz-se necessário dizer, antes de qualquer coisa, que a disposição de abordar o sistema correcional considerando-o como dispositivo disciplinar⁴ não nos leva a assumir uma posição de apologia à impunidade ou de condescendência com o crime. Noutra perspectiva, ao realizar a análise arqueológica das relações entre os discursos e a prática correcional, este trabalho propõe-se a ampliar o espectro de abordagem de um relevante problema social, buscando fugir dos apriorismos e das simplificações. Isso porque, para além de indivíduos estáveis, plenamente definíveis, o que se visualiza, aqui, é o delineamento de subjetividades simultaneamente transgressoras e resistentes, determinadas pelos discursos e pelas práticas sociais,

⁴ Em Revel (2005, p. 35), lê-se que, segundo Foucault, “o ‘regime disciplinar’ caracteriza-se por um certo número de técnicas de coerção que exercem um esquadramento sistemático do tempo, do espaço e do movimento dos indivíduos e que atingem particularmente as atitudes, os gestos, os corpos. [...] os procedimentos disciplinares se exercem mais sobre os processos do que sobre seus resultados e ‘a sujeição constante de suas forças [...] impõe uma relação de docilidade-utilidade’”.

incluindo aquelas que são constituídas no sistema penal. Na linha do que está posto na analítica do poder em Foucault, este trabalho reconhece, na realidade brasileira, a presença de um dispositivo que ao mesmo tempo assume um objetivo estratégico, ditado por uma urgência, mas também deriva uma rede de novas transgressões, visto que o sistema correccional pode “aperfeiçoar” os reeducandos na prática criminal.

Dando prosseguimento à caracterização do sistema correccional como um dispositivo, passamos a focalizar a natureza do elo estabelecido entre o discurso e os demais elementos, de ordem histórica, que se determinam mutuamente. Nesse movimento analítico, recuperamos dois tipos já mencionados de função assumidos pelos discursos com relação ao dispositivo disciplinar: a) a função de plataforma da instituição corretiva, uma vez que as bases da *responsabilidade penal* (versus *maioridade penal*) que sustentam a inimputabilidade juvenil e a consequente adoção de mecanismos reintegradores estão materializadas na linguagem – sobretudo na Convenção dos Direitos da Criança (1989) e na Carta de Pequim (1985), ambas produzidas no interior da Organização das Nações Unidas; b) a função de interpretação *a posteriori* de uma prática (a internação, a aplicação de medidas socioeducativas, a publicação de resoluções e atos normativos, a manutenção de uma determinada infraestrutura, por vezes precária, de ressocialização), que lhe oferece um novo campo de racionalidade.

Em suma, os discursos determinados pela rede de relações que compõem o dispositivo analisado neste trabalho atuam em duplo sentido com referência à história da delinquência juvenil contemporânea: por um lado, permanece uma formação discursiva que constitui e justifica a inimputabilidade de menores de 18 anos; por outro, ganha corpo uma formação que revisa a prática de recuperação de menores, dando lugar a novos sentidos, visto que os efeitos dessa prática podem escapar para direções imprevistas e negativas, tais como a configuração, já citada, do espaço de reeducação como “escola do crime”.

Diante de tais observações, é possível afirmar a produtividade da Análise do Discurso para o tratamento do objeto deste estudo, que extrapola o plano da materialização discursiva. Não obstante a insistência das fronteiras disciplinares, a natureza das relações existentes no interior de uma rede

de elementos interligados, que produzem efeitos na vida social, obriga-nos a nos desalojarmos dos nossos domínios e, prescindindo da comodidade do território conhecido, avançar na compreensão daquilo que nos constitui como sujeitos. Afinal, como já advertiu Agamben (2009, p. 38), “os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito”.

RELAÇÃO DO DITO COM O NÃO DITO: FUNÇÕES EXERCIDAS PELO DISCURSO NO INTERIOR DE UM DISPOSITIVO

Cumprindo o que foi anunciado na seção anterior, este tópico dedicar-se-á à análise das relações que se estabelecem entre o plano do discurso e o das práticas institucionais, implicados na constituição de um dispositivo de recuperação de menores infratores.

Mais precisamente, e considerando que o dispositivo se apresenta como resposta a uma urgência, serão analisadas nesta seção algumas relações estabelecidas entre o movimento histórico (práticas de internação, publicação de resoluções, aplicação de medidas socioeducativas, redução da maioria penal etc.) e duas discursividades distintas, integradas à pauta da criminalidade juvenil. Com isso, este trabalho buscará depreender alguns modos de relação desses discursos com os demais elementos da conjuntura social, visto que, no atual contexto, essa relação do discursivo com o não discursivo pode propiciar a desestabilização de sentidos e o redirecionamento das práticas de reintegração social de menores delinquentes. Neste sentido, este estudo realiza as seguintes postulações: a) do lado do discurso que reafirma a inimizabilidade dos menores de 18 anos, ressurgem a defesa da garantia dos direitos individuais, prevista na legislação brasileira e nas diretrizes internacionais. Consequentemente, sinaliza-se para a humanização das práticas de recuperação e para a melhoria da infraestrutura do sistema correccional; b) do lado do discurso que proclama a redução da maioria, as práticas corretivas são sobrepostas pela responsabilidade criminal, não obstante o reconhecimento da desagregação social e das suas implicações para a formação das identidades contemporâneas.

Iniciando este movimento analítico, remontamos ao texto da Constituição Federal de 1988, em cujo Artigo 228 se lê: “São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às normas da legislação especial”. Complementarmente, o Art. 60, § 4º, IV da Constituição convalida a manutenção dos direitos e as garantias individuais a esses menores (Brasil, 1988).

Essa discursividade, que atua como programa do dispositivo correcional brasileiro, estabelece, no seu campo associado (Cf. Foucault, 2005), uma relação de aliança com a materialidade discursiva constituída na Convenção dos Direitos da Criança, na qual se lê no Art. 40:

1 . Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança, a quem se alegue ter infringido as leis penais ou a quem se acuse ou declare culpada de ter infringido as leis penais, de ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor, e fortalecerão o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade. (ONU, 1989)

Ao atuar como programa do sistema reabilitador instituído no Brasil, o discurso da *responsabilidade penal*, que se opõe à redução da maioridade e sustenta a inimputabilidade juvenil, denuncia uma inconsistência entre a sociedade idealizada e o contexto segregador que conforma os indivíduos em identidades ideais e proscree a sua contraparte indesejável. Ou seja, à medida que não assegura os direitos fundamentais às suas crianças e jovens, a estrutura social, denunciada nesta formação discursiva, demarca um distanciamento entre aqueles que assumirão as identidades desejáveis (bem-sucedidas ou resignadas) e aqueles a quem caberá o papel de resistir à superestrutura e à normalização, ainda que assumindo os riscos da proscricção social.

Na mesma direção, e exercendo o papel de justificação da prática correcional vigente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, determina em seu Artigo 6º: “Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (Brasil, 1990).

Fazendo coro aos instrumentos normativos citados, que possuem um caráter de institucionalidade, inúmeras produções discursivas reafirmam a legitimidade do sistema correcional, em detrimento da redução da maioria, e atuam no interior desse dispositivo, por meio da relação de aliança com os demais elementos, discursivos e não discursivos, que o compõem. Entre essas produções discursivas, destacamos as seguintes, cujas marcas linguísticas de identificação com a tese da inimputabilidade (como a inserção do contradiscurso, por meio das estruturas de negação, e o emprego da topicalização) contribuem para o exercício da função de plataforma da prática social vigente de reabilitação dos menores:

Não convém à sociedade a redução da maioria penal devido à ausência de qualquer vantagem, seja ao corpo social, seja ao infrator, de se inserir os adolescentes no sistema penitenciário brasileiro. Caso isto se desse, estar-se-ia desrespeitando a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, de que fala o Estatuto da Criança e do Adolescente: a adolescência é o momento de formação da personalidade do jovem. (Meneses, 2011, s/p.)⁵

Não defendemos a impunidade de adolescentes que cometam atos infracionais. Quem praticou ato ilícito deve cumprir a sentença determinada pelo juiz e ter a oportunidade de se transformar. [...] Defender a maioria penal é caminhar na contramão da maioria das nações. (ANDI, Fundação Abrinq e outras entidades, 2003)⁶

Eu acho ilusão que você reduzindo a idade penal vai resolver alguma coisa no país. Vai nos levar daqui a pouco a reduzir a idade penal para dez anos, porque os traficantes, porque os bandidos vão continuar usando o menor [...] Eu acho uma ilusão. (Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, em recente entrevista concedida durante evento no Distrito Federal)⁷

Assumindo uma postura mais crítica em relação ao sistema correcional, mas nem por isso favorável à sua destituição, destacam-se outros produtos

⁵ Disponível em: <<http://jusconditium.wordpress.com/category/jusgentium/>>. Acesso em: 11 maio 2013.

⁶ Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/cartas_politicas/id151.htm>. Acesso em: 4 maio 2013.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/04/reduzir-maioridade-penal-e-ilu-sao-diz-ministro-gilberto-carvalho.html>>. Acesso: 12 maio 2013.

discursivos, que se constituem como verdadeiras práticas institucionais, tais como o estudo publicado em 2012 pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (DPJ/CNJ). Esse estudo, intitulado “Panorama Nacional – A Execução de Medidas Socioeducativas de Internação”, faz uma radiografia das unidades de internação de adolescentes e das varas de infância e, segundo o site do CNJ, “traz informações essenciais para o aperfeiçoamento da política pública de ressocialização dos menores em conflito com a lei”.⁸ Ainda de acordo com o site do CNJ, “os magistrados verificaram o cumprimento dos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente e concluíram que boa parte das unidades ainda não se adequou ao Estatuto”. Conforme é possível depreender, configura-se, nessa ação inspeccional que se materializa por meio da linguagem, a função discursiva de convalidação de uma prática institucional, não obstante o reconhecimento da urgência de sua adequação às necessidades da sociedade.

Em perspectiva distinta, e inscrita na função de fornecer um novo campo de racionalidade ao dispositivo disciplinar, constituem-se inúmeras produções discursivas que propõem a redução da maioridade penal no Brasil. Entre essas concretizações de uma formação discursiva que se relaciona com as práticas institucionais, afetando-as no interior de um feixe de elementos inter-relacionados, destacamos as seguintes:

O que na prática estamos vendo é que o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser revisto, pois os menores estão sendo usados pelos bandidos adultos, os quais usam o ECA. como um escudo, sabedores que são de que podem cometer crimes e saírem ilesos. [...]

Necessitamos desta forma colocar em votação uma PEC para mudar a Constituição e posteriormente as Leis Infra-constitucionais, e baixar a maioridade penal brasileira para patamares os quais estejam mais atualizados com a capacidade cognitiva psicológica e de personalidade das chamadas “crianças” atuais no Brasil. (Introdução de um abaixo-assinado em favor da redução da maioridade penal no Brasil)⁹

⁸ Disponível em: www.cnj.jus.br/

⁹ Disponível em: <<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=redmai>>. Acesso: 8 maio 2013.

O sentimento de impunidade dele (adolescente) não é maior pela idade. É porque ele tem certeza de que não vai ser preso. Essa questão é mais fática do que jurídica. (Daniel Maia, professor de Direito Penal da Universidade Federal do Ceará)¹⁰

A maioridade é atingida aos 16 anos, momento a partir do qual a pessoa é penalmente imputável e capaz de exercer todos os atos da vida civil. [...] O que temos em mente é dotar o maior de 16 anos de plena cidadania, com os direitos e responsabilidades decorrentes dessa nova condição, inclusive na esfera penal. (Clésio Andrade, autor da PEC 83/2011)¹¹

O ECA é uma boa lei, garante os direitos dos jovens e dos adolescentes, mas não responde aos casos mais graves reincidentes. Acho que o projeto está bem maduro, vem ao encontro da sociedade. Será importante na ressocialização e representa um avanço na lei, que é de 1990. Naquela década, por exemplo, não existia nem o crack. (Geraldo Alckmin, autor de projeto de lei que prevê punições mais rígidas para menores de 18 anos)¹²

No âmbito dessas produções discursivas, concretiza-se uma modalidade de relação com as práticas socioeducativas bastante distinta daquela que se verificou nas enunciações anteriores. Instaura-se, de fato, uma relação de antagonismo (marcada, na superfície linguística, pela clivagem de estruturas sintáticas, pelo uso de estruturas negativas e pela relação de adversidade), em que, mais do que a produção de uma textualidade contrária à manutenção do sistema vigente, institui-se uma ação concreta (sobretudo no caso das enunciações feitas pelos proponentes de projetos de lei). Dessa ação, que se configura como práxis ideologicamente constituída, deriva uma rede de ações que, institucionalizadas ou não, rearranjam a vida social e os processos de subjetivação constituídos no seu interior.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/>>. Acesso em: 12 maio 2013.

¹¹ Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/>>. Acesso em: 11 maio 2013.

¹² Disponível em: <<http://www.em.com.br/app/noticia/politica/>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do seu desenvolvimento, este trabalho mobilizou a categoria foucaultiana de *dispositivo* para compreender algumas modalidades de participação do *discurso* no interior do processo de ressocialização de menores infratores na atualidade brasileira.

Reafirmando a indissociabilidade do discursivo com o não discursivo no seio da vida social, as reflexões e o breve exercício analítico aqui apresentados corroboram a hipótese estabelecida com a problemática deste estudo. A título de conclusão, identifica-se, no contexto contemporâneo do Brasil, um cenário de lutas ideológicas e exercícios de poder que dão lugar a processos de subjetivação e se materializam, pelo discurso, no interior do *dispositivo correccional dos menores infratores*.

Neste contexto, mais importante do que a constatação de sentidos dominantes, é preciso reconhecer que, independentemente dos resultados concretos dos embates estabelecidos, a configuração desse dispositivo disciplinar já não está ilesa. Tanto na função de programa justificador da prática correccional, quanto exercendo o papel de reinterpretação dessa prática, os discursos, que estão constituídos em feixe com os elementos não discursivos no interior desse dispositivo, trazem em si as marcas do movimento histórico, que, se não os desqualifica, ao menos os desestabiliza, no movimento dialético de mútua afetação entre o dito e o não dito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal, Brasília, 1998.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder*. 22. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, [1997] 2006. p. 243-276.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe B. Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, 17. ed., São Paulo: Graal, 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos da Criança. 1989. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em: 8 maio 2013.

_____. Regras mínimas das Nações Unidas para administração da justiça da infância e da juventude – Regras de Beijing - Resolução 40/33. ONU, 29 de novembro de 1985.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre medo e bem-estar

| **Kátia Menezes de Sousa**

UMA DAS GRANDES PREOCUPAÇÕES DAS CIDADES atualmente é o problema da segurança. De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2011,¹ a sensação de insegurança, que atinge 70% dos brasileiros, é a maior do mundo, e a cidade de São Paulo responde por 1% de todos os homicídios do planeta. A estatística confirma que a cultura do medo do crime e da violência está enraizada na maioria dos países. A pesquisa foi feita em cidades de 35 países desenvolvidos e em desenvolvimento, e os índices mais elevados de medo vieram do Brasil (70%). O documento ressaltou, ainda, que o rápido processo de urbanização da cidade resultou no aumento de criminalidade, destacando que, em 1999, São Paulo registrou 11.455 assassinatos, 17 vezes mais que Nova Iorque, com 667. O estudo demonstra que os números do medo do crime (que é diferente da percepção e do reconhecimento da iminência do crime) estão associados à violência da

¹ Disponível em: <<http://www.passeiweb.com/saibamais/atualidades/1191271172>>. Acesso em: 24 maio 2013.

polícia, à sensação de insegurança e aos registros oficiais de violência e mortes, assuntos frequentes nos jornais e noticiários da televisão. Esses números servem-nos de motivação para uma análise dos discursos que possibilitam a construção da insegurança nos espaços urbanos e daqueles que constituem as estratégias de erradicação dessa mesma insegurança.

A trama discursiva dessas estratégias une pontos que produzem tanto a expectativa de uma vida segura quanto o medo dos acontecimentos futuros, e a mídia, em suas variadas formas, atua diretamente na produção desse paradoxo. A insegurança alimenta o medo, demonstra Bauman (2009), ao afirmar que a guerra à insegurança tem grande destaque na lista das prioridades dos planejadores urbanos. Também, em seu estudo, o autor analisa que, na atualidade, previsões apavorantes e fatalistas são formuladas, “uma espécie de ‘jogo das cadeiras’ no qual um segundo de distração pode levar à derrota irrevogável, à exclusão sem apelo” (p. 53). Assim, existe uma tendência em concentrar a atenção naquilo que as pessoas julgam poder influenciar pelo cálculo de formas de redução do risco de serem vítimas dos inúmeros perigos que o mundo oferece.

O medo conduz a constantes buscas por precauções contra os perigos já detectados pelos saberes, tais como “o fumo, a obesidade, o *fast food*, o sexo sem proteção ou a exposição aos raios solares” (Bauman, 2009, p. 53-54), e garante o funcionamento dos dispositivos de segurança. Aqueles que têm condições tentam proteger-se contra o perigo pressentido, conhecido ou desconhecido, e entrincheiram-se atrás de muros, multiplicam as câmeras nas vias de acesso, contratam seguranças armados, adquirem carros blindados, usam roupas com proteção, cursam aulas de artes marciais. A segurança das pessoas torna-se, dessa forma, o argumento determinante para qualquer estratégia de marketing, decisivo para os projetos políticos e campanhas eleitorais, fundamental na guerra pelos índices de audiência dos meios de comunicação de massa.

A segurança é constituída por um conjunto heterogêneo de elementos das práticas discursivas e não discursivas, configurando-se como uma rede que os une. Como tais práticas surgem sempre com uma função estratégica concreta e inscrevem-se em uma relação de poder, a segurança deve ser

analisada como um dispositivo, nos termos de Foucault (2008). Para o autor, os dispositivos de segurança tendem a uma ampliação perpétua de seus mecanismos, e novos elementos são o tempo todo integrados: “A produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de fazer dos produtores, dos compradores, dos consumidores, dos importadores, dos expectadores, [...] o mercado mundial” (p. 59). A segurança procura trabalhar na realidade, fazendo os elementos desta atuar uns em relação aos outros, mediante uma série de análises e disposições específicas.

O dispositivo de segurança é tema das aulas do curso ministrado por Foucault em 1978, que foram publicadas em uma obra que recebe o mesmo título do curso: *Segurança, território, população* (2008). Além do apoio nessas aulas, também buscaremos sustentação em outros textos, nos quais Foucault explicita a noção de dispositivo dentro de seu método de análise dos enunciados, para a problematização dos discursos que constroem o dispositivo de segurança em nossa atualidade. Para isso, tomaremos alguns enunciados midiáticos que, de alguma forma, tratam dos mecanismos de segurança e de seu funcionamento. Os exemplos, dada a curta extensão deste trabalho, restringem-se a alguns enunciados que vêm constituindo os problemas de segurança pública e privada, em domínios como a saúde, a alimentação, a moradia, as vias públicas, o trânsito, a Internet.

O curso de 1978 propôs-se a prolongar e aprofundar o de 1976, *Em defesa da sociedade*, no qual Foucault trabalhou com os mecanismos pelos quais, desde o fim do século XIX, pretende-se defender a sociedade contra os perigos que nascem do próprio corpo social.² Foucault propõe, nesse curso, o conceito de biopoder, que é retomado em *História da sexualidade: a vontade de saber*, para mostrar como as técnicas de disciplina vão se articular aos dispositivos de regulação da população. No início do curso *Segurança, território e população*, Foucault (2008, p. 3) retoma a noção de biopoder, definindo-a como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai

² Comentário de Michel Senellart na seção sobre a situação dos cursos na obra *Segurança, território e população* (Foucault, 2008).

poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder?”. Trata-se de um poder sobre a vida, que trabalha por meio de intervenções e de controles reguladores.

Nesse sentido, o nosso objetivo centra-se na busca de compreender como os dispositivos de segurança atuam, por meio de técnicas de saber e de poder, para a efetivação e o fortalecimento das formas de controle da população empreendidas pelo biopoder.

BIOPODER E NOÇÃO DE DISPOSITIVO

Como o dispositivo é a rede estabelecida entre o dito e o não dito, visando estrategicamente ao controle da população e inscrevendo-se em uma relação de poder, faz-se necessário situá-lo no tipo de sociedade que garantirá o seu funcionamento. Essa compreensão liga-se à elaboração de Foucault acerca da sociedade de controle que começa a se desenhar no século XVIII, com o aparecimento de um poder que é, ao mesmo tempo, disciplinador e normalizador, e exercido não mais sobre os corpos individualizados, porque se concentra na figura do Estado, sendo exercido com pretensões de administrar a vida e o corpo da população. Surgem “procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle” (Foucault, 2001, p. 86). Após o século XVIII, conforme Foucault (2003), a arte de governar ligou-se à emergência do problema da população, com a expansão demográfica, e seu objetivo passou a ser o de melhorar o destino das populações, de aumentar sua duração de vida e sua saúde. Os instrumentos utilizados para alcançar esse objetivo serão centrados essencialmente na própria população, sobre a qual o governo age diretamente, por meio de campanhas, ou indiretamente, estimulando, sem que as pessoas o percebam, a taxa de natalidade, ou dirigindo seu fluxo para certas regiões e para dadas atividades.

Conforme Foucault (2001), o biopoder sucede o poder de soberania, mantendo a relação vida/morte. Enquanto para o soberano a máxima era fazer morrer e deixar viver, para o biopoder, a ordem é fazer viver e deixar morrer. A partir do século XIX, a lógica deixa de ser a da soberania e passa

a ser a biológica. O “fazer viver” a que se refere Foucault marca o biopoder e é revestido de duas formas: a disciplina e a biopolítica. As disciplinas, baseadas no adestramento do corpo, na otimização de suas forças, na sua integração em sistemas de controle, tomam o corpo como máquina. A biopolítica mobiliza outro componente estratégico, que é a gestão da vida incidindo não mais sobre os indivíduos, mas sobre a população, como espécie (Foucault, 1999, p. 289). Aqui é o corpo atravessado pela mecânica do vivente, como suporte de processos biológicos. Trata-se da biopolítica da população, em que a ênfase recai sobre fenômenos como o nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade.

Esses fenômenos, conforme Foucault (1999), justificam a introdução de campanhas de higiene pública e de medicalização da população, possibilitam a biopolítica que vai instaurar não somente instituições de assistência, mas mecanismos muito mais sutis, seguros, economicamente muito mais racionais, e constituem a preocupação com as relações entre a espécie humana e seu meio, a cidade. A biopolítica lida, assim, com a população como problema político, científico, biológico, de poder. Trata-se de uma tecnologia de poder que vai implantar mecanismos com funções diferentes daquelas dos mecanismos disciplinares, pois trabalha com previsões, estimativas, estatísticas, medições globais: “Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade” (Foucault, 1999, p. 293).

Caracterizando esse novo tipo de sociedade que entra em cena, Foucault vai concluir que há duas séries em jogo: a série corpo (organismo, disciplina, instituições) e a série população (processos biológicos, mecanismos regulamentadores, Estado). Os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população são articulados entre si. O problema da cidade serve de exemplo para Foucault demonstrar essa articulação de mecanismos e serve-nos como dado histórico para a reflexão acerca do dispositivo de segurança que foi se delineando dentro desses mecanismos. O problema da cidade, conforme demonstrado pelo autor, como uma disposição espacial pensada, é a cidade-modelo, a cidade artificial, a cidade de realidade utópica, constituída no século XIX, que articula mecanismos

disciplinares de controle sobre os corpos, por sua quadrícula, por seu recorte, pela localização das famílias e de seus indivíduos, para colocá-los em visibilidade, normalizar seus comportamentos, e mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população, induzem comportamentos de poupança vinculados à locação e à compra da moradia, constroem sistemas de seguro-saúde ou de seguro-velhice, estipulam regras de higiene como garantia de uma excelente longevidade da população, definem os cuidados que devem ser dispensados às crianças e à escolaridade. Assim, dizer que o poder “incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra” (Foucault, 1999, p. 302).

Conforme Foucault (2001), torna-se necessário falar de biopoder para designar aquilo que faz entrar a vida e seus mecanismos no domínio dos cálculos explícitos e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Assim, há uma preocupação com o bem-estar em termos de necessidade e felicidade das pessoas e com novas técnicas para maximizar a vida.

O poder passa a ser exercido por controles precisos, regulações de conjunto e mecanismos de segurança, como forma de exigir mais vida, majorá-la e geri-la. A constituição da biopolítica só é possível no contexto da invenção da vida biológica, da entrada da vida nas ideias e práticas políticas. Num sentido mais amplo, o biopoder é uma forma de normalizar a própria conduta da espécie, de reger, manipular, incentivar e observar macrofenômenos, como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida. As tecnologias do biopoder e os saberes investidos nessas tecnologias produzem as categorias de anormalidade (delinquente, perverso, doente etc.), com base no par normal/anormal, e constroem formas para eliminá-las.

Em seu exercício, o biopoder produz paradoxos, conforme Foucault (1999), difíceis de serem contornados, pois, como o objeto e o objetivo dessa tecnologia é a vida, os perigos devem ser eliminados. Os perigos estão na própria população e sua eliminação está diretamente ligada ao fortalecimento da própria espécie. De forma calculada e administrada, as técnicas de

normalização produzem a vida e incentivam o viver, como também impõem a morte a quem resiste entrar na escala da normalidade. Nesse sentido, o biopoder expõe à morte, multiplica “para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc.” (Foucault, 1999, p. 308). Assim, a manutenção da qualidade de vida de uns implica e exige a destruição da vida de outros; o poder traça a partilha entre a vida que merece viver e aquela que pode ser exterminada; instaura o corte entre a vida protegida e a vida abandonada, relegada à esfera marginal que fica fora do núcleo da comunidade política e que, estando banida, pode ser capturada e morta. O biopoder trabalha com uma relação do tipo biológico:

Quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar. (Foucault, 1999, p. 305)

Como o biopoder é exercido de forma sutil, quase imperceptível, produz comportamentos que o propagam e aguardam por técnicas mais eficientes na garantia da vida. Produz, também, os culpados, que não quiseram perceber que a ciência, as novas tecnologias, os governos, a mídia investem na divulgação de saberes que só objetivam melhorar e prolongar a vida da população. O Estado possui, dessa forma, uma grande aliada, a própria população, para garantir o sucesso de suas formas de controle e para promover a eliminação daqueles que insistem em contaminar os normais. A vida da população fica regrada por enunciados que invadem todos os espaços da convivência social.

Ao expor o projeto de seu curso *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999) explica que sua tentativa é mostrar como os diferentes operadores de dominação apoiam-se uns nos outros, remetem uns aos outros, valem em sua multiplicidade, determinam os elementos sobre os quais incidem, fabricam sujeitos, funcionam como dispositivos.

Respondendo a uma questão sobre o que queria dizer com o termo “dispositivo”, Foucault (2003) esclarece que o considera como de natureza

essencialmente estratégica, o que pressupõe certa manipulação das relações de força, nas quais existe uma intervenção racional e organizada, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, estabilizá-las, utilizá-las. O dispositivo, portanto, estaria inscrito em um jogo de poder, ligado a uma ou a mais configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. Resumindo, seriam as estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

Considerando que dispositivo seja um termo técnico essencial do pensamento de Foucault, Agamben (2009) explica que não se trata de um termo particular, que se refira somente a esta ou àquela tecnologia do poder, a esta ou àquela medida de segurança, e sim à rede que se estabelece entre esses elementos. O autor ainda acrescenta que seria possível definir a fase atual da consolidação capitalista como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos, pois não há um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. E lança uma pergunta – de que modo podemos enfrentar essa situação e qual estratégia usar? – para em seguida respondê-la: “Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo justo” (Agamben, 2009, p. 42), pois na raiz de cada dispositivo está um desejo humano de felicidade, e a captura e a subjetivação desse desejo em uma esfera separada constitui a potência específica do dispositivo.

Deleuze (2005) demonstra o que é um dispositivo após afirmar que a filosofia de Foucault muitas vezes apresenta-se como uma análise de dispositivos concretos, e o interpreta como uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. Exemplifica o dispositivo utilizando as três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade), para demonstrar que desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, que é o que Foucault chama de trabalho em terreno. Conforme Deleuze (2005), as primeiras duas dimensões de um dispositivo, destacadas por Foucault, são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação, ou seja, máquinas de fazer ver e de fazer falar.

A terceira dimensão implica linhas de forças que dizem respeito à dimensão do poder, e o poder é a terceira dimensão do espaço interno do dispositivo, espaço variável como os dispositivos. Essa dimensão compõe-se com o poder e o saber. Na visão do autor, as disciplinas descritas por Foucault são a história daquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser; e a nossa atualidade desenha-se em disposições de controle aberto e contínuo, disposições muito diferentes das disciplinas fechadas. A questão, conforme o autor, não é saber se isso é melhor ou pior, porque fazemos também apelo a produções de subjetividade capazes de resistir a essa nova dominação, muito diferentes daquelas que se exerciam antes contra as disciplinas.

Dispositivo De segurança: alguns exemplos Da atualidade

Como já foi sinalizado, neste trabalho pretende-se analisar alguns enunciados que dão forma de existência aos discursos sobre segurança da população na atualidade brasileira, dando-lhes tratamento de arquivo, ou seja, considerando-os como “uma existência acumulada dos discursos” (Foucault, 2000, p. 72). Conforme a leitura de Sargentini (2008), trabalhar com a noção de arquivo exige uma análise que traga à tona dispositivos e configurações que permitam flagrar o sistema de formação e transformação dos enunciados a partir da diversidade de textos. Foucault (1995) compreende o arquivo não como um conjunto de documentos acumulados por uma cultura e que guardam um determinado passado, e sim como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (p. 149), isto é, um sistema das condições históricas que controlam a formação e a transformação dos enunciados.

Portanto, tendo em vista que procuramos refletir sobre o funcionamento do dispositivo de segurança, analisar enunciados é reconhecê-los como acontecimento, tratar do campo de memória ao qual se relacionam, compreender os processos que possibilitaram seus retornos em outro tempo, outro espaço e sob outro posicionamento das subjetividades, além de reconhecer suas vinculações, sejam elas precedentes ou antecedentes a outros enunciados. Mas como compreender as redes que configuram os enunciados que

dão existência aos dispositivos de segurança? Como descrever as modificações nessas redes, que tanto podem atuar docilmente no controle da população quanto podem eliminar certos corpos dessa mesma população?

Foucault (2008), ao traçar as características do dispositivo de segurança, delimita o problema central de seu estudo, considerando que a população se constitui, ao mesmo tempo, como objeto e sujeito dos mecanismos de segurança. Esquemáticamente, ele explica que o poder de soberania é exercido nos limites de um território; o disciplinar é exercido sobre o corpo dos indivíduos; e a segurança, modelo de sociedade de controle, sobre o conjunto da população. A questão para a segurança é saber como manter um tipo de criminalidade dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis e em torno de uma média considerada positiva para um funcionamento social dado. A urbanização real das cidades ganha a cena a partir do fim de século XVIII, pois a circulação é a função principal, que deve assegurar outras quatro funções: a higiene, o comércio, a circulação externa de mercadorias e a vigilância. Essas funções interessam-nos de perto, pois se ligam historicamente ao fato de a insegurança das cidades ter “aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos etc. que podiam vir do campo” (Foucault, 2008, p. 24). Era preciso, então, organizar a circulação de pessoas, eliminar o que era perigoso, separar a boa circulação da má.

Fazendo comparações entre a disciplina, que continuará fornecendo suas estruturas, e a segurança, Foucault vai mostrar que a disciplina trabalha num espaço vazio, artificial, que vai ser inteiramente construído, e a segurança vai trabalhar com algo já dado na disposição do espaço, maximizando os elementos positivos e minimizando o que é risco e inconveniente. A segurança vai trabalhar com probabilidades, procurando estruturar a polifuncionalidade da cidade, considerando um futuro, o que pode vir acontecer. Assim, ela vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos possíveis, mas que devem ser regularizados dentro de um contexto multivalente e transformável.

Conforme Foucault (2008), vinculados ao problema da segurança está uma técnica e um espaço próprio que pressupõe uma série de acontecimentos possíveis. A ideia de meio, que diz respeito à distância de um corpo a

outro, passa a significar o suporte e o elemento de circulação de uma ação. O meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, vai atingir, precisamente, a população, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem.

A população, assim, aparece tanto como “objeto, isto é, aquilo sobre o que, para o que são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito, [quanto como] sujeito, já que é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito” (Foucault, 2008, p. 56). Aqueles que fogem a essas técnicas de objetivação e subjetivação vão compor outra categoria, a de povo, pessoas que não pertencem realmente à população. O povo, explica Foucault, é aquele que se comporta em relação à gestão da população como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo, é aquele que, ao recusar a ser população, vai desajustar o sistema. Enquanto a disciplina procura corrigir a menor infração, o dispositivo de segurança garante um nível indispensável de deixar fazer, tomando algumas infrações como processos necessários, inevitáveis, naturais. A segurança, sem proibir nem prescrever, mas adotando alguns procedimentos de proibição e de prescrição, tem por função responder a uma realidade, de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde. Ela se apoia na realidade do fenômeno infrator, não procura impedi-lo, e sim fazer funcionar, em relação a ele, outros elementos do real, de modo que o fenômeno possa ser anulado.

É a partir desse movimento que Foucault vai elaborar a sua noção de governamentalidade, que engloba um conjunto de elementos que permitem exercer essa forma de “poder que tem como alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (Foucault, 2008, p. 143). Como instrumento técnico, os dispositivos de segurança trabalham com cálculos que apontam que os riscos não são os mesmos para todos os indivíduos, facilitando, assim, a identificação do que é perigoso. Caso, risco, perigo e crise são, conforme Foucault, noções importantes que atuam no funcionamento do dispositivo de segurança, (re)configurando a identidade de uma população,

que não é um dado primeiro, pois ela está na dependência de toda uma série de variáveis: varia com o clima, com o entorno material, com a intensidade do comércio e da atividade de circulação das riquezas.

O problema da população aparece, dessa forma, em uma série de saberes, estendendo-se do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público, constituindo um campo de novas realidades que são, “para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir” (Foucault, 2008, p. 99). O autor conclui esse ponto situando, como correlata das técnicas de poder, a população que, em sua emergência, abre toda uma série de domínios de objetos para saberes possíveis.

É sobre alguns objetos e saberes desencadeados pelo olhar sobre a população e pela utilização de instrumentos de dispositivos de segurança que pretendemos refletir sobre determinadas práticas que constituem a população da atualidade, determinando seus discursos e suas ações.

Com base em pesquisa realizada pelo Datafolha em 2012, o jornal *Folha de S. Paulo* apresenta uma matéria especial com o título “DNA Paulista no 2012”,³ na qual é possível um estudo do funcionamento dos dispositivos de segurança na atualidade brasileira. Já no título da matéria, a referência à identidade dos paulistanos como DNA remete aos sentidos de uma constituição biológica do indivíduo. O DNA é um composto orgânico cujas moléculas contêm as instruções genéticas que coordenam o desenvolvimento e funcionamento de todos os seres vivos, armazenando informações necessárias e regulando seu uso. Como DNA, a população de São Paulo aparece como uma massa homogênea de seres vivos. A manchete permite perceber que a população cobra por mais segurança em diferentes domínios: “Levantamento do Datafolha mostra que aumentou o número de moradores da classe B e com formação superior na capital paulista; insegurança dispara tanto entre pobres quanto entre ricos”. A matéria traz números sobre vários itens que compõem o dispositivo de segurança de uma cidade, entre eles, a

³ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/dnapaulistano/>>. Acesso em: 29 maio 2013.

higiene é considerada e mostra-se como um elemento que traça a separação entre o aceitável e o não aceitável, entre o normal e o anormal, e, além disso, compõe uma rede que engloba outros discursos, constituindo, assim, o dispositivo de segurança:

Com 20% do total de respostas, “limpeza, coleta de lixo e sujeira na cidade” apareceram como o item campeão de reclamações, na frente de segurança pública (12%) e buracos de rua (11%).

Segundo o mecânico F. S., 29, a “maldição do centro é que tem o lixo mais rico da cidade”. Isso atrai usuários de crack, “recicladores de mão cheia”.

“Eles passam os dias abrindo sacos de lixo para garimpar dentro deles alguma coisa de valor. E vão deixando um rastro de detritos”, protesta C. N., 67, encanador.

Segundo ele, a situação já era ruim, mas piorou nos últimos tempos, com as intervenções da prefeitura e do Governo do Estado na região.⁴

Num primeiro momento, a higiene aparece como um elemento isolado da segurança pública, configurando-se como problema maior quanto à ordem urbana. A Constituição Federal, em seu artigo 144, define:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Por essa definição, entende-se que a segurança pública diz respeito ao policiamento das vias públicas da cidade, não se incumbindo de temas como o da limpeza pública. Contudo, as entrevistas mostram a existência de uma relação entre a falta de limpeza e o consumo de drogas, que, no Brasil, já é

⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/dnapaulistano/>>. Acesso em: 29 maio 2013.

um problema de polícia. A fala de um dos entrevistados denuncia também a contradição entre o lixo rico e a sujeira da cidade, ou seja, quanto melhor e mais variado o lixo, maior é a possibilidade de sujeira e de delinquentes. Os depoimentos apontam para a limpeza da cidade, mas não para o seu lixo, que não pode deixar de existir, que é “rico”; são os indivíduos que burlam as regras, não só da limpeza urbana, mas também de saúde e de integridade moral e civil, ou seja, dos indivíduos que não participam da população. Esses indivíduos constituem o grupo de risco, nos termos de Foucault (2008), o indicativo de perigo iminente.

Outro fato que chama a atenção é a intervenção do Estado⁵ ter contribuído para piorar a situação do lugar. A intervenção, ação que integra o dispositivo, não garantiu a segurança do local. Nesse sentido, Foucault (2003) esclarece que o dispositivo engloba um duplo processo: por um lado, o processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros e exige um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, o processo de preenchimento estratégico perpétuo.

A intervenção do Estado possibilitou a proliferação de usuários de crack, tema constitutivo dos dispositivos de segurança na atualidade, pois se liga diretamente à questão da violência nas cidades. Conforme a mesma pesquisa, “a sensação de insegurança pegou tão de jeito os moradores da cidade que o medo do crime passou a ser o segundo maior problema para os entrevistados”.⁶

Além de ligar-se à criminalidade, o uso de drogas liga-se também à saúde e suscita discussões sobre o sistema judiciário brasileiro. O problema tornou-se matéria do Congresso Nacional, que deverá redefinir a faixa etária que deve ser protegida pelo Estado, por se tratar de indivíduos incapazes psicologicamente de responder por seus atos. Numa entrevista publicada no

⁵ Trata-se do projeto de revitalização do entorno da estação da Luz que incluiu a derrubada do Shopping Luz [especializado em confecções populares].

⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/107540-reducao-de-maioridade-penal-e-internacao-forcada-vaio-fracassar-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 29 maio 2013.

jornal *Folha de S. Paulo*,⁷ constatamos a heterogeneidade dos elementos que integram os dispositivos de segurança, inscrevendo-os num jogo de poder e saber para identificação de fenômenos de aceleração, de multiplicação dos casos e para a proposição de mecanismos artificiais para o controle desses fenômenos, os quais Foucault (2008) denominou de crise.

Para enfrentar as drogas e a violência, São Paulo implementou a internação compulsória e o Congresso discute a redução da maioria penal. Na visão do ex-presidente colombiano César Gaviria, essas políticas são inócuas e estão na contramão de experiências bem-sucedidas.⁸

Uma das perguntas feitas ao ex-presidente da Colômbia demonstra a preocupação com esse fenômeno de disparada percebido por Foucault (2008), e a resposta apresentada indica uma solução que pressupõe um controle por um mecanismo, uma intervenção, que possa frear o fenômeno da crise.

Mas no Brasil o problema crescente tem sido o crack. Não há diferença na hora de lidar com uma droga muito barata e mais viciante?

O que o Brasil tem de fazer é olhar Portugal, onde podemos observar o que há de melhor no mundo para enfrentar esse problema. Portugal decidiu, anos atrás, tratar isso como um problema de saúde pública. Qualquer consumidor pode chegar a um hospital e receber atenção, tratamento, prevenção. E tem sido uma política bem-sucedida, que tem reduzido a violência, a corrupção e que permite ao Estado enfrentar problemas de vício como o do crack. O que o Brasil faz, em contrariedade com toda a América Latina, Europa e Estados Unidos, é começar o caminho de criminalizar mais o consumo ou de pensar que enfiar mais pessoas na prisão vai resolver os problemas. Obviamente, é preciso combater os cartéis. Mas é possível apoiar os consumidores no sistema de saúde.⁹

A intervenção, como se nota nesse trecho, baseia-se num exemplo de mecanismo já utilizado por outro país, comprovando que a segurança, como

⁷ Ibidem.

⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/107540-reducao-de-maioridade-penal-e-internacao-forcada-vaio-fracassar-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 29 maio 2013.

⁹ Ibidem.

técnica de uma biopolítica, não procura reconstruir um dado para atingir um ponto de perfeição, como numa cidade disciplinar. Trata-se de “maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos” (Foucault, 2008, p. 26).

O tema das drogas entra em rede com outros temas, tais como a saúde, a violência, a corrupção, o sistema prisional, e a intervenção no fenômeno busca apoio em mecanismos de tratamento e de prevenção, colocando a saúde como a solução para todos os outros problemas do dispositivo de segurança.

Aliás, a saúde, além de constituir os dispositivos de segurança das cidades, também aparece como um fenômeno a ser controlado, quando percebida a sua falta, dada a sua relação com o meio ambiente, os vícios, a alimentação, o sedentarismo, o trânsito etc. Neste sentido, a alimentação tem ocupado espaços da mídia, que apresenta números, estatísticas, padrões de normalidade do funcionamento do corpo e de seus órgãos, para o controle da saúde, da longevidade, da beleza e do bem-estar. A saúde, como objetivo da segurança da população, acaba fazendo “circular os efeitos do poder, por canais cada vez mais sutis, chegando até os próprios indivíduos, seus corpos, seus gestos, cada um de seus desempenhos cotidianos” (Foucault, 2003, p. 214).

A notícia “Paulistanos consomem carne de forma excessiva, mostra estudo da USP”¹⁰ ilustra a forma de controle sutil desenvolvida pelo biopoder, que estimula uma “proliferação das tecnologias políticas que vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço de existência” (Foucault, 2001, p. 135).

O alto consumo do alimento resulta em má qualidade na dieta, aumento no risco de doenças cardiovasculares e nos casos de câncer, além de um grande impacto ambiental decorrente da criação de gado. A nutricionista Aline Martins de Carvalho verificou o consumo dos diversos tipos de carne e as tendências ao comparar os dados do Inquérito de Saúde de São Paulo (ISA) nos anos de 2003 e 2008. De acordo com dados do Ministério da Saúde, a

¹⁰ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2013/05/27/paulistanos-consumem-carne-de-forma-excessiva-mostra-estudo-da-usp.htm>>. Acesso em: 28 maio 2013.

ingestão ideal de carnes, vermelha ou branca, seria de uma porção, correspondente em média a 100 gramas por dia.¹¹

O controle na alimentação compõe o dispositivo de segurança, produzindo seu efeito com base na relação com outras práticas discursivas e não discursivas que ele põe em funcionamento. Relacionados ao consumo excessivo de carne, os efeitos previstos integram, numa rede, riscos para saúde e problemas ambientais, superpondo os aparelhos de controle numa única e mesma pirâmide (Foucault, 2010). O saber científico integra essa tecnologia do poder sobre a população, agrupando os efeitos do consumo de carne, procurando controlar possíveis eventos fortuitos que podem ocorrer em massa ou compensar seus efeitos.

A alimentação passa a ser tratada, em diferentes instituições, como forma de garantia de segurança da vida. As dietas atuam como controle, homogeneizando as necessidades da população e estabelecendo padrões para os corpos das pessoas. Estimativas de vida e de sua qualidade, previsões de doenças futuras e probabilidades de driblar os perigos entram nos cálculos que podem prever a vida da população. O dispositivo estende-se a várias práticas, vai atingindo diferentes sujeitos e amarrando em sua teia seus discursos e ações. A dieta alcança a criança e o adolescente e integra o discurso escolar e o coloca como técnica do dispositivo. Exemplo disso pode ser constatado nos trechos a seguir, que compõem as notícias sobre projetos do governo:

Quem é que não gosta de comer? Comer é bom demais mesmo, mas em época de consumo de produtos industrializados em excesso e de fast food, o grau de obesidade da população brasileira vem aumentando bastante. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009, apresentou resultados de pesquisa com a população brasileira, afirmando que a obesidade está aumentando não apenas na população adulta, como também em crianças e adolescentes. Por isso, o cuidado com a alimentação aliado à prática regular de atividade física é fundamental para a manutenção de sua saúde.¹²

¹¹ Ibidem.

¹² “A importância do cuidado com a alimentação”. Disponível em: <http://www.brasile scola.com/saude/alimentacao-saudavel.htm>

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.¹³

O último trecho comprova que a alimentação se tornou assunto de segurança, constituindo uma lei específica para a regulação de uma prática natural até ser alcançada pelo dispositivo que tudo arrasta para seu funcionamento. A alimentação visa à saúde, e o prazer de comer deve ser controlado, pois acarreta uma doença, a obesidade. “Comer é bom demais”, mas o consumo em excesso aumenta o índice de obesidade na população. Como dispositivo, os efeitos desencadeados por suas técnicas escapam a seu próprio controle, que a tudo e a todos quer controlar, e as contradições tornam-se visíveis, exigindo que outros discursos sejam mobilizados para a solução do efeito não esperado. Assim, assistimos a apelos constantes ao consumo de produtos e, ao mesmo tempo, a prescrições médicas de dietas para restringi-lo.

Conforme Foucault (2011) demonstra em seu texto “Crise da medicina ou crise da antimedicina?”, a introdução da saúde em um sistema econômico suscetível de ser calculado e medido indica que o nível dela não tem os mesmos efeitos sobre a sociedade que o nível de vida. O nível de vida define-se pela capacidade de consumo dos indivíduos, mas o aumento do consumo médico não melhora proporcionalmente o nível da saúde.

O controle surge de todos os lados e impõe o autocontrole, reconfigurando as funções da vigilância, que não é mais uma forma de punir, mas de se precaver dos perigos da cidade. As câmeras ocupam todos os espaços urbanos na atualidade e funcionam como instrumento do dispositivo de segurança, construindo a sensação de estar fora do risco. Mesmo que, para alguns indivíduos ou instituições, elas se constituam como invasoras da privacidade,

¹³ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>

a tendência é a de que, diante de qualquer perigo, as pessoas se convençam da sua utilidade. O texto intitulado “As câmeras de segurança são a versão contemporânea de uma ideia de controle social elaborada no fim do século 18” discute o papel desses dispositivos e aponta suas contradições:

O paralelo mais óbvio às gravações de voz são as câmeras de segurança. No mundo da espionagem institucionalizada, a comunicação evoluiu para algo mais simpático e menos ameaçador. “Sorria. Você está sendo filmado.”

As câmeras são instaladas para flagrar furtos, roubos e outros crimes. Mas, ao ler essa frase, o cidadão pode se sentir um ator de cinema e realmente sorrir, esquecendo um instante que o motivo da filmagem é desconfiança e repressão.

Nas últimas semanas, um colégio tradicional paulistano instalou câmeras dentro de salas de aula. Não, não eram berçários dos quais pais aflitos, desconfiados ou culpados vigiam bebês e profissionais à distância. Era uma escola de elite que num só dia suspendeu 107 alunos do ensino médio que resolveram protestar quando descobriram as câmeras.

Questionada, a direção da escola alegou razões de segurança e disciplina. O fato de já haver câmeras em laboratórios de informática, química e biologia fez com que a escola não se preocupasse em discutir o tema com pais e alunos antes de instalar os olhos de vidro em todas as salas de aula.

Parte dos pais aprovou a medida, mas especialistas levantaram a voz para questionar que tipo de educação se desenvolve com base em desconfiança mútua. Outros questionaram o direito de uma escola filmar menores sem aval dos pais.¹⁴

As câmeras de segurança atuam com diferentes papéis no dispositivo, da espionagem à elucidação de crimes, passando pela garantia da vigilância e da disciplina, alcançando a possibilidade da conquista de visibilidade e do desrespeito às leis e às individualidades. Os efeitos do dispositivo fogem ao controle, e discursos de diferentes domínios são requisitados para reconfigurar os efeitos ou para apontar para outros inesperados. Os dispositivos são mecanismos heterogêneos que trabalham no nível dos acontecimentos, também, por meio das contradições construídas como garantia de sua manutenção. A manutenção prevê mudanças, adaptações e reaproveitamentos.

¹⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/tec/72070-sorria.shtml>

É assim que se podem aceitar câmeras em berçários, em laboratórios, mas não em salas de aula. São mecanismos de segurança, mas também de demonstração de desconfiança.

Com o avanço tecnológico, outros mecanismos passam a atuar no dispositivo de segurança, como é o caso da Internet e mais especificamente das redes sociais, em que as pessoas se expõem para ganhar visibilidade, fazer parte da espetacularização da vida, mas cobram por privacidade e segurança em suas postagens.

Os crimes ocupam mais esse espaço e forçam a produção de readaptações dos mecanismos de segurança já conhecidos e testados. Como parte dos dispositivos de segurança, os novos mecanismos também controlam, vigiam, invadem, mas são desejados, reivindicados e conquistados para a garantia de uma vida mais tranquila e feliz.

Medo e Bem-estar NO FUNCIONAMENTO DO DISPOSITIVO De segurança

A sensação de insegurança alimenta o medo, mas o medo garante o funcionamento dos dispositivos de segurança. É pelo medo que eles asseguram sua existência. O medo de ser vítima de crimes é o que mais ocupa os espaços das mídias, com notícias que apontam para uma violência generalizada na sociedade.

A matéria “DNA paulistano 2012”, produzida com base na já referida pesquisa do Datafolha, traz uma seção intitulada “Medo da violência dispara entre ricos e pobres”, demonstrando que essa é a preocupação principal dos moradores da cidade. Alguns depoimentos atestam essa preocupação:

Para o empresário O. G., coordenador da Rede Nossa São Paulo, a chegada da violência à classe média – quando quadrilhas invadiram condomínios e restaurantes – tem influência no resultado da pesquisa. “Lugares inexploráveis ficaram inseguros. Quem não foi assaltado tem um amigo que já foi ou leu notícia da invasão ao condomínio do bairro. Ele pensa: ‘sou o próximo’”, diz.¹⁵

¹⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/dnapaulistano/>>. Acesso em: 29 maio 2013.

O empresário ratifica a constatação apontada por Bauman (2009), de que os enunciados que circulam nos veículos de mídia têm construído uma obsessão maníaca por segurança nos últimos anos. As notícias da violência já servem para justificar o medo da possível violência. O dispositivo de segurança, como qualquer outro dispositivo, captura os indivíduos em massa e os constitui como sujeitos da insegurança, da violência, da morte anunciada.

Contudo, nesse mesmo texto, outro depoimento dá visibilidade a outra face do dispositivo:

Para o comandante da PM na capital, Marcos Roberto Chaves da Silva, o medo tem a ver com a exposição de crimes na mídia. “A maioria das pessoas nunca foi vítima e também não viu um crime acontecer, mas a facilidade com que a notícia chega traz a sensação de que aquilo ocorre constantemente”, diz.¹⁶

Como dispositivo, aciona estratégias que precisam lidar com índices, dados, números aceitáveis, conforme Foucault (2008), para continuar exercendo o controle. Ele normaliza os fenômenos indesejáveis, inserindo-os numa série de acontecimentos prováveis, num cálculo de custo, fixando uma média considerada boa e estabelecendo os limites do aceitável, além dos quais o fenômeno não deve ir. Além de funcionar pelo medo, com exemplos, estimativas, prognósticos e estatísticas, o dispositivo, com base nos mesmos dados, oferece as formas de segurança, os aconselhamentos para a conquista do bem-estar, da saúde e da tranquilidade. Ao mesmo tempo que se apresenta como promessa de felicidade, instaura barreiras que imobilizam pelo medo. Afinal, a ordem é viver, viver e deixar morrer.

Nesse sentido, o medo ordena também o lucro, estimulando o consumo e, ao mesmo tempo, freando-o. Tenta inibir, por exemplo, o consumo de certos alimentos, mas, pela construção da insegurança, incentiva o consumo de produtos de vigilância e blindagem, e para o isolamento. É o caso das barreiras físicas construídas ao redor das residências, escolas, fábricas etc.,

¹⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/dnapaulistano/>>. Acesso em: 29 maio 2013.

que impõem o isolamento nas cidades. Esse isolamento tornou-se produto de consumo para a obtenção da segurança. Para seu consumo, um pacote de outros produtos é exigido: cercas, muros, câmeras de vigilância, alarmes, guardas armados etc. Construtoras e imobiliárias fazem um uso produtivo do medo para vender segurança em seus empreendimentos. Esse é um item obrigatório nos lançamentos imobiliários que são divulgados por meio de diferentes suportes midiáticos. Contudo, o paradoxo, como já apontado por Foucault (2008), é constitutivo dos dispositivos, e enunciados, como o que vem a seguir, são possibilitados pela rede discursiva que constrói o objeto segurança na atualidade. Trata-se de um texto de opinião publicado no jornal *Folha de S. Paulo*:

Os condomínios horizontais aparecem nos últimos anos como resposta do mercado imobiliário a uma questão detectada em pesquisas: qualidade de vida.

Voltados para uma classe média capaz de investimentos altos na busca por tranquilidade e status, foram apresentados como meios capazes de garantir sossego e segurança.

Entre as marcas desses empreendimentos, a mais visível é a dos muros altos, símbolos de um esforço de isolamento e recusa de uma realidade não desejada.

Foram incorporados ao cotidiano das cidades e provocaram efeitos tanto estéticos como urbanísticos. Bem cedo, no entanto, percebeu-se que tijolo, cimento e areia não significavam proteção.¹⁷

No trecho, percebemos a luta discursiva travada entre o medo e o bem-estar, pois a insegurança entra como mais um item para a definição da qualidade de vida. O sentido de morar, de residir, ganha novos contornos, pois a proteção, agora, quer dizer separação de todos os que são considerados inferiores, ameaça potencial; quer dizer fuga da cidade. A segregação e a exclusão ficam, assim, atenuadas pelo argumento do sossego, da qualidade de vida, da segurança e da proteção. Conforme Bauman (2009), paradoxalmente, as cidades que foram construídas para dar segurança estão cada vez

¹⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/105824-simbolos-do-isolamento-condominios-sao-vulneraveis.shtml>

mais associadas ao perigo. A tendência é investir em blindagens das casas, dos carros, dos bancos, das lojas, como forma de evitar os roubos. A estética das cidades transforma-se.

Seguindo a linha traçada pelos enunciados que circulam na mídia anunciando formas mais eficientes de proteção dos bens, encontramos que eles, na ponta da linha, mostram que os latrocínios estão em alta. Pode-se até, nessa linha enunciativa traçada, prever a blindagem inevitável dos corpos da população, a exemplo do que está sendo feito com os cofres e os caixas eletrônicos. Nos últimos anos, pelo que vemos nos noticiários, “as quadrilhas estão mais agressivas e matam quando não conseguem roubar”.¹⁸ Os instrumentos de segurança contra roubos estão ficando tão eficientes que não permitem mais o roubo, pois produzem outro efeito, a vingança com a morte daquele que não sabe e não pode operar esse elemento do dispositivo.

A segurança é um dispositivo de poder e de saber, nesse sentido, produz enunciados, discursos e as formas de representações que podem se formar a partir deles (Foucault, 2006). O dispositivo é constituído por práticas discursivas, que vão se relacionando e multiplicando. A busca pelo bem-estar faz parte das estratégias de controle da população, formuladas dentro do biopoder, que, em sua atuação, se encarrega da vida. É a vida, e não a imposição da morte, que lhe dá acesso ao corpo da população, é pela possibilidade de viver mais e melhor que a população vai se submetendo ao controle do biopoder. Seu funcionamento visa à vida, mas a morte está sempre pairando sobre os discursos a respeito dos cuidados com a vida; é a morte anunciada nas prescrições de como viver bem e por mais tempo. O medo garante o funcionamento do dispositivo de segurança e vai espalhando-se como um vírus por todas as instâncias de saber, por todas as práticas discursivas e não discursivas. É o medo da não adequação, da exclusão, mas também o de misturar-se. Medo que justifica as precauções que garantem mais vida, mas medo que impede o acesso a lugares e produtos elaborados também para a vida.

¹⁸ Frase dita em um telejornal.

Os discursos sobre a violência no trânsito também têm motivado enunciados que provocam o medo como forma de controle e possibilidade de garantia da segurança. As campanhas do governo apelam para a morte, como forma de construção do medo para controlar os viventes, e integram as estratégias do dispositivo de segurança, que se transformam constantemente, abarcando todas as novas práticas que vão surgindo com os avanços das indústrias e das tecnologias.

Uma das últimas campanhas do Governo Federal¹⁹ para o controle da violência no trânsito explora algumas ações corriqueiras realizadas por motoristas. As imagens veiculadas nas mensagens da campanha apontam para as representações mais apavorantes e fatalistas que assombram a população da atualidade. Os enunciados colocam a morte como certa para os motoristas que não cumprem as regras. Por exemplo, para aqueles que não usam o cinto de segurança no banco de trás, o slogan é: “Foi a última vez que a filha dela brincou”. A imagem traz um urso de pelúcia no asfalto perto do carro destruído. Para aqueles que consomem bebida alcoólica antes de dirigir, a mensagem é a seguinte: “Foi a última saideira dele”. Para aqueles que ultrapassam os limites de velocidade, o recado anuncia: “Foi a última corrida dele contra o tempo”. Para quem usa celular ao dirigir: “Foi a última vez que ela usou o celular”. A palavra “última” aparece em todas as mensagens, criando um tom fatalista para as situações.

O uso de personagens nomeados como “ele” e “ela” recupera enunciados de outras formações discursivas, em que as ações e os comportamentos masculinos e femininos são demarcados para constituir a subjetividade de homem e de mulher. Na campanha, “ela” transporta a filha, “ela” fala ao celular; e “ele” corre muito porque está sempre ocupado, “ele” bebe e dirige. Os discursos são submetidos ao controle e à seleção, explica Foucault (1996), e ligam-se às formas da rejeição, da exclusão, do reagrupamento e da atribuição, integrando os procedimentos do controle que tomam corpo no interior de uma formação discursiva.

¹⁹ Disponível em: <http://www.pensosemgastar.com/2010/09/semana-nacional-do-transito-e-campanha.html>

Nos dispositivos, encontramos, também, as marcas das subjetividades historicamente construídas, os discursos que delimitam as posições sujeitos e aquilo que podem fazer e dizer. As relações produzidas nas campanhas preventivas traçam a divisão entre as atitudes que conduzem à vida e as que levam à morte, pois alguns devem morrer para se tornarem estatísticas calculadas pelo poder-saber e, posteriormente, reinscritas como agentes de transformação da vida para o convencimento de outros que devem viver.

Na atualidade, a segurança entra numa rede em que é colocada como condição para e como resultado de uma vida saudável, prazerosa, feliz e longa. Também é esperada como resultado de discursos que produzem o medo. Nesse sentido, os discursos que circulam nos meios midiáticos preveem a preservação e a intensificação da vida daquele que é construído como normal. Foucault (1999, p. 305) tratou dessa batalha entre o que deve viver e o que deve morrer, demonstrando que “a morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal”. A morte do outro, a morte da espécie ruim, da classe inferior (do degenerado, do delinquente, do imprudente) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais pura, mais bonita e mais feliz.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In:_____. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 25-51.
- BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In:_____. *O mistério de Ariana*. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2005. p. 83-96.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: MOTTA, M. B. da (Org.) *Foucault: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Ditos e Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2001.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- _____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Segurança, território e população*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. Michel Foucault: a segurança e o Estado. In: MOTTA, M. B. da (Org.) *Repensar a política*. Ditos e Escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. Crise da medicina ou crise da antimedicina? In: MOTTA, M. B. da (Org.) *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Ditos e Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- SARGENTINI, V. O arquivo e a construção de memórias: o caso do apagão. In: ROMÃO, L. M.; GASPAR, N. R. *Discursos midiáticos: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro& João Editores, 2008.

Respostas a uma urgência:
a medicalização da virilidade no século xx

| Denise Gabriel Witzel

| João Marcos Mateus Kogawa

*Que obra-prima é o homem! Como é nobre em sua razão!
Que capacidade infinita! Como é preciso e bem-feito em
forma e movimento! Um anjo na ação! Um deus no enten-
dimento, paradigma dos animais, maravilha do mundo.*

*Contudo, para mim, é apenas a quintessência do pó. O
homem não me satisfaz; não, nem a mulher também, se
sorri por causa disso.*

Shakespeare

AO LONGO DOS SÉCULOS, A IRRUPÇÃO de discursos sobre a virilidade instaurou diferentes modelos do que seria o ideal de poder e de capacidade atrelado à “perfeição” masculina. Em que pesem as especificidades e variações de cada modelo, em diferentes culturas e temporalidades, retratadas e explicadas na obra *Histoire de la Virilité* (Corbin et al., 2011a), há um lugar comum na construção dos sujeitos viris (e de seus mitos) que tende a acentuar o aforismo: *Tout homo sêmen est*.¹ Isso implica entender o ideal viril como algo que tradicionalmente caracterizou o homem quanto à sua capacidade reprodutiva vinculada à sua dignidade, honra e força, ao mesmo tempo que impôs o desprezo e a repulsa àqueles considerados covardes, impotentes, afeminados ou sodomitas.

¹ “O homem inteiro é semente”. Trata-se de um aforismo anunciado por Fernel (século XVI) que, ao se inscrever em certa ordem discursiva fenomenológica sobre a virilidade, apresenta clara conexão com discursos que conferem ao masculino seu valor, sua dignidade, sua característica ‘essencial’ reprodutiva.

Força e vigor, tanto físicos quanto sexuais, numa tradição imemorial, constituem sentidos da *virilitas* romana, cujos atributos apontam para a concretização do ser virtuoso e, por extensão, do ser viril. Apesar da pouca utilidade da etimologia para as análises do texto e do discurso na contemporaneidade, na medida em que o interesse recai na concepção de discurso como prática social e histórica, vale atentar para o fato de a palavra “virtude” derivar do latim *virtus* e de que “viril” e “virilidade” derivam dessa mesma palavra latina. Assim, para pensarmos na invenção da virilidade, seu triunfo, e, particularmente, na produção de discursos que fabrica o corpo saturado de virilidade na atualidade, ganha relevo aquele termo que designa, desde os primórdios, os princípios de comportamentos e as ações associadas às qualidades do homem completo e realizado: “O *vir* não é apenas *homo*, o viril não é apenas o homem, ele é mais do que isso: ideal de poder e virtude, segurança e maturidade, confiança e domínio. Daí o tradicional desafio: objetivar o ‘perfeito’, a excelência, tanto quanto o autocontrole” (Corbin et al., 2011a, p. 7)²

As inúmeras qualidades entrecruzadas, embaralhadas e reinventadas da tradicional forma viril, particularmente o ser violento, corajoso, agressivo, vigoroso e procriador, indiciam o desaparecimento desse modelo em nosso domínio de atualidade, além de provocarem inflexões de discursos acomodados como memória, como um conjunto de traços em um arquivo, apontando na heterogeneidade e na dispersão enunciados que impõem ora novas discursividades, ora continuidades, permanências.

Nesse sentido, fazendo funcionar como ferramenta analítica o conceito de dispositivo, tal como desenvolvido por Foucault em sua *História da sexualidade*, particularmente em *A vontade de saber*, caracterizaremos neste estudo algumas formas do viril, a partir das quais será possível considerar a virilidade como um dispositivo, articulando-a a uma das principais características dessa categoria analítica foucaultiana: o dispositivo como uma resposta a uma urgência histórica (Foucault, 1979).

² Do original: “*Le vir n’est pas simplement homo, le viril n’est pas simplement l’homme, il est davantage: idéal de puissance et de vertu, assurance et maturité, certitude et domination. D’où cette situation traditionnelle de défi: viser le «parfait», l’excellence, autant que l’autocontrôle*” (Tradução nossa).

Para isso, descreveremos procedimentos discursivos utilizados em anúncios publicitários de medicamentos que dão relevo às articulações entre a medicalização e a fabricação do sujeito viril, (re)produzindo discursos inscritos num quadro de saberes de ordem médica que normatizam estrategicamente os papéis e as funções desses saberes na sociedade contemporânea. Daremos relevo a dois aspectos: i) a (im)potência sexual; ii) a força física garantida pela ingestão de tônicos e suplementos.

DO DISPOSITIVO À INQUIETAÇÃO MÉDICA SOBRE A VIRILIDADE

Qual é o sentido e a função metodológica do dispositivo? Essa pergunta foi dirigida a Foucault, quando de suas primeiras explicações acerca da História da Sexualidade.³ A complexidade de tal noção é explicada pelo filósofo nos seguintes termos:

[ele demarca] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (Foucault, 1979, p. 244)

No contexto dessas questões, emerge uma linha de raciocínio que nos incita a pensar a virilidade como um dispositivo, sobretudo quando atentamos para produções discursivas (e não discursivas), instituições, decisões e enunciados científicos que o têm sustentado desde a origem. São elementos que desempenham uma função estratégica dominante e, desse modo, conformam não apenas comportamentos e relações sociais, mas também definem identidades e diferenças; estabelecem hierarquias e relações hegemônicas; instauram disputas e forças; produzem categorias como a masculinidade e a feminilidade, além da própria noção de dominação.

³ A noção de dispositivo ganha relevo na analítica foucaultiana após sua fase dita arqueológica. Nessa fase, Foucault preocupava-se com a descrição da episteme – como em *Les mots et les choses* e *L'archéologie du savoir* – e sua atenção voltava-se fundamentalmente para o discursivo; a descrição do dispositivo ganhará espaço na fase genealógica – *Surveiller et punir* e *La volonté de savoir* –, a partir da qual ele se preocupa, também, com os efeitos do não discursivo.

Pensar a virilidade como um dispositivo impõe interrogá-la no nexo existente entre esses elementos heterogêneos, notadamente entre os discursos de diferentes ordens que articulam sentidos a respeito do sujeito ali engendrado e constituído – o ser viril. Mais do que isso, e é aí que ganha especial importância para este estudo a sua segunda característica: é possível pensar a virilidade como uma “urgência histórica” (Foucault, 1979). Com efeito, consideramos a virilidade e o sujeito viril daí derivado de modo “desontologizado” e “dessencializado”, na medida em que são efeitos discursivos, ou seja, são sócio-historicamente produzidos, mantidos e/ou reinventados.

Em outros termos, a noção de virilidade – sempre variável e problemática – longe de ser concebida a partir da ideia de um sujeito essencial ou como algo da ordem de um estado natural desse sujeito, somente pôde *acontecer* porque se entende que tal noção se relaciona com as múltiplas formas pelas quais os sujeitos se inscrevem nos sistemas culturais. Ela é histórica, e não biológica; responde, tensivamente, a um conjunto complexo de exigências religiosas, sociais, políticas e econômicas; atende, fundamentalmente, às (des)construções, mutações, restaurações empreendidas numa história de longa duração. Em suma, para descrevê-la e compreendê-la, é necessário um olhar arqueológico voltado, prioritariamente, para os pontos estratégicos e para os processos históricos de formação do enunciável que propiciaram condições para que certa noção de virilidade pudesse se construir e ter existência.

No imenso período considerado um “império do macho” (Corbin et al., 2011c), na sociedade ocidental, a virilidade atendia responsivamente à valorização de um ideal de dominação masculina. Emblema de uma potência que, além de ser inventada, impunha códigos, rituais, formações inescapavelmente ligados à força física e à coragem moral inabaláveis. Atributos necessários e desejáveis para o funcionamento de uma sociedade patriarcal.

As mudanças nesse império começaram a ser observadas entre o fim do século XIX e início do século XX, momento em que se instaurou uma verdadeira crise endêmica. Quer dizer, à luz de uma espécie de desvirilização, inaugura-se um novo período, cujas guerras, por exemplo, aniquilaram o mito do guerreiro e, por extensão, do militar viril, ao mesmo tempo que

fizeram emergir um corpo vulnerável e frágil. Para além das guerras, os movimentos feministas, a partir dos anos de 1960, ao imporem novos códigos de relacionamento entre os sexos, transformaram o *status* feminino e, conseqüentemente, o *status* masculino. Tudo isto não se deu sem agitar os temores dos homens: surge, então, certa preocupação com a perda da autoridade paterna; temem-se os efeitos de uma sociedade passível de ser governada por mulheres (Corbin et al., 2011c).

Como entende Foucault (1979, p. 245), o dispositivo, alicerçado no saber-poder e nos modos de subjetivação-objetivação, uma vez constituído permanece como tal, na medida em que engloba dois processos: uma “sobre-determinação funcional”, cujos efeitos – positivos ou negativos, desejados ou não – entram em ressonância ou em contradição com os outros, exigindo reajustes e rearticulações dos elementos heterogêneos; um “perpétuo preenchimento estratégico”. Assim, a virilidade, num sistema patriarcal, produziu homens enredados nesses processos que definiram suas marcas viris. No movimento de reajustes e rearticulações, essas marcas revelaram-se efêmeras e transitórias, daí a necessidade de um preenchimento estratégico para atender às demandas de um novo momento histórico.

Em meio aos efeitos da emergência de modernas forças econômicas, sociais e políticas, destacam-se as intervenções médicas no corpo e nas práticas dos sujeitos. Em torno desse paradigma, passou-se a produzir tecnologias associadas ora à manutenção, ora à produção do sujeito viril. A partir do século XX, a medicina participa, em larga escala, da definição e da constituição subjetiva da virilidade. Esta deixa de ser um interesse da anatomia e, em meio às transformações que reclamaram novas posições subjetivas para homens e mulheres, a medicina e seus desdobramentos acolhem (e curam) o sujeito viril imerso em uma zona de turbulência, espaço de inseguranças, momento de mutações e volubilidade; enfim, como já dissemos, a virilidade entra em crise.

Entretanto, como a medicina participa discursivamente da construção desse sujeito? Anne Carol (2011) esclarece essa íntima ligação percorrendo alguns itinerários que conduziram à construção de uma cultura médica forjada nos laboratórios, atingindo consultórios e, finalmente, espraiando-se nos

espaços midiáticos. Não se trata apenas de saberes médicos por eles mesmos, mas de suas percepções, de suas apropriações e de suas práticas, que culminaram, em certa medida, numa alteração do sujeito viril contemporâneo.

As diversas formas do saber médico, no campo da virilidade, convocam os sujeitos a preocupar-se com o corpo e, de maneira bastante contundente, com o desempenho sexual, entendendo-o como forma de realização individual. São muitos os fatores que contribuem para esse investimento, dos quais se destacam dois: i) a biologia, cujos avanços contribuíram para rever as fronteiras entre os sexos, na medida em que as singularidades anatômicas não justificavam mais as diferenças sociais, a hierarquização entre homens e mulheres, a sexualização dos espaços etc.; ii) a sexologia, cujos aportes incidem fundamentalmente sobre os problemas concernentes à sexualidade. Esse campo da medicina liga-se à psicologia, à antropologia, à sociologia, e preocupa-se fundamentalmente com a variabilidade da sexualidade. “O desenvolvimento da sexologia é, portanto, inseparável da libertação sexual, que é simultaneamente uma causa e uma consequência” (Carol, 2011, p. 44).⁴

Assim, o desenvolvimento da medicina entrelaça-se com alguns acontecimentos históricos que depreenderemos das publicidades analisadas: a colonização do continente americano, as Guerras Mundiais, o fluxo de imigração europeia na virada do século XIX para o século XX e o movimento feminista são pontos que atravessam os dizeres medicalizados de nosso *corpus*.

Isto é, no século passado, o homem emerge – por causa, entre outros acontecimentos, dos acima mencionados – como ser incapaz de sustentar o vigor, em face das imposições do cotidiano de trabalho, dos exercícios físicos, da atividade sexual, enfim, da série de práticas que a vida moderna impõe. No entanto, por intermédio de medicamentos, tônicos e suplementos, é possível vivenciar todas essas práticas e ainda ser viril.

⁴ Do original: *L'essor de la sexologie est ainsi indissociable de la liberation sexuelle, dont elle est à la fois une cause et une conséquence* (Tradução nossa).

A propósito de uma *História da sexualidade*, Foucault (1988) parte do princípio de que, nos três últimos séculos, “em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (p. 23). Contrariamente às teses de uma sexualidade reprimida – já que se a acreditava interdita, censurada e negada –, o sexo não se tornou rarefeito, e sim multiplicado e requerido em termos discursivos por diversas instituições, notadamente pela Igreja, pela medicina, pela psiquiatria e pelo governo. Ligada fundamentalmente às tecnologias do poder, a sexualidade “não se ordena em função da reprodução; vincula-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder” (Foucault, 1988, p.118).

No cerne do que o filósofo entende ser uma explosão discursiva, atravessada por discursos de diferentes ordens, ganha espaço, dizibilidade e credibilidade o discurso médico inscrito numa suposta e desejada neutralidade científica, fazendo circular inúmeras verdades sobre o sujeito. O saber médico a propósito do sexo, em sua gênese, ancorava-se nos mitos evolucionistas, focalizava especialmente a reprodução e pretendia “assegurar *o vigor físico* e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas” (Foucault, 1988, p. 62. Grifos nossos).

Assim, com relação ao sexo e à sexualidade, os indivíduos foram chamados a se reconhecer como sujeitos de prazer e de desejo; sujeitos, na verdade, de uma sexualidade. Foram igualmente solicitados a desenvolver, a respeito de si e dos procedimentos que constituem a parte mais secreta, mais individual de sua subjetividade, o jogo do verdadeiro e do falso, por meio de diferentes formas: exames de si, interrogatórios, exercícios espirituais, direção de consciência, reconhecimento de culpa e, sobretudo, confissão. O resultado disso foi a produção de “um conjunto heterogêneo que estava recoberto pelo dispositivo da sexualidade que produziu, em determinado momento, como elemento essencial de seu próprio discurso e talvez de seu próprio funcionamento, a idéia de sexo” (Foucault, 1979, p. 259).

Em suma,

a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas; perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. (Foucault, 1988, p. 137)

Essa breve explanação – como porta para ascender à discursividade de peças publicitárias e ali descrever componentes díspares sobre o ser viril, tentando estabelecer um conjunto de relações flexíveis, reunindo-as num dispositivo – visa a destacar que, desde seus primórdios, os discursos em torno da sexualidade produziram práticas, atuaram como um mecanismo de controle-dominação, constituindo sujeitos, organizando-os e objetivando-os. Ou seja, a produção discursiva sobre a sexualidade irrompe em momentos sócio-históricos precisos como estratégias para normatizar condutas, práticas, à luz dos preceitos morais (ou não) de cada época. O controle tanto social quanto político dependia do controle do corpo e, conseqüentemente, da sexualidade. Esta é concebida como uma fabricação, uma invenção amalgamada às práticas discursivas (e não discursivas) e às redes de poder em meio às quais o sujeito é constituído e, paralelamente, se constitui.

Vestígios dessa história estão presentes nas duas peças publicitárias (PP): uma reproduzida na sequência (Figura 1) e outra disponível no link indicado em nota⁵ (Figura 2). Ambas foram criadas com o mesmo objetivo: vender medicamento para intervir positivamente na disfunção erétil. São exemplares para mostrar que o legado do dispositivo da sexualidade continua funcionando sutilmente na mídia, normatizando modos de ser e de pensar, orientando práticas amorosas e sexuais e codificando condutas entre casais héteros. Além disso, elas permitem apontar para as práticas políticas, religiosas, culturais e sociais que presidem/presidiram a invenção da virilidade, seus desdobramentos e o caráter responsivo desse dispositivo.

⁵ A empresa que detém os direitos de uso da imagem mencionada não nos concedeu autorização para publicá-la neste texto. Por esse motivo, remetemos o leitor ao endereço do site, para que possa visualizá-la: <http://www.portaldapropaganda.com/aboutnews/2007/11/0016/?data=2008/02>



Figura 1: PP de medicamento para disfunção erétil (Cialis)

Fonte: Reclames... (2006)

Inscrita inicialmente no campo discursivo militar, a expressão “Na hora H” (Figura 1) significava precisamente o momento definido para uma intervenção bélica. Ápice, hora mais importante, momento preciso e exato são alguns dos sentidos dessa expressão que, ao serem estendidos para o campo da sexualidade, se cruzam com outros, remetendo-nos a modelos de sujeito viril que definiram modos de ser homem desde tempos quase imemoriais. A ação guerreira resgatada nessa peça, pelo trabalho da memória, aponta para a manutenção de certos ideais, revitalizando arcaicos modelos de condutas, de existência e de pensamento.

A equivocidade do enunciado “Na hora H”, ou seja, a junção do linguístico com o histórico, que coloca em consonância guerra e desempenho sexual, faz reaparecer um homem seguro de sua força e de sua coragem, aquele antigo que não vacila diante do inimigo premente – antes, os perigos das selvas ou do adversário em campos de combate; hoje, o fantasma da impotência. Observando, pois, as condições nas quais se realizou esse enunciado (Foucault, 2007), adquirem relevância os elementos relativos à formulação de sentidos dependentes de um corpo sócio-histórico-cultural. Corpo que se forma na confluência entre a anterioridade e a língua, constituindo um espaço de memória. Essa repetibilidade autoriza-nos a afirmar que os saberes dispersos nesse espaço fazem ver, na mídia contemporânea, o sujeito viril em toda sua positividade: trata-se de um enunciado investido de sentidos implícitos associados interdiscursivamente a um feixe de relações que fala de um ser valente e invencível, logo, de uma espécie armipotente. Protótipo das tradicionais formas de virilidade.

Contudo, essa construção subjetiva começa a ruir em face da complementaridade do enunciado – “conte conosco”. Esse sujeito, com medo de fracassar, precisa de ajuda; pouco importam as razões (quer sejam de ordem fisiológicas, quer psicológicas), o desempenho sexual está em risco, reclamando por uma intervenção médica que possa, “Na hora H”, garantir o vigor sexual e dar conta de uma posição complexa e paradoxal. Visualizamos, aí, o sujeito moderno clivado entre a força-autoridade-controle de si, de um lado, e a fragilidade-instabilidade-descomodidade, de outro.

Funcionando nessa mesma rede de significações, ainda que convocando outras redes de memória, a construção imagética da Figura 2, em seu conjunto e em seus detalhes, compartilha uma cena facilmente reconhecida por todos os que já viram e imaginaram as representações que estão na matriz dos sentidos ali (re)produzidos. Em sua materialidade, a PP2 apresenta um casal jovem, belo, em meio a uma paisagem idílica. Na cena, a mulher reatualiza a mitológica figura de Eva e entrega ao parceiro, no lugar da maçã, um ‘bola’ azul. Sem qualquer explicação verbal, tem-se a expectativa de que o consumidor muito rapidamente interprete a imagem à luz destas duas outras (Figuras 3 e 4):



Figura 3: The temptation, de William Strang (1899)

Fonte: www.tate.org.uk/art/artworks/strang-the-temptation-t07518



Figura 4: Adão e Eva, de Lucas Cranach (O velho) (1531)

Fonte: www.smb.spk-berlin.de

Trata-se de um episódio perene, porque eternizado por um sem número de artistas que, desde a Idade Média, definiram um lugar de memória referente ao primeiro casal bíblico, particularmente o momento em que a tentadora Eva seduz Adão, provocando-o a comer o fruto proibido. Este estaria na árvore do conhecimento do bem e do mal interdita pelo criador, sob a ameaça de que a desobediência provocaria a morte (a queda do jardim do Éden). Sabemos qual é o desfecho dessa narrativa e como se justificam, a partir dessa maldição bíblica, as dores do parto, o sofrimento das labutas, enfim, todo o mal da humanidade. Se, na Figura 1, ganham relevo as condições de produção de uma virilidade “guerreira”, na Figura 2, a produção incide sobre uma virilidade “pecadora”.

Vemos, nessas reproduções, imagens repetidas, recitadas, modificadas, transformadas e articuladas em um novo suporte, mas que guardam em si traços e vestígios da memória visual enraizada na história e na cultura. Ao reavivar a famosa narrativa do Gênesis, até então dispersa, a publicidade apresenta, mais uma vez, o novo sujeito viril no cerne da repetição. Se focalizarmos mais precisamente a “bola” que a protagonista entrega para seu parceiro, damo-nos conta de que os sentidos ali engendrados somente são interpretados pelo público-consumidor se este reconhecer a regularidade e a desestabilização dos sentidos a partir da intertextualidade com o fruto proibido (a maçã).⁶

Além disso, é preciso visualizar nessa rede enunciativa a cor dessa bola – azul – e associá-la, metaforicamente, ao famoso “comprimido azul” – o Viagra. Quer dizer, a PP2 concede relevo à cena do pecado original, na qual o fruto proibido está calcado em um lugar enunciativo no qual habitualmente se lê/vê a imagem da maçã. Daí os efeitos de sentido produzidos, além de surpreenderem, porque quebram alguma expectativa, revelarem o nó discursivo que amarra o sujeito viril na rede de formulações que o constitui.

Porque a PP2 convoca, prioritariamente, a memória da queda do jardim do Éden e do papel desviante/sedutor da mulher, com o intuito de propor um medicamento indicado para combater a disfunção erétil, surgem dois pontos concernentes à sexualidade e, no limite, à virilidade: primeiro, restabelecem-se sentidos seculares que indiciam o sexo associado ao pecado, atrelado aos códigos e às normas prescritos pela doutrina pastoral cristã. Segundo Foucault (1988), o cristianismo estabeleceu uma ética da austeridade e fez intervir preceitos e regras morais, cujas consequências de longo alcance implicaram processos de individualização.⁷

⁶ Não existe espaço neste artigo para explanarmos sobre o fato de que não há nenhuma menção no texto do Gênesis de que o fruto proibido seria uma maçã. O acontecimento de sua emergência no discurso bíblico e os desdobramentos dessa tradição cristã em processos de subjetivação da mulher-Eva (emblema do pecado e da perdição) estão explicados em Witzel (2012).

⁷ Extração da verdade de cada sujeito, por exemplo, tornou-se uma prática de extrema relevância, na medida em que o importante não era apenas ‘conhecer-se’, mas também corrigir-se, transformar-se, purificar-se, enfim, governar-se para promover a própria salvação.

Associando o sexo ao pecado original, a PP2 joga com essa memória e, ao mesmo tempo, singulariza no espaço social e coletivo o sujeito viril cujo corpo é saturado de um desejo interdito.

Ironizando essa interdição, e este é o segundo ponto, a PP2 propõe um desvio radical das tradicionais posições essencialmente subordinadas aos imperativos de uma moral sexual religiosa constituída por proibições. Em função do dispositivo e de suas técnicas de fabricação de corpos – a exemplo da disciplinarização –, deparamo-nos com um discurso que erige a imagem de um sujeito viril liberado sexualmente, porém, tolhido da potência sexual. Daí a resposta do dispositivo; daí o atendimento médico e a cura prometida no anúncio.

Produto dessa urgência, que ganhou formas e dizeres no campo da disfunção erétil, as novas definições de sujeito viril não analisam mais a impotência como algo assimilado meramente a uma falha orgânica. Com a invenção da psicanálise e a emergência da sexologia, essa questão passa a ser concebida, também, como um fracasso psicológico, o que envolve questões mais complexas, como a própria história do sujeito.

A medicina e a indústria farmacêutica a ela atrelada focalizam exatamente esse sujeito com medo de fracassar, imerso numa cultura da impotência que reclama a medicalização das falhas. São essas práticas que contribuem para a construção do dispositivo da virilidade, a partir das quais o homem disfuncional é interpelado a reconhecer-se como homem. Dito de outro modo, as atuais condições sociais, econômicas, políticas e culturais de aparecimento e formação de discursos sobre o ser viril construíram condições de intervenção e cura daqueles que perderam (ou nunca tiveram) capacidade erétil, constituindo-se como ser “normal”, portanto, viril, do ponto de vista sexual.

Em suma, não há mais obstáculo para o sucesso sexual.

UMA LEITURA DA REGULAÇÃO MÉDICA DA VIRILIDADE NO SÉCULO XX

No quadro de nossa investigação, não podemos deixar de analisar a relação entre saberes relativamente inscritos no paradigma médico e um

ideal de virilidade no século XX, mobilizados em conjunto para a construção de algumas publicidades de medicamento destinados à recuperação da força física. Nesse ínterim, observamos que existe, no século XX, a construção de um discurso sobre a virilidade assentado nos desenvolvimentos da indústria farmacêutica e de saberes médicos. Segundo Courtine (2011, p. 472), “em pílulas ou em injeções, de agora em diante, a virilidade está em venda livre”.^{8,9}

Vejamos a primeira publicidade que nos permite pensar essa modalidade enunciativa sustentada pela relação saber médico x poder viril:

Figura 5: PP de medicamento fortificante



Fonte: Reclames... (1986).

A vida e o trabalho nos países tropicais esgota as forças do homem e termina com sua actividade tornado-o triste e inapto para tudo. *Anemia, chlorose, cachexia, nervosidade extrema e fraqueza geral do organismo* se apresentam, sobre tudo depois das inúmeras enfermidades tropicais. a Sommatose liquida ferruginosa está predestinada em virtude de sua combinação maravilhosa e extraordinária *á curar e fortificar* fazendo voltar a alegria e a actividade perdidas a aquellos doentes. [Texto que acompanha a imagem.]

Datado do início do século XX, esse enunciado sincrético não deixa de traduzir as marcas de uma modalidade enunciativa com aspiração à cientificidade. O dizer médico encontra-se aqui inserido em uma configuração publicitária paradoxal, dividida entre o mítico e o científico.

⁸ Do original: “*En pilules ou en injections, la virilité est désormais en vente libre*” (Tradução nossa).

⁹ Em francês, a expressão “em venda livre” aplicada aos medicamentos significa que eles podem ser adquiridos sem prescrição ou receita médica.

Inicialmente, a mistura mito x ciência relaciona-se a um domínio de memória vinculado ao espaço: “países tropicais”. Inscrita em uma memória de longa data, essa “menção desonrosa” atualiza um olhar europeu sobre os países tropicais, especialmente o Brasil – espaço de circulação da publicidade. Vale lembrar que uma das observações feitas por Pero Vaz de Caminha em 1500 foi que os nativos da terra recém-“descoberta” não tinham casas, nem moradas e se criavam “ao ar”. Isto é, a ideia apresentada pela publicidade de que os habitantes de países tropicais são pouco afeitos ao trabalho, ao esforço etc. participa de uma rede de memória que define linhas gerais do olhar do europeu sobre o latino-americano.

O momento de emergência da propaganda é próximo de uma época em que se vivenciava, no século XIX, o darwinismo social. Segundo Haag (2009), uma das características desse movimento no Brasil foi a importação de concepções filosóficas alemãs derivadas de Haeckel, evolucionista que interpretou Darwin sob a ótica da superioridade de um povo – o europeu – sobre outros. A esse respeito, é importante ressaltar que o dizer: “A vida e o trabalho nos países tropicais esgota as forças do homem” pode ser pensado à luz de uma advertência à massa europeia imigrante que era cada vez mais incentivada a vir para o Brasil, em virtude de um movimento de “higienização” racial, que colocaria o país no mesmo nível dos povos europeus. Nesse sentido, poderíamos parafrasear essa ideia veiculada na publicidade com um enunciado do tipo: “Você, europeu, que vai trabalhar no Brasil, precisa se fortalecer contra os males da tropicalidade”.

Ao reconstituirmos a espessura histórica do enunciado, temos como via de interpretação possível uma restrição de público: os imigrantes europeus que vinham para o Brasil no início do século, incentivados por uma política de melhoramento da sociedade, pela substituição do “povo” que aqui habitava: “Fecha-se, assim, o ciclo da mistura entre Darwin, nação e raça num formato tropical” (Haag, 2009, p. 85).

Instaura-se, então, o espaço de destino do medicamento predestinado a tornar os homens alegres e aptos a tudo – pela negação de tristes e inaptos a tudo – em um contexto que pouco favorece esse “estado de espírito”: os países tropicais. A construção de um domínio de memória relativo

à tropicalidade não se assenta apenas em um regime de enunciabilidade do europeu sobre o “latino”, mas também em um lugar de cientificidade: geograficamente, os países abaixo da linha do Equador são quentes e essa presença do calor torna o ambiente mais propício à fadiga, ao desânimo, à perda da alegria e à desvirilização: “A vida e o trabalho nos países tropicais esgota as forças do homem e termina com sua actividade tornando-o triste e inapto para tudo” (Figura 5).

O enunciado em questão postula que as condições do espaço tropical propiciam não apenas o surgimento de doenças – anemia, chlorose, cachexia, nervosidade extrema e fraqueza geral do organismo –, mas também a perda da virilidade – saber pressuposto, cujas condições de verificabilidade científica permanecem ausentes do enunciado –, e, diante disso, a indústria de medicamentos apresenta-se como portadora de uma espécie de complemento viril.

A justificativa dessa intervenção medicamentosa emerge atravessada por um espaço sobrenatural que instaura um efeito de miraculosidade em torno do medicamento: “a SOMMATOSE LIQUIDA FERRUGINOSA está predestinada em virtude de sua combinação maravilhosa e extraordinária *á curar e fortificar* fazendo voltar a alegria e a actividade perdidas a aquelles doentes.” Termos quase religiosos e míticos associados à problemática da medicalização viril: *a Sommatose é predestinada, maravilhosa e extraordinária*. Não apenas curar os doentes, mas fortificar, ou seja, trazer de volta o vigor necessário ao homem. Espaço que se ancora fortemente na imagem associada ao texto. Tradição antiga que remonta às práticas de enfrentamento entre o homem e os animais. Poderíamos associar a imagem às touradas, mas, aqui, o ideal viril garantido pelo medicamento só se associa relativamente a essa prática popular na Espanha. É necessário notar uma mutação fundamental que se atualiza: não a prática burlesca, enganadora, desviante e traiçoeira da tourada, mas o enfrentamento. Com efeito, na tourada, o toureiro engana, manipula, desvia e foge do touro. Aqui, o homem encara, enfrenta, contém o movimento. Essa rede se completa em outro enunciado (Figura 6):

Figura 6: PP de medicamento fortificante



Por 3 razões Campoferron é mais receitado: para combater as anemias (Primeiro quadro); para recuperar as forças perdidas (Segundo quadro); para estimular o apetite (Terceiro quadro). [Texto que acompanha a imagem.]

Fonte: Reclames... (2006)

Quase sessenta anos após a publicidade analisada anteriormente, surge essa outra, em 1968. Novamente, um medicamento responsável pelo controle de doenças, mas também pelo suplemento viril. Mais uma vez, a prática do enfrentamento de animais. Reatualização de uma releitura da prática da tourada. O homem viril é aquele que enfrenta, que contém. Esse é o homem resultante da ingestão de *Sommatose* em 1911 e de *Campoferron* em 1968. No que concerne ao aspecto publicitário, eis uma tecnologia de virilização da Europa para o Brasil. Diretamente dos descendentes dos bárbaros germânicos para os sul-americanos, o músculo, o vigor, a coragem e a força física estão à venda. A força não está apenas com os países de primeiro mundo. Ela emana deles, numa espécie de “democratização colonizadora” do músculo: “Pois o músculo está em toda a parte” (Courtine, 2011, p. 465).¹⁰

Esse ideal possui uma particularidade não negligenciável no século XX: a medicina não apenas torna acessível a força ao homem, mas também à mulher e à criança (Figura 7), ainda que o eixo central do “ser viril” seja

¹⁰ Do original: “*Car le muscle est partout*” (Tradução nossa).

mantido: “O modelo viril muda sem que seja abandonada a referência ao vigor e à dominação” (Vigarello, 2011, p. 12).¹¹

Figura 7: PP de medicamento fortificante



Fonte: Reclames... (1986)

O TONICO BAYER é um precioso auxiliar do desenvolvimento das crianças, tornando-as fortes, saudias e alegres. Rapidos e permanentes são os efeitos do Tonico Bayer: enriquece o sangue, vigoriza os músculos, fortalece o cerebro e os nervos. As crianças o tomam com prazer, devido ao seu sabor agradável. De TONICO BAYER a seus filhos. [Texto logo abaixo da imagem central.]

É um preparo scientificamente dosado que contem vitaminas, extractos de figado, calcio, phosphoro assimilavel, e outros elementos de comprovado valor therapeutico. Sua formula é o resultado de vários anos de estudo, investigações e ensaios por eminentes homens de sciencia nos famosos LABORATORIOS BAYER. [Texto do canto inferior esquerdo.]

Não apenas os homens, mas as jovens crianças. Não apenas jovens, mas mulheres. De uma rede que se inicia com os ideais de uma virilidade comprometida pela tropicalidade, chega-se à pulverização da força para além do homem. As crianças também podem ingerir a força palatavelmente (“As crianças o tomam com prazer, devido ao seu sabor agradável”). Medicamento cientificamente testado, que “enriquece o sangue, vigoriza os músculos, fortalece o cerebro e os nervos”. Cultura do músculo, virilização generalizada: a ciência laboratorial garante que todos sejam fortes.

¹¹ Do original: “Le modèle viril change, sans que soit abandonné le repère de la vigueur et de la domination” (Tradução nossa).

Um outro ponto notável deste último enunciado deriva de um efeito de credibilização do produto por associação a uma especificação temporal: “Sua formula é o resultado de vários anos de estudo, investigações e ensaios por eminentes homens de ciencia nos famosos LABORATORIOS BAYER”. Memória não tão longínqua, intersticial, no que concerne à cronologia das três propagandas aqui analisadas: as Guerras Mundiais. Filigrana que se inicia com o darwinismo social no século XIX e que culmina com o ideal de purificação dos povos e das raças, no sentido de privilegiar os mais fortes. Espaço de retomada histórica de um momento em que houve profundos avanços na pesquisa médica, quando seres humanos serviram às pesquisas medicamentosas nos laboratórios alemães. Espaço em que o progresso técnico-científico associou-se à disputa pela hegemonia mundial.

Por meio desse último aspecto observado na última publicidade apresentada (Figura 3), temos que a virilidade no século XX associa-se à medicalização tanto quanto a medicalização associa-se à dilaceração dos corpos nos campos de batalha. Assim, com base nas publicidades aqui analisadas, é possível compreender o funcionamento de um ideal de virilidade a partir da medicalização no século XX. O ideal de uma raça mais forte e organizada que a outra, a atualização de rituais viris (a tourada), os desenvolvimentos científicos laboratoriais e a desvirilização masculina no pós-guerra podem ser considerados eixos fundamentais para a discursivização do sujeito viril no período analisado. Potência viril e tecnologia médica cruzam o século como irmãs em um espaço de generalização tal que atinge homens, mulheres e crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A quintessência do pó” (Shakespeare, 1997, p. 51). Voltamos à epígrafe para fechar dizendo que essa metáfora ilustra a fugacidade e a limitação das noções de virilidade, sustentando saberes médicos e (re)produzindo enunciados inevitavelmente ligados a uma memória coletiva que, por sua vez, desencadeia um movimento para a memória discursiva sobre o ser-homem-viril.

Esse movimento nos permite entrever que, entre o ideal viril e seu desempenho sexual, sedimentaram-se discursos sobre os modos como se constroem e se reconstróem modelos de virilidade. O modelo arcaico dominante de virilidade e os significados que lhe são atribuídos parecem revitalizados quando, no discurso publicitário, vislumbramos sentidos convalidando tanto as tradicionais marcas da diferença entre os sexos quanto a hegemonia do poder viril fundamentado na força física, na firmeza moral e na potência sexual.

Flagramos representações baseadas ora na força, autoridade e dominação, ora na instabilidade, fragilidade e dependência; isso dá a ver os efeitos das composições históricas, sociais e culturais que atendem a exigências específicas. Atendem, portanto, aos imperativos estratégicos sobre a força física e a potência sexual, de um lado, e sobre o controle de si e a coragem, de outro, funcionando como matriz de um dispositivo que, nas relações com outros dispositivos, nas contingências, nas ininterruptas (re)atualizações e convalidações, fabrica verdades sobre os sujeitos, além de seus corpos e condutas.

REFERÊNCIAS

CAROL, A. La Virilité face à la médecine. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J-J. (Orgs.) *Histoire de la virilité 3 – La virilité en crise? XX^e-XXI^e siècle*. Paris: Seuil, 2011. p. 31-69.

CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J-J. (Orgs.) *Histoire de la Virilité 1 – L’Invention de la virilité: de la Renaissance aux Lumières*. Paris: Seuil, 2011a.

_____. *Histoire de la virilité 2 – Le triomphe de la virilité: le XIX^e siècle*. Paris: Seuil, 2011b.

_____. *Histoire de la virilité 3 – La virilité en crise? XX^e-XXI^e siècle*. Paris: Seuil, 2011c.

COURTINE, J-J. Balaise dans la civilisation: mythe viril et puissance musculaire. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J-J. (Orgs.) *Histoire de la virilité 3 – La virilité en crise? XX^e-XXI^e siècle*. Paris: Seuil, 2011. p. 461-484.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

HAAG, C. O elo perdido tropical. *Revista da Fapesp*, p. 80-85, 2009. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2009/05/80-85_159.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2013.

RECLAMES da Bayer: se é Bayer é bom. Bayer, 90 anos no Brasil. [São Paulo]: Bayer, 1986.

_____. 1943-2006. São Paulo: Bayer, 2006.

SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

VIGARELLO, G. La virilité, de l’antiquité à la modernité. In: CORBIN, A.; VIGARELLO, G.; COURTINE, J. J. (Orgs.) *Histoire de la virilité 1 – L’Invention de la virilité: de la Renaissance aux Lumières*. Paris: Seuil, 2011. p.11-15.

WITZEL, D. G. Verdades e produção de subjetividades: um estudo sobre mulheres bíblicas no discurso publicitário. *Palabra Clave* 15 (2), p. 204-223, 2012.

Dispositivo da sexualidade, discurso da mídia e o corpo feminino

| **Pedro Navarro**

O OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DESTE TEXTO parte de um arquivo constituído por Leal¹ em sua pesquisa sobre revistas direcionadas ao público feminino, nas quais a ideia de “mulher liberal” apresenta-se como um dos elementos de regularidade, em meio à dispersão de discursos cujo “princípio de diferenciação” (Foucault, 1972) é a relação entre sexualidade, corpo e subjetivação. O foco de interesse neste momento recai sobre a noção de dispositivo da sexualidade, com a finalidade de compreender como se materializa o processo de subjetivação, a partir do qual, em enunciados desse arquivo, procura-se produzir verdades sobre a sexualidade da mulher. Ainda com base nessa noção, analisamos as formas de discursivização da confissão, considerada também como uma peça fundamental do referido dispositivo.

¹ Pesquisa de iniciação científica “Discurso e dispositivo da sexualidade em revistas direcionadas ao público feminino: um estudo de caso”, desenvolvida por Graziely Cordeiro Leal entre 2011 e 2012, sob nossa orientação.

1 CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO

Em sua *Arqueologia*, Foucault (1972) esclarece que o “arquivo” é o sistema de enunciados, ou seja, a lei do que pode ser dito. Os enunciados, portanto, dependem desse sistema de enunciabilidade, o qual responde pela formação e pela transformação enunciativa. Uma vez situado entre a língua, que define as regras de construção das proposições, e o *corpus*, que recolhe os dados das palavras efetivamente ditas, o arquivo funciona no nível de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados. Em vista disso, se quisermos pensar em termos de “sentido” do enunciado, isso só é possível se consideramos que esse sentido não está definido em termos de intenções, e sim pela diferença que articula dado enunciado sobre outros reais que lhe são contemporâneos ou aos quais ele se opõe no tempo.

Tomando como base a problemática do artigo, o recorte feito desse arquivo formou um quadro enunciativo sobre a sexualidade feminina, a partir do qual observamos o “como” do poder, ou seja, o modo como o poder lança luz sobre o corpo da mulher, produz enunciados de saber sobre o sexo, bem como faz a mulher falar, por meio da confissão, sua verdade.

Em virtude da quantidade de textos midiáticos sobre o tema e considerando a necessidade de fazer um recorte dos enunciados selecionados, a análise incide somente sobre textos da mídia eletrônica brasileira. Os títulos são os seguintes:

1. “Mulher, O Sexo Forte”, do site <http://www.gineco.com.br/materias-sexualidade-feminina/mulher-o-sexo-forte>
2. “12 segredos para melhores orgasmos femininos”, do site <http://hypescience.com/12-segredos-para-melhores-orgasmos-femininos/>
3. “Farmácia do Prazer”, do site http://super.abril.com.br/superarquivo/1998/conteudo_68814.shtml
4. “Abaixo a ditadura do orgasmo”, do site http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/93496_abaixo+a+ditadura+do+orgasmo/5
5. “Timidez Excessiva”, do site <http://www.portalfeminino.com.br/Paginas.aspx?area=sexualidade&id=timidez>

6. “Como lidar com o sexo casual”, do site http://nova.abril.com.br/edicoes/445/amor_sexo/como-lidar-com-sexo-casual.shtml
7. “20 dicas para melhorar a relação sexual”, do site <http://www.dicas-demulher.com.br/20-dicas-para-melhorar-a-relacao-sexual/>
8. “Que tal um jantar afrodisíaco?”, do site <http://m.daquidali.com.br/touch/amor-e-sexo/que-tal-um-jantar-afrodisiaco-nutricionista-cria-cardapio-especial>
9. “Adolescência e menopausa”, do site <http://www.sexocoisaetal.com.br/artigos.php?id=35>
10. “A primeira vez da mulher”, do site <http://garotasblog.blogspot.com.br/2007/05/parte-3-primeira-vez-da-mulher.html>
11. “Confira 42 dicas para apimentar o relacionamento”, do site <http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2010/02/15/confira-42-dicas-para-apimentar-o-relacionamento.htm>
12. “Sexo em lugares inusitados”, do site <http://vilamulher.terra.com.br/sexo-em-lugares-inusitados-3-1-31-66.html>
13. “Conheça dez lugares inusitados para acontecer uma rapidinha com seu parceiro”, do site <http://www.cabecadecua.com/amoresexo/2009-08-10/conheca-dez-lugares-inusitados-para-acontecer-uma-rapidinha-com-seu-parceiro-52593.html>
14. “Alimentos podem ajudar no desempenho sexual”, do site <http://www.abril.com.br/noticias/comportamento/alimentos-podem-ajudar-desempenho-sexual-nutrologo-477773.shtml>

O olhar sobre o *corpus*, na busca de compreender as formas de interpelação da mulher nos textos midiáticos analisados, implicou considerar os dispositivos da sexualidade que atravessam os textos e organizam saberes a respeito do sexo feminino. Para tanto, buscamos respaldo teórico nas reflexões de Foucault (1988), no volume I de *História da sexualidade: a vontade de saber*. Nessa obra, o filósofo discorre sobre a distinção entre *ars erotica* e *scientia sexualis*, analisando esses dois grandes campos como produtores de verdades sobre a sexualidade.

2 DISPOSITIVO, a *PrIOrI* HISTÓRICO E VERDADE

Uma discussão, mesmo que breve, sobre dispositivo leva-nos, em uma primeira instância, a fazer uma passagem da arqueologia para a genealogia, movidos pela consideração de que a noção de dispositivo substitui a de prática discursiva nos estudos de Foucault. Outra possibilidade de compreender essa passagem, entretanto, seria partir da ideia de que não se trata de substituição, e sim de observar, por meio da descrição dos discursos, das práticas discursivas, portanto, o funcionamento de certos dispositivos na produção de subjetividades.

Noção tão cara para compreender a relação entre poder e saber, ela pode ser localizada em alguns “ditos e escritos” desse autor. Consideramos, para os propósitos deste texto, as seguintes passagens: em *Microfísica do poder*, Foucault (1998) mostra que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Eles funcionam, antes, como uma rede de dispositivos ou mecanismos à qual nada ou ninguém escapa. Dito de outro modo, para o autor, o poder não existe; o que existe são práticas ou relações de poder, o que significa compreender que o poder é algo que se exerce, efetua-se e funciona discursivamente. O poder deve ser pensado como algo que produz o real, os domínios de objetos e rituais de verdade. Saberes como os da biomedicina, da engenharia genética e de outros campos do desenvolvimento científico auxiliam na cura de doenças, por exemplo, e isso atesta a positividade do poder. Tal poder atua sobre o corpo, por isso, é um biopoder (Foucault, 1988), uma vez que se volta para o corpo-espécie, ocupando-se da proliferação, dos nascimentos e da mortalidade, do nível de saúde e da longevidade.

Se acolhermos o texto de *A ordem do discurso* como um dos momentos do pensamento de Foucault (1995) em que o saber “encontra” o poder,² encontraremos lá uma das formas de manifestação do dispositivo, por intermédio de práticas discursivas que estabelecem divisões, por exemplo, entre verdadeiro e falso, razão e desrazão ou interdições, como as que definem o

² Uma ressalva faz-se necessária: o conjunto da obra de Foucault coloca sempre em relação poder-saber-sujeito.

que é permitido ou não falar, quem pode falar e em que circunstâncias é possível falar. Como mostra o autor, as regiões da sexualidade e da política são aquelas em que os mecanismos de interdição ganham força e visibilidade.

Um discurso, com seu dispositivo institucional e social, só se mantém enquanto a conjuntura histórica e a liberdade humana não o substitui por um outro. Saímos então do aquário (o *a priori* histórico), por conta de novos acontecimentos do momento ou porque apareceu um novo discurso que obteve sucesso. Porém, de acordo com Veyne (2011, p. 50),

se mudamos, então, de aquário, é para nos vermos em um novo aquário. Esse aquário ou discurso é, em suma “o que poderíamos chamar de *a priori* histórico”. É claro que esse *a priori*, longe de ser uma instância imóvel que tiranizaria o pensamento humano, é passível de mudança, e nós mesmos terminamos por mudá-lo. Mas ele é inconsciente: os contemporâneos sempre ignoraram onde estavam seus próprios limites e nós mesmos não podemos avistar os nossos.

O autor cita o discurso da desrazão, do século XVII, que colocava em jogo todo um dispositivo, isto é, leis, atos, falas ou práticas que constituem uma formação histórica, seja a ciência, seja o hospital, seja o amor sexual, seja o exército. O próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele [...] e que o encarna na sociedade; o discurso faz a singularidade, a estranheza da época, a cor local do dispositivo. (p. 54)

Sobre a verdade, Veyne (2011) afirma que ela figura entre os componentes do próprio dispositivo, uma vez que cada sociedade possui seu regime geral de verdades. Em vista disso, o dispositivo é algo que engloba “coisas e idéias (entre as quais a verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais, econômicas etc. O discurso impregna tudo isso” (p. 57).

Enfim, sendo imanente aos fatos da história, a todos os dispositivos, dos quais é apenas a formulação última, o discurso não move a história; é movido por ela e seus dispositivos. Nesse sentido, as mudanças dos discursos ao longo dos séculos provêm de causalidades históricas comuns e bem conhecidas, que movem e modificam incessantemente práticas, pensamentos, costumes,

instituições, em suma, todo o dispositivo, com os discursos que apenas lhe delimitam as fronteiras. Conforme assinala Veyne (2011), os dispositivos têm por limite, na sua finitude, as fronteiras históricas de um discurso.

3 Dispositivo da sexualidade

Sobre a tese de um poder que interdita, o primeiro volume da *História da sexualidade* parece marcar uma inflexão no pensamento de Foucault (1988). Opondo-se ao que denomina “hipótese repressiva”, o autor defende a tese de que, no que concerne à sexualidade, o que se tem é uma vontade de saber que promove uma “colocação do sexo em discurso”:

Trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. Daí o fato de que o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo [...] A vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou [...] em constituir uma ciência da sexualidade. (Foucault, 1988, p. 18-19)

Foucault faz uma distinção entre dois grandes procedimentos históricos de produção de verdades sobre a sexualidade: a *scientia sexualis* e a *ars erótica*. A ciência da sexualidade tem por finalidade explicar o sexo. Ela participa de um acontecimento maior, que caminha na contramão da repressão. As investigações desse autor mostram que, a partir dos séculos XVI e XVII, ocorreu, na sociedade ocidental, uma multiplicação de discursos sobre o sexo, que tinham por finalidade esquadrinhá-lo e defini-lo. É um projeto de iluminação de todos os aspectos do sexo. Para tal fim, são criados dispositivos que multiplicaram os discursos sobre sexo, ao mesmo tempo que foram sendo produzidas verdades sobre ele.

O discurso médico, legitimado que é por relações de poder, embora revestido de uma aura de neutralidade científica, produz crescentemente

verdades sobre o sexo. A medicina do sexo associa-se fortemente à biologia (evolucionista) da reprodução. Essa associação do discurso sobre o sexo com o discurso científico deu-lhe maior legitimidade.

No que diz respeito à arte erótica, Foucault (1988) considera que ela seja própria de civilizações como Roma, Índia, China, que buscavam no saber sobre o prazer formas de ampliá-lo. Essa forma de verdade sobre o sexo funciona como um saber de dentro, isto é, a verdade sobre o prazer é extraída do próprio saber.

Nos enunciados analisados da mídia, a arte erótica surge como uma forma de aguçar a criatividade feminina para apimentar seus relacionamentos. Conselhos sobre o uso de lingerie, sobre lugares e comidas exóticas dão visibilidade ao fato de que

a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma. (Foucault, 1988, p. 57)

No campo da ciência da sexualidade, destaca-se a técnica da confissão como um elemento central na produção de saberes sobre o sexo. Somos, de acordo com Foucault, incitados a confessar nossos prazeres. Como peça integrante do dispositivo da sexualidade, a confissão estabelece uma relação de poder, em que aquele que confessa se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina.

Em vista desse funcionamento, a técnica da confissão vai além da penitência ao transpor o campo religioso e acaba por configurar-se como componente de uma enunciação científica. Para tanto, conforme analisa Foucault, algumas estratégias são empregadas com vistas a extorquir a verdade sobre o sexo, de maneira científica:

1. codificação clínica do fazer falar: a confissão é assim inscrita no campo de observações científicas;

2. postulado da causalidade geral e difusa: qualquer desvio possui consequências mortais, o sexo representa perigos ilimitados;
3. princípio da latência intrínseca da sexualidade: o sexo é clandestino, sua essência é obscura. A coerção da confissão é articulada à prática científica;
4. interpretação: a verdade é produzida por discursos interpretativos da confissão;
5. medicalização: a confissão é transposta no campo do normal e do patológico. Os médicos são, por excelência, os intérpretes da verdade sobre o sexo.

Nos textos sob investigação, as mulheres são chamadas a relatar, nas matérias, suas vivências sexuais, ou então são entrevistadas, e essas confissões aparecem na voz do enunciador midiático. Isso mostra a construção de um discurso (jornalístico) da verdade sobre si mesmo, em que o sujeito se coloca na posição de ser julgado, tal como analisa Foucault (1988). O discurso da ciência aparece para legitimar aquilo que foi dito, atestando a fala do jornalista e comprovando o que se fala, dando acesso à verdade partindo de um saber médico, legitimado para tratar do assunto.

Baseados em técnicas como a confissão, tais discursos operam um jogo de verdades no qual se constituem identidades, segundo a regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma e de sua vida, no caso, o uso que a mulher deve fazer de sua sexualidade.

4 FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE: BREVE ESTUDO DE CASO

A quantidade de discursos que circulam na mídia a respeito da sexualidade feminina é extensa. Há muitos saberes sobre a temática na atualidade que convidam (interpelam) a mulher atual a desvendar o não conhecido a respeito de seu corpo e de seus prazeres. Por vezes, o assunto discutido se repete, o que dá visibilidade a uma regularidade enunciativa em termos de produção discursiva de uma identidade feminina que, supostamente, possa sair da ignorância sexual e procurar se conhecer sexualmente, sem ter vergonha de sua

sexualidade. Trata-se de uma representação identitária de mulher que busca o prazer, porém, jamais se descuidando de sua saúde íntima.

A seguir, apresentamos algumas sequências discursivas (doravante denominadas sd) em que o dispositivo da sexualidade se materializa no *corpus* analisado. Para tanto, a série enunciativa analisada foi distribuída em dois “trajetos temáticos” (Charaudeau; Maingueneau, 2002), que auxiliam a reorganizar o *corpus* de análise, com a finalidade de descrever o modo como o dispositivo da sexualidade produz saberes sobre a subjetividade feminina na mídia contemporânea.

Esses trajetos são apresentados com os respectivos subitens. Assim, as séries enunciativas são reagrupadas em torno dos trajetos (1) dispositivos da sexualidade em revistas e (2) o corpo da mulher e sua sexualidade.

4.1 DISPOSITIVOS DA SEXUALIDADE EM REVISTAS

O primeiro trajeto temático apresentado refere-se ao atravessamento do discurso científico em relação à sexualidade feminina.

4.1.1 DISCURSO CIENTÍFICO E SEXUALIDADE FEMININA

No tecido textual dos discursos sob análise, a sexualidade feminina aparece, por vezes, na voz de especialistas que, cientificamente, explicam os acontecimentos que se dão no corpo feminino e formam a sexualidade feminina. Esses discursos falam sobre esse aspecto desde a adolescência, abordando assuntos como a transição de um corpo de menina para um corpo de mulher, a primeira relação sexual até a sexualidade após a menopausa. Há discursos que criticam a procura obsessiva pelo orgasmo e outros que tentam de alguma forma esclarecer os problemas sexuais para atingi-lo, os quais advêm de distúrbios neurológicos que impedem a mulher de sentir prazer. São discutidas também as diferenças hormonais e afetivas entre homens e mulheres. Esses especialistas são ginecologistas, sexólogos, psicólogos.

Na sequência, apresentamos alguns excertos da série enunciativa analisada:

Transição do corpo de menina para mulher e sua primeira relação sexual

(sd 1) “As mudanças corporais são desencadeadas pela produção dos hormônios, a partir dos oito ou nove anos, e promovem alterações no tamanho do corpo, na suas proporções, e o desenvolvimento das características sexuais primárias e secundárias.” (Disponível em <<http://www.sexocoisaetal.com.br/artigos.php?id=35>>. Acesso em: 24 maio 2012)

(sd 2) “Sua primeira vez deve ser considerada apenas como o início de sua vida sexual. Não vá com expectativas nem com medos: vá apenas com segurança e decisão.” (Disponível em: <<http://garotasblog.blogspot.com.br/2007/05/parte-3-primeira-vez-da-mulher.html>>. Acesso em: 28 maio 2012)

Vale destacar, em relação à sd 2, o tom didatizante que assume o discurso da matéria jornalística, motivado, provavelmente, pela imagem que se constrói dos possíveis interlocutores a quem o enunciador endereça seus conselhos. Esse efeito manifesta-se por meio da partícula de negação (“Não”) seguida do verbo (“vá”) no imperativo. Como analisa Foucault (1972), não existe enunciado neutro ou que não suponha a existência de outros. Desse modo, ao enunciar “Não vá com expectativas nem com medos: vá apenas com segurança e decisão”, o enunciador parte de um já-dito, segundo o qual a primeira relação sexual da mulher é marcada por ansiedade, medo e indecisão. A desconstrução (negação) do discurso do medo em relação à primeira experiência sexual é uma forma de exercício de um poder que visa a produzir a ideia de mulher segura em relação à sexualidade.

Ainda sobre essa sd, parece-nos oportuno considerar um fator constitutivo do discurso, o mecanismo de “antecipação”, que, no caso em tela, parece regular o processo argumentativo. Segundo o que analisa Pêcheux (1995), o mecanismo da antecipação diz respeito à capacidade que o sujeito enunciativo pode ter de se colocar no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Com isso, o enunciador pode antecipar-se, assim, a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem.

Nessa sd, assim como em outras que compõem a série enunciativa sob investigação, esse mecanismo funciona no sentido de direcionar a

argumentação do texto, de tal forma que o sujeito diz de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte, no caso, nas jovens mulheres que estão iniciando sua vida sexual.

O mecanismo de antecipação tem a finalidade de desconstruir o discurso do medo em relação à primeira relação sexual. Para tanto, projeta-se no lugar de suas interlocutoras, antecipa seus medos, em virtude desse já-dito, mencionado anteriormente, e, com isso, pode propor outro saber sobre essa experiência.

Menopausa

(sd 3) “A outra fase da vida que é sinônimo de adaptações na vida sexual – talvez a etapa com maior número delas – é a menopausa, quando o estrogênio começa a diminuir e outros fatores passam a modificar o cotidiano da mulher. Não faltam motivações fisiológicas ou psicológicas para influenciar a sexualidade feminina.” (Disponível em: <<http://www.gineco.com.br/materias-sexualidade-feminina/mulher-o-sexo-forte>>. Acesso em: 23 ago. 2011)

(sd 4) “A testosterona não age na vagina, mas no cérebro. Como isso acontece, realmente, os pesquisadores ainda não sabem. Por isso, nem todos apostam na sua eficácia. “Acredita-se que ela atue sobre os centros cerebrais responsáveis pela agressividade sexual, facilitando a transmissão dos impulsos nervosos que despertam o desejo”, conta o ginecologista Malcolm Montgomery, de São Paulo, um dos adeptos da técnica. “Esse aumento da libido mexe com a fisiologia feminina, deixando a vagina mais úmida e os músculos relaxados, o que facilita a penetração.” (Disponível em: <http://super.abril.com.br/superarquivo/1998/conteudo_68814.shtml>. Acesso em: 06 jan. 2012)

(sd 5) “Para a Dra. Cláudia, é um erro acreditar na visão perpetuada culturalmente de que mulheres a partir de uma certa idade têm de ocupar o papel de mãe ou avó, o que não combina com sexualidade. Soma-se a essa noção o fato de o próprio parceiro apresentar diminuição na sua performance sexual, reduzindo o número de relações. ‘O que não quer dizer que vai piorar a qualidade do ato sexual. Mulheres no climatério são capazes de ter uma boa vida sexual, às vezes até melhor em qualidade do que uma pessoa mais jovem’, ressalta a médica.” (Disponível em: <<http://www.gineco.com.br/materias-sexualidade-feminina/mulher-o-sexo-forte>>. Acesso em: 23 ago. 2011)

(sd 6) “A transição menopausal é mais um estágio de desenvolvimento feminino, porém para algumas mulheres esta fase está diretamente associada

ao medo de envelhecer, fato que desencadeia conflitos psicológicos. Algumas mulheres sentem a chegada da menopausa como uma perda do objetivo primeiro do sexo: a reprodução. Este sentimento da mulher como ‘menos feminina’ e portanto ‘menos desejada’ irá gerar uma atitude negativa frente a sua sexualidade que terminará diminuindo sua atividade sexual.” (Disponível em: <<http://www.sexocoisatotal.com.br/artigos.php?id=35>>. Acesso em: 24 maio 2012)

Nas sd 3 e 4, por exemplo, o que temos é uma explicação estritamente científica para os efeitos da menopausa sobre a sexualidade da mulher. Ficamos sabendo, assim, que se trata de um hormônio que age diretamente no cérebro. Na sd seguinte (5), a voz de um especialista no assunto marca o domínio associado do qual se vale o dispositivo da sexualidade para, nesses discursos, explicar às mulheres quem elas são, por meio da sexualidade. Ou seja, o tecido textual da matéria jornalística constitui-se de vozes legitimadoras sobre o tema. Essas vozes legitimadas, incluindo, também, a do ginecologista que aparece na sd 4, confere visibilidade à vontade de verdade que dá sustentação ao discurso jornalístico. Para que este seja aceito como verdade e possa exercer algum tipo de poder sobre a mulher, é preciso que seus enunciadores sejam pessoas reconhecidas pelo campo da ciência. Nesse caso, jornalismo e ciência entrecruzam-se na produção de identidades da mulher.

4.1.2 ARTE ERÓTICA

As revistas apresentam matérias variadas sobre dicas de como apimentar a relação. Em vista disso, o que podemos observar é a presença de elementos discursivos oriundos da chamada arte erótica em depoimentos de mulheres e nas vozes de especialistas e do jornalista. Essas matérias indicam roupas e lugares que ajudam a mulher a inovar em seus relacionamentos e a surpreender seus parceiros. Ainda falam sobre alimentos que podem contribuir para o desempenho sexual.

As seqüências discursivas a seguir dão visibilidade à presença desses elementos, o que sinaliza para o fato de que o discurso sobre a sexualidade feminina é constitutivamente heterogêneo, se considerarmos, como

mostram os enunciados, que o dispositivo da sexualidade, no *corpus*, nutre-se tanto de saberes científicos quanto de aspectos de ordem cultural. Eis algumas sequências:

Uso de lingerie

(sd 7) “Capriche no que vai usar. Escolher a lingerie certa pode salvar uma noite entediante. Você pode também ousar e colocar uma fantasia para vocês se divertirem ainda mais juntos.” (Disponível em: <<http://www.dicasdemulher.com.br/20-dicas-para-melhorar-a-relacao-sexual/>>. Acesso em: 18 nov. 2011)

(sd 8) “Convide-o para um jantar especial e diga que ele terá que degustar tudo. Depois da salada com aspargos (bem afrodisíaco) diga para que ele se prepare para o prato principal. Vá até a cozinha e volte vestindo uma lingerie belíssima e calçando um salto agulha. Imperdível!” (Disponível em: <<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2010/02/15/confira-42-dicas-para-apimentar-o-relacionamento.htm>>. Acesso em: 22 maio 2012)

Escolha de determinado lugares

(sd 9) “Abuse da criatividade e faça sexo em lugares diferentes. Pode ser em um ambiente diferente da casa ou ainda em outro lugar que não seja sua casa ou o motel. Só tome cuidado para não ter uma relação sexual em público, pois isso é proibido.” (Disponível em: <<http://www.dicasdemulher.com.br/20-dicas-para-melhorar-a-relacao-sexual/>>. Acesso em: 18 nov. 2011)

(sd 10) “O que é proibido é mais gostoso. Será verdade? Transar com o parceiro em lugares públicos, por exemplo, costuma ser mais excitante para alguns casais.” (Disponível em: <<http://vilamulher.terra.com.br/sexo-em-lugares-inusitados-3-1-31-66.html>>. Acesso em: 25 jul. 2011)

(sd 11) “Cinema. Nada de sentar na primeira fileira... Já vá mal intencionado lá para o fundo. Assim, quando as luzes apagarem, o clima pode esquentar e uma rapidinha no escurinho do cinema vai ser inesquecível.” (Disponível em: <<http://www.cabecadecua.com/amoresexo/2009-08-10/conheca-dez-lugares-inusitados-para-acontecer-uma-rapidinha-com-seu-parceiro-52593.html>>. Acesso em: 25 jul. 2011)

Damos especial atenção às escolhas lexicais, porque elas indicam o posicionamento do sujeito dos enunciados em relação ao tema da sexualidade feminina. Destacamos, para o momento, o uso dos verbos “capriche” (sd 7), “convide-o”, “diga”, “vá e “volte” (sd. 8), “abuse” e “faça” (sd 9). O efeito do imperativo, aqui, embora atenuado, uma vez que o tom da reportagem é de aconselhamento, indica o modo como o dispositivo de poder da sexualidade faz-se presente de forma sutil. Como analisa Foucault (1998), o poder não é algo que só se exerce pela força; pelo contrário, ele infiltra-se na vida cotidiana, sem que nos demos conta disso. No caso aqui analisado, a reportagem é produzida na forma de um tutorial, uma vez que visa a ajudar a mulher a administrar bem esse aspecto de sua vida íntima. Em outros termos, o governo que se exerce sobre a identidade desse sujeito se faz não pela força, e sim pelo aconselhamento, mas não deixa de ser uma forma de exercício do poder que, nesse caso, é produtivo.

Cardápio do amor

(sd 12) “Alimentos afrodisíacos que fazem milagres pela performance na cama ainda carecem de comprovação científica. Alguns quitutes, porém, têm composição capaz de gerar benefícios que, somados, podem levar à melhora na capacidade sexual. ‘O amendoim, por exemplo, é proteico, energético e tem vitamina B3, que estimula o processo de vasodilatação, facilitando a irrigação de sangue nos órgãos genitais’, explica o nutrólogo Maximo Asinelli.” (Disponível em: <<http://www.abril.com.br/noticias/comportamento/alimentos-podem-ajudar-desempenho-sexual-nutrologo-477773.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2011)

(sd 13) “Se você pensa surpreender seu namorado no próximo dia 12 de junho, fuja das filas e dos lugares lotados e prepare um jantar afrodisíaco para ele. Um cardápio rico em substâncias químicas que ajudam a estimular o desejo sexual pode transformar sua noite em uma data inesquecível.” (Disponível em: <<http://m.daquidali.com.br/touch/amor-e-sexo/que-tal-um-jantar-afrodisiaco-nutricionista-cria-cardapio-especial>>. Acesso em: 20 jun. 2012)

Nas sd 12 e 13, um fenômeno muito próprio do dispositivo da sexualidade materializa-se: o campo da culinária invadindo o da sexualidade, ao

mesmo tempo que o saber científico volta-se para os alimentos, na tentativa de dar uma explicação científica para os efeitos de determinados alimentos sobre o desempenho sexual dos casais. É o que podemos observar no excerto em que um especialista é convocado para explicar a função que podem ter certos alimentos afrodisíacos: “O amendoim, por exemplo, é proteico, energético e tem vitamina B3, que estimula o processo de vasodilatação, facilitando a irrigação de sangue nos órgãos genitais”, explica o nutrólogo Maximo Asinelli”.

Trata-se de uma informação estritamente científica para algo que é da cultura popular e pertence ao campo da arte erótica. Mais uma vez, é a ciência dando respaldo ao posicionamento do enunciador jornalístico em relação ao tema da sexualidade.

Voltamos a enfatizar, seguindo as pegadas de Foucault (1988), a necessidade de se analisar o “como” do poder, isto é, o modo como o dispositivo da sexualidade, que alia saber científico com arte erótica e sabedoria popular, age sobre a vida da população. O exposto leva-nos à conclusão de que tal dispositivo participa de um mecanismo de poder maior, que é o biopoder, nos termos já expostos aqui.

Os enunciados analisados a seguir instituem a confissão como um poderoso artifício do dispositivo da sexualidade, uma vez que, por meio dela, se crê extrair “a verdade” sobre a experiência da sexualidade feminina.

4.1.3 TÉCNICA DA CONFISSÃO COMO UM DISPOSITIVO DE PRODUÇÃO DA VERDADE SOBRE O SEXO

Algumas matérias jornalísticas abrem espaço para que as mulheres possam falar de si mesmas, supostamente confessando suas experiências sexuais, seus desejos e suas angústias. Como sentencia Foucault (1988), somos animais confessionais; a todo instante somos interpelados a dizer aquilo que seria a nossa verdade, ou aquilo que acreditamos, de fato, ser a verdade sobre nós, sobre as coisas. O tema da sexualidade feminina, em textos eletrônicos endereçados a esse público, não poderia prescindir dessa técnica, por meio da qual se produz a verdade sobre a relação entre sexualidade e identidade feminina.

A confissão, como um componente do dispositivo da sexualidade tem, nesse discurso, um funcionamento característico, que importa especificar. Acreditamos que, mesmo ainda de forma um tanto quanto incipiente, nosso gesto de descrição/interpretação dos enunciados em que a confissão se faz presente possa dar um direcionamento para futuras análises sobre o assunto.

No caso que diretamente nos interessa, as condições de emergência de enunciados confessionais sobre a sexualidade advêm de uma prática que se vale do que Foucault (1988) denomina “método da interpretação”.

No que consiste esse método? Como se pode observar, nas sequências discursivas selecionadas para análise, a verdade sobre a experiência da sexualidade feminina é extraída mediante um trabalho que se realiza na interação entre aquele que confessa e aquele que acolhe a confissão e a reorganiza, dando-lhe uma explicação.

Tendo em vista o fato de que a ciência da sexualidade, nos textos jornalísticos, é elemento constituinte dos sentidos neles produzidos, essa explicação é mediada por um saber científico. Assim, como se trata de uma vontade de verdade que se realiza nesses gêneros discursivos, a confissão não se restringe apenas a fazer-falar sobre o sexo, mas, e sobretudo, a decifrar os seus segredos e, com isso, produzir um discurso de verdade sobre a relação antes referida.

Dois funcionamentos discursivos da técnica da confissão dão visibilidade ao dispositivo da sexualidade: 1) a confissão realizada em primeira pessoa, ou seja, a voz das mulheres entrevistadas aparece no intradiscurso e 2) a confissão é interpretada pelo enunciador midiático.

Confissão na primeira pessoa: a mulher confessa sua experiência sexual

(sd 14) “Nunca fingi orgasmo. Seria uma sacanagem comigo mesma. Divertir-se é muito mais importante.” (Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/93496_abaixo+a+ditadura+do+orgasmo/5>. Acesso em: 6 jan. 2012)

(sd 15) “Você às vezes tem uma noite maravilhosa, mas não tem orgasmo. Para mim não faz falta, principalmente quando você tem um parceiro bom de

cama, diz a massoterapeuta, que costuma chegar ao ápice uma vez por semana.” (Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/93496_abaixo+a+ditadura+do+orgasmo/5>. Acesso em: 6 jan. 2012)

(sd 16) “Durante o último ano do meu relacionamento, o sexo era péssimo, conta Emma, 27 anos.” (Disponível em: <http://nova.abril.com.br/edicoes/445/amor_sexo/como-lidar-com-sexo-casual.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2012.

(sd 17) “Em uma viagem à praia com meu namorado e a família dele, resolvemos dar uma volta e saímos andando à procura de um canto para fazer ‘coisinhas’ sem ninguém por perto. Mas não queríamos motel nem nada do tipo, acho que estávamos atrás de emoções mesmo, conta a analista.” (Disponível em: <<http://vilamulher.terra.com.br/sexo-em-lugares-inusitados-3-1-31-66.html>>. Acesso em: 25 jun. 2011)

Vale destacar que, do ponto de vista linguístico-textual, todas essas sequências discursivas valem-se do tipo textual relato de experiência. Por se tratar de uma confissão em primeira pessoa e sobre sexualidade, esses recortes enunciativos quase ganham a feição de diário íntimo, por meio do qual o sujeito se expõe. A ideia de que a sexualidade é algo da ordem do privado perde todo o sentido, embora em algumas matérias essas mulheres não sejam identificadas pelo nome. Trata-se de tornar público o que antes era privado.

Focalizando algumas sequências discursivas, em especial os excertos “Nunca fingi orgasmo. Seria uma sacanagem comigo mesma” (sd 14) e “Você às vezes tem uma noite maravilhosa, mas não tem orgasmo. Para mim não faz falta” (sd 15), observamos que a sexualidade surge, ou melhor, é tratada nessas matérias como uma palavra que é preciso desencavar e escutar. Por isso, é parte de um mecanismo de poder que força todo mundo a falar do sexo, ao mesmo tempo que essa enunciação forçada, arrancada e interpretada manifesta-se sob um regime ordenado de saber sobre esses sujeitos, conforme sd 15.

Confissão relatada pelo enunciadador midiático

(sd 18) “A massoterapeuta Alda Vasconcelos, 24 anos, faz coro contra a “orgasmocracia”. Casada há seis anos, faz sexo três vezes por semana e estava

satisfeita, mas procurou cursos de pole dance e strip-tease para incrementar a relação e quebrar a rotina.” (Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/93496_abaixo+a+ditadura+do+orgasmo/5>. Acesso em: 6 jan. 2012)

(sd 19) “A dona de casa M.C., 46 anos, casada há 26 e mãe de três filhos, tem um retrospecto bem diferente. Ela nunca chegou ao orgasmo com o marido. Insatisfeita no início do casamento, recebeu dicas de uma colega de trabalho e aprendeu a se masturbar. Mas fingia sentir prazer com o parceiro para agradá-lo.” (Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/93496_abaixo+a+ditadura+do+orgasmo/5>. Acesso em: 6 jan. 2012)

(sd 20) “Depois de encontrar uma praia com um único quiosque, o casal achou um local e começou a namorar. Quando o parceiro de Verônica já estava sem a sunga, dois policiais se aproximaram deles. A analista conta que o policial os advertiu que existiam crianças e idosos no local e recomendou que os namorados fossem para outro lugar.” (Disponível em: <<http://vilamulher.terra.com.br/sexo-em-lugares-inusitados-3-1-31-66.html>>. Acesso em: 25 jun. 2011)

Nessas três sequências, a prática discursiva jornalística manifesta-se com vigor: o que as mulheres têm a dizer sobre sua experiência com o sexo é relatado pelo olhar do enunciador jornalístico, que se coloca em uma posição privilegiada, a partir da qual tudo observa, faz-falar e recorta as falas de suas depoentes, segundo o que pode e deve ser dito, em vista da “função-autor” que nos enunciados se exerce.

Vinculada à questão do saber, em *O que é um autor?* Foucault (1983) discute a noção de autoria, já apontando para os mecanismos de controle da produção dos discursos na sociedade. O autor é visto antes como uma função, que um nome próprio.

Nas sd, essa função caracteriza a existência e a circulação de verdades sobre a experiência da sexualidade das mulheres. A função autor, aliada à função enunciativa, organiza os saberes dessas confissões: os depoimentos são tanto utilizados quanto reorganizados na forma de comentário. O método da interpretação faz-se presente no modo como o sujeito enunciador jornalístico integra, em sua enunciação, a voz que confessa, tal como podemos observar em: “A massoterapeuta Alda Vasconcelos, 24 anos, faz coro contra a ‘orgasmocracia’”. Casada há seis anos, faz sexo três vezes por

semana e estava satisfeita, mas procurou cursos de pole dance e strip-tease para incrementar a relação e quebrar a rotina” (sd 18). Assim, o que organiza os sentidos sobre a relação sexual é o saber oriundo da arte erótica: cursos feitos para “incrementar a relação”.

Outra sequência a destacar é a que segue: “Ela nunca chegou ao orgasmo com o marido. Insatisfeita no início do casamento, recebeu dicas de uma colega de trabalho e aprendeu a se masturbar” (sd 19).

A prática da masturbação é confessada pela voz do enunciador jornalístico. O discurso relatado exerce, aqui, quatro funções em relação ao dispositivo da sexualidade:

1. provoca uma colocação do sexo em discurso, ou seja, os sujeitos são chamados a falar sobre o sexo;
2. leva o indivíduo a se assujeitar a esse dispositivo, de tal modo que confessa o que faz para atingir o prazer, embora essa confissão não seja dita diretamente por aquele que pratica, mas por aquele que a acolhe;
3. torna público o modo como a mulher obtém o prazer sexual, mas o faz de uma posição de sujeito que toma distância em relação ao que é confessado;
4. com esse mecanismo passa a enunciar, com a mesma pretensa neutralidade da ciência, uma verdade sobre a relação entre sexualidade e identidade feminina.

Ainda sobre o funcionamento discursivo da autoria jornalística, no que concerne à prática da confissão, se consideramos as reflexões de Foucault (1995) em sua aula inaugural no Collège de France, como já o fizemos anteriormente, é necessário trazer para essas análises a questão do poder. Em outras palavras, a autoria que se manifesta nos textos jornalísticos sobre a sexualidade feminina é um dos mecanismos que controlam o aparecimento e a circulação de alguns discursos, ao mesmo tempo que calam outros.

Isso implica ter em conta que o exercício do poder tanto produz saberes sobre o sexo quanto silencia outros. Assim, apesar de se tratar de uma colocação do sexo em discurso, por intermédio da confissão, o autor jornalístico é um procedimento excludente, uma vez que classifica, ordena e distribui as ideias, produzindo efeitos de poder e efeitos de saber.

4.2 CORPO DA MULHER E SUA SEXUALIDADE

Em algumas séries enunciativas, o referencial discursivo é a sexualidade feminina ligada à sua satisfação pessoal com o corpo, e o efeito produzido advém de um saber que relaciona um bom desempenho sexual com o fato de a mulher estar bem consigo mesma. O que se observa, então, é outro funcionamento do dispositivo da sexualidade: aquele que vincula a sexualidade feminina ao corpo feminino, mas a um ideal de corpo. Nesse caso, a cultura do “cuidado de si mesmo”, analisada por Foucault (2010) em relação aos gregos, manifesta-se nos discursos da atualidade como um cuidado não somente da alma, mas do corpo. Trata-se de uma dietética que, atravessada agora pelo discurso da sexualidade, interpela a mulher a conhecer seu corpo, o que implica tocar-se, descobrir as zonas erógenas e, assim, ensinar o parceiro a lhe dar maior prazer. Os excertos a seguir mostram esses discursos:

4.2.1 SEXUALIDADE FEMININA E SATISFAÇÃO COM O CORPO

(sd 21) “Em se tratando de timidez, a insatisfação com a imagem corporal é um dos motivos que interferem na relação sexual, porém, há outros fatores que podem fazer com que alguém fique retraído nesse momento: a relação que a pessoa desenvolveu com o seu próprio corpo desde a infância (o tocar, se olhar), a falta de intimidade com o(a) parceiro(a) e ausência de diálogo sobre a própria relação sexual (desejos, fantasias etc.), completa Ana Larissa.” (Disponível em: <<http://www.portalfeminino.com.br/Paginas.aspx?area=sexualidade&id=timidez>>. Acesso em: 11 jan. 2012)

(sd 22) “Tenha auto-confiança. A mulher segura é sexy. Mesmo quando está fora de forma ou com uns quilinhos a mais, para o homem, o que conta mesmo é a sensação que você faz ele sentir. Se ambos estão envolvidos na sensualidade, sem dúvida o sexo será ótimo. (Disponível em: <<http://www.dicasdemulher.com.br/20-dicas-para-melhorar-a-relacao-sexual/>>. Acesso em: 18 nov. 2011)

Tomando como princípio o fato de que a identidade é uma produção que ocorre na e pela linguagem, nas sd 21 e 22 o uso de estruturas argumentativas visa a desconstruir a ideia de mulher insatisfeita com sua sexualidade.

Isso é feito por meio de segmentos cuja função é explicar, à mulher, o que pode levá-la a essa situação indesejável: “Há outros fatores que podem fazer com que alguém fique retraído nesse momento: a relação que a pessoa desenvolveu com o seu próprio corpo desde a infância (o tocar, se olhar), a falta de intimidade com o(a) parceiro(a) e ausência de diálogo sobre a própria relação sexual (desejos, fantasias etc.)”.

Outro recurso linguístico-discursivo é a estrutura sujeito + verbo de ligação + predicativo, presente na sd 22: “A mulher segura é sexy”. Essa estrutura é típica na produção discursiva de imagens de identidade, pois seu funcionamento visa a definir quem é essa mulher idealmente construída, como ela deve ser ou o que deve fazer para assim se tornar. Ainda nessa mesma sd, na forma de aconselhamento, o enunciador dá uma saída para as mulheres que não estão nos padrões de beleza desejados: “Mesmo quando está fora de forma ou com uns quilinhos a mais, para o homem, o que conta mesmo é a sensação que você faz ele sentir”.

4.2.2 SEXUALIDADE FEMININA E MASTURBAÇÃO

(sd 23) “Você não pode dizer como se faz se você não sabe o que a excita. ‘Para fazer um treinamento corporal para ser orgástica, você deve masturbar-se’, disse Danielle Cavallucci, uma treinadora sexual da empresa de informações sexuais Sexuality Source.” (Disponível em: <<http://hypescience.com/12-segredos-para-melhores-orgasmos-femininos/>>. Acesso em: 17 out. 2011)

Dado o tipo de suporte textual que faz circular a colocação do sexo em discurso – mídia eletrônica –, o dispositivo tem endereçamento marcado linguisticamente. O uso do pronome “você” cria um efeito de proximidade, cumplicidade e intimidade. Tal efeito é garantido por meio de uma enunciação interlocutiva que promove uma interação entre autor e leitor, de tal modo que este passa a aderir ao ponto de vista daquele, sendo levado a acompanhar a linha de raciocínio desenvolvida até o final do texto. A criação desse efeito pressupõe um processo de identificação entre os parceiros dessa situação de interlocução. Em outros termos, é uma forma de materialização do governo do outro, no caso em tela, do governo da sexualidade feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou o entendimento dos mecanismos discursivos usados em revistas eletrônicas cujos temas são a sexualidade feminina. Nos enunciados analisados, vimos que se constrói a ideia de mulher que pode falar de sua identidade sexual. Essa imagem de mulher “liberada” sexualmente dá visibilidade ao funcionamento de um estereótipo que corrobora a produção de uma memória feminina, na qual a mulher se apresenta como dona de seu corpo e em busca da satisfação de seus desejos. O efeito produzido visa a deixar para trás o moralismo antes existente a respeito da sexualidade feminina, e, assim, fazer surgir uma “nova mulher”, que, em tese, tem direito a uma vida sexual saudável e realizada.

Nos enunciados selecionados e analisados, a sexualidade feminina é topicalizada, e os elementos textuais que apontam tanto para a manutenção dessa temática quanto para a sua progressão giram em torno de informações que abarcam as três fases de amadurecimento do corpo feminino: a fase da adolescência, a fase adulta e o momento em que a mulher entra na menopausa. Os enunciados constroem a identidade da mulher, por meio de um dispositivo sexual que abarca temas relativos à prática sexual e à confissão dessa prática.

O dispositivo da sexualidade materializa-se, pois, nos enunciados, acionando uma forma de governo que tem por meta o corpo da mulher. Esse dispositivo visa à produção de uma identidade feminina, que, antes retraída, tímida e frígida, passa a ser conhecedora de si, supostamente realizada e feliz nesse aspecto de sua vida.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis, RJ: Vozes/ Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. Qu'est-ce qu'un auteur? *Littoral*, n. 9, Paris: Editions Eres, 1983.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Adalberto de O. Souza. Série Apontamentos n. 29. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 1995.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado, 13. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 3. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi (et al.). 2. ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

VEYNE, P. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Poder, saber e sujeito no dispositivo da moda

| **Humberto Pires da Paixão**

A SOCIEDADE ATUAL PODE SER DEFINIDA, de acordo com Lipovetsky (2009), como uma sociedade de consumo e, como tal, estruturalmente inserida no processo de moda. Nessa sociedade, tanto produção quanto consumo são ordenados de modo que os princípios que regem o universo da moda/do vestuário influenciem toda a lógica produtiva, inclusive a da própria indústria de bens de consumo. Dessa forma, efemeridade e estética são substantivos característicos da época atual, um momento permeado por prazos de validade curtíssimos, no qual “o risco do descarte e o da obsolescência são bem reais” (Sant’Anna, 2011, p. 87) e a aparência ganha status de verdade, levando, inclusive, alguns a postular que “jamais [a] atenção ao corpo e à aparência mobilizaram tantas referências” (Soares, 2011, p. 75).

Nesse contexto, o papel da mídia, já bastante comentado e discutido por diferentes áreas do conhecimento, é fundamental ou até mesmo central, pois se trata de um lócus privilegiado, por onde circula uma infinidade de discursos. Daí que voltar a atenção para o universo midiático, em

consonância com Possenti (2007), torna-se hoje crucial, dada a sua presença, importância e influência na vida das pessoas. Além do mais, certos discursos desse universo contribuem para a produção de identidades que circulam socialmente, sejam elas femininas, sejam masculinas etc., e, sobretudo, estabelecem o que fazer, o que falar e, certamente, o que e como vestir. Essas práticas discursivas, segundo o ponto de vista de Gregolin (2007, p. 161), “constituem verdadeiros dispositivos identitários e produzem subjetividades como singularidades históricas”.

Que discursos são esses e como circulam? O que eles significam ou como adquirem sentido quando inseridos numa rede em que se situam vários outros? Como eles se tramam para nos mostrar e nos constituir(mos) como sujeitos? Tendo essas questões elementares como bases para a reflexão, buscaremos, neste trabalho, senão a resposta, pelo menos um caminho em direção à(s) possibilidade(s) de resposta para o questionamento: seria a moda um dispositivo no qual se articulam poder e saber na/para a constituição e controle de determinados sujeitos?

Para uma sustentação teórica mais apropriada a este trabalho de cunho interrogativo e interpretativo, pautar-nos-emos nos postulados da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa, principalmente nas contribuições trazidas pelas reflexões empreendidas por Michel Foucault. Procuraremos, por meio da noção foucaultiana de dispositivo, lidar com alguns tópicos que operam e devem ser considerados nas investigações dos processos relacionados à moda. Parafraseando o próprio Foucault (1999), trataremos de buscar entender o regime de poder-saber que sustenta o discurso da/sobre a moda e que forja determinadas subjetividades. Isso significa, portanto, considerar o fato de falar-se de moda tendo em mente quem é autorizado a dizê-lo e os lugares em que se fala, ou seja, o fato discursivo de colocar a moda em discurso.

Vale lembrar que, apesar de não ser filiado à Análise do Discurso francesa, cuja paternidade é creditada a Michel Pêcheux, Foucault foi de fundamental importância para determinados rumos tomados por essa disciplina. Daí ser impossível não cruzar com esse pensador no interior da AD e perceber sua influência no tratamento de certas questões basilares para essa área do conhecimento. Referendando as palavras de Courtine

(2009, p. 82), “reler Foucault não é ‘aplicá-lo à AD’, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD”. Diante dessa observação, “a proposta foucaultiana para uma ‘análise dos discursos’ não é uma análise linguística, mas uma interrogação sobre as condições de emergência de dispositivos discursivos que buscam sustentar práticas [...] ou engendrará-las” (Gregolin, 2008, p. 33). Isso quer dizer que, ao focar os discursos, o filósofo francês pretende interrogar as relações entre práticas discursivas e não discursivas, entre práticas discursivas e práticas histórico-sociais: “No interior de uma formação social, quer entender as relações que os enunciados mantêm entre si e com acontecimentos técnicos, políticos, sociais e como as verdades, os sujeitos, os objetos são construídos por meio da produção e circulação de discursos” (Gregolin, 2008, p. 34).

Ciente de que, nas práticas de Análise de Discurso, um dos problemas é “determinar o momento da interpretação, em relação ao da descrição” (Gregolin, 2007, p. 167), por uma questão didática e de melhor aproveitamento do que aqui se propõe, optamos pela separação entre teoria e prática. Primeiramente, discutiremos a noção de dispositivo desenvolvida por Foucault e outros que o sucederam. A seguir, trataremos da tríade saber-poder-sujeito, bem como das possíveis relações que os conectam. Colocando em prática esses postulados teóricos, será feita uma análise que incidirá sobre um *corpus* específico: uma matéria publicada na revista *Men’s Health*, de outubro de 2011, a respeito do uso de uma peça do vestuário: o jeans. O que buscaremos, por meio desta análise, é atestar a aplicabilidade e constatar a produtividade do pensamento de Foucault para o entendimento do discurso da moda e, em especial, como esta pode constituir-se como um dispositivo a partir do qual são fabricados sujeitos aptos a se encaixar na sociedade de controle em que estamos inseridos.

NOÇÃO FOUCAULTIANA DE DISPOSITIVO

Dispositivos disciplinares, de poder, de saber, de sexualidade. O termo “dispositivo” aparece, inicialmente, na obra de Michel Foucault na década de 1970, mais precisamente em sua fase denominada genealógica, como relativo

a técnicas, estratégias e formas de assujeitamento postas em ação pelas relações de poder: “Ele o usa com frequência, sobretudo a partir da metade dos anos setenta, quando começa a ocupar aquilo que chamava de ‘governabilidade’ ou de ‘governo dos homens’” (Agamben, 2009, p. 27). A partir de então, ou seja, do momento em que a análise feita por Foucault incidirá sobre a questão do poder, o filósofo francês “insiste sobre a importância de se ocupar não ‘do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos do Estado, das ideologias que o acompanham’, mas dos mecanismos de dominação: é essa escolha metodológica que engendra a utilização da noção de ‘dispositivos’” (Revel, 2005, p. 39).

Ao que tudo indica, o uso desse termo no universo conceitual foucaultiano “está ligado à sua utilização por Deleuze e Guattari no *Anti-Édipo* (1972)” (Revel, 2005, p. 39-40). Daí em diante, recebe um tratamento mais preciso, tornando-se, segundo o entendimento de alguns, “um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault” (Agamben, 2009, p. 27). É, pois, no livro *História da sexualidade I: A vontade de saber* (1999), que Foucault pormenoriza a relação entre dois dispositivos, “de aliança” e “de sexualidade”. Comentando sobre a obra, diz que dispositivo é

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não-dito [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (Foucault, 2011, p. 244)

Ao tratá-lo como uma rede, observa-se uma relação próxima e necessária entre o dispositivo e sua irrupção histórica, e o próprio Foucault (2011, p. 244) diz que o considera “como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência”. Se “positividade” foi o termo utilizado por Hegel para se referir ao elemento histórico, Foucault toma-o emprestado, transformando-o posteriormente em “dispositivo”, para tratar de uma questão que lhe é particularmente cara: a relação entre os sujeitos e a história, isto é, a relação entre os indivíduos e o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. Daí, avançando um pouco mais, pode-se dizer que:

O objetivo último de Foucault não é, porém, como em Hegel, aquele de reconciliar os dois elementos. E nem mesmo o de enfatizar o conflito entre esses. Trata-se para ele, antes, de investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos “jogos” de poder. (Agamben, 2009, p. 32-33)

Em consonância com os fatos, a noção de dispositivo sofisticada a de episteme, utilizada pelo filósofo francês em sua fase arqueológica. Com dispositivo, ele pretende abarcar um conjunto maior, algo mais geral, mais heterogêneo que o conceito de episteme poderia oferecer: “A *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos” (Foucault, 2011, p. 246). Com efeito, a episteme, objeto da descrição arqueológica, diz respeito a um elemento estratégico que possibilita a escolha de enunciados que poderão ser aceitos num campo científico, permitindo dizer, no interior deste, o que é verdadeiro ou falso. Já o “dispositivo”, objeto da descrição genealógica, de acordo com o sentido que lhe é conferido por Foucault, envolve não somente instituições, mas também práticas, isto é, “todo o social não-discursivo”:

A arqueologia permitia descrever os discursos das diferentes epistemes (renascentista, clássica, moderna), mas encerrada na ordem do discursivo, não podia descrever as mudanças em si mesmas, somente em seus resultados. Como reconhecerá o próprio Foucault, faltava ao seu trabalho a análise do poder, da relação entre o discursivo e o não discursivo. A essa necessidade responde a introdução do conceito de dispositivo como objeto da descrição genealógica. (Castro, 2009, p. 123-124)

Nota-se, nessa citação, que a noção de dispositivo é uma resposta a uma necessidade surgida no interior das pesquisas foucaultianas, quando, em função de novos objetivos, buscou-se escolher tanto os objetos possíveis quanto a maneira de abordá-los e os conceitos para apreendê-los. É como diria o próprio Foucault (2011, p. 246): “Para dizer: eis um dispositivo, procuro quais foram os elementos que intervieram em uma racionalidade, em uma organização”. Assim sendo, “o problema é, então, para Foucault, o de interrogar tanto a natureza dos diferentes dispositivos que ele encontra quanto sua função estratégica” (Revel, 2005, p. 39-40).

Retomando, pois, o “conceito” formulado por Foucault, exposto anteriormente, pode-se dele destacar e reter alguns pontos:

1. trata-se de conjunto heterogêneo, que liga, pela própria ideia de rede que encerra, o linguístico e o não linguístico. “Implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito” (Foucault, 2011, p. 244).
2. estabelece a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos;
3. cumpre sempre uma função estratégica concreta, em resposta a uma urgência num dado momento e inscreve-se sempre numa relação de poder;
4. define-se por sua gênese, para a qual se distinguem dois momentos essenciais: um em que há predomínio do objetivo estratégico e outro em que se dá a constituição do dispositivo propriamente dito;
5. resulta das relações entre poder e saber, pois está sempre inscrito num jogo de poder e, concomitantemente, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse;
6. uma vez constituído, permanece como tal, na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo ou negativo, pretendido ou não, entra em ressonância ou em contradição com outros e exige um reajuste.

Depreende-se do exposto que a noção de “dispositivo” é de grande importância na/para a obra foucaultiana, ou parte dela. Trata-se, dessa forma, de um conceito operacional ou estratégico, que se encontra numa ordem ou contribui para a constituição de uma determinada ordem na/para a qual as práticas concretas ou as práticas discursivas são de extrema relevância, pois, de acordo com Gregolin (2007, p. 91), “o conceito de práticas discursivas vem substituir a ideia de *episteme*”, e esta, como já mencionado, transforma-se em dispositivos. Por sua vez, Foucault (2010) observa ser necessário estudar essas práticas, dado que, por meio delas, ocorre o que ele chamou de

objetivação do sujeito, isto é, essas práticas fazem de um sujeito o seu objeto, constituindo determinados saberes sobre ele, as quais estão além de uma relação epistêmica. Trata-se também de analisar uma operação de subjetivação que liga o sujeito a uma forma de ser, de comportar, de agir, em suma, a uma determinada identidade. Assim sendo, os dispositivos são também fundamentais, pois agem como “uma chave de entrada para a descrição/ interpretação dos processos de subjetivação, que funcionam como efeitos de poder” (Navarro, 2008, p. 97).

Os sujeitos pertencem, pois, a certos dispositivos e suas ações se dão e se condicionam neles ou por meio deles. “Pertencemos a dispositivos e nele agimos”, é o que sentencia Deleuze (2005, p. 92), antes de acrescentar que “à novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos atualidade do dispositivo, a nossa atualidade”. Ou seja, a relação entre os sujeitos e os dispositivos é de ordem constitutiva, uma vez que estes encerram, constroem, transformam, modelam aqueles. Respondendo ao questionamento: “O que é um dispositivo?”, Deleuze (2005, p. 83) evoca a metáfora das linhas e/ou feixes de luz que se cruzam para explicar sua configuração:

Em primeiro lugar, é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras. Cada [sic] está quebrada e submetida a *variações de direção* (bifurcada, enforquilhada), submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. Dessa maneira, as três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade) não possuem, de modo definitivo, contornos definitivos; são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si.

Do exposto até aqui, infere-se não se tratar de um termo particular, referente apenas a essa ou àquela tecnologia do poder; ao contrário, trata-se de um termo mais amplo, que corresponde, como já mencionado, à rede que conecta elementos de naturezas diversas, apontando para além dos

discursos e articulando elementos heterogêneos, permanecendo, dessa forma, como conjuntos significantes. Por isso não é excessivo dizer que, no momento atual, isto é, nessa fase extrema do desenvolvimento capitalista, e nessa sociedade em que tudo ou quase tudo passa por um processo de espetacularização (Debord, 1997), estamos sob a égide de uma volumosa acumulação e proliferação de dispositivos, não havendo “um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo” (Agamben, 2009, p. 42). Talvez essa particularidade a eles relacionada encontre explicação no fato de que as ações de controle e subjugação, obedecendo a estratégias típicas de sociedades de controle, estejam mais sutis, menos reveladoras do poder que engendram. Assim sendo, os sujeitos por eles constituídos acreditam estar no papel de comando de seus desejos e intenções, quando, na verdade, estão inseridos no interior desses dispositivos que os subjetivam.

Chegou-se a pensar que o que Foucault fazia era, por oposição aos antigos dispositivos de soberania, estabelecer o quadro da sociedade moderna com dispositivos disciplinares. Mas não é nada disso: as disciplinas descritas por Foucault são a história daquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser; e a nossa atualidade desenha-se em disposições de *controle* aberto e contínuo, disposições muito diferentes das recentes disciplinas fechadas. (Deleuze, 2005, p. 93)

Mas o que tem isso a ver com a moda e as roupas? Que relação é possível estabelecer entre elementos de natureza tão diversa? Se, num primeiro instante, somos levados a pensar que nada ou bem pouco ligaria tais elementos, numa reflexão mais adiantada isso implica pensar a moda nesses termos, pois, agindo sobre os indivíduos e seus corpos, constitui-se como um dispositivo que engendra processos de construção de subjetividades, isto é, processos de subjetivação. Marcada pela efemeridade e pela fantasia estética, a moda é, pois, o “primeiro grande dispositivo a produzir social e regularmente a personalidade aparente, [que] estetizou e individualizou a vaidade humana, conseguiu fazer do superficial um instrumento de salvação, uma finalidade da existência” (Lipovetsky, 2009, p. 43).

De acordo com tal enfoque, pode-se afirmar que o dispositivo de moda consiste em um conjunto heterogêneo de práticas disciplinares e de controle sobre a população, que envolve elementos diversos, tais como os discursos sobre a importância de vestir-se adequadamente e de obedecer a regras de combinação, voltados a certa uniformização, instituições diversas, prédios e regulamentos, manuais de estilo etc. Esse dispositivo de cunho disciplinar e de controle populacional produz, então, determinados sujeitos, cujas características de normalidade e adequação parecem suprir a demanda das sociedades de consumo e de controle.

DA RELAÇÃO ENTRE PODER, SABER E SUJEITO

Como já mencionado, é no interior dos dispositivos que se articulam saber e poder na constituição dos sujeitos, isto é, aqueles funcionam como elementos que operam diretamente na fabricação destes, e daí, dada a multiplicidade dos dispositivos, deduz-se haver também uma multiplicidade de formas de subjetivação. Com relação a essa tríade poder-saber-sujeito, apesar de um necessário e constitutivo vínculo existente entre esses elementos, fazem-se necessários a sua pormenorização e o consequente entendimento de sua articulação.

No que diz respeito ao poder, Foucault é (re)conhecido por não ter desenvolvido uma teoria propriamente dita acerca do tema; no entanto, relaciona-se a ele, em contrapartida, uma analítica do poder, a qual, diferentemente das concepções mais usuais, concebe-o não como algo que se detém ou que se pode delegar, ou um obstáculo a ser transposto ou ainda algo que advém de um ponto específico. Nas palavras de Foucault (1999, p. 88-89):

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. [...] não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou um grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. [...] Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça,

inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras [...]; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

De acordo com essa noção foucaultiana, o poder não se origina do Estado, esse lócus de onde tudo emana, e sim das várias situações e relações cotidianas, dessas chamadas micropráticas. Daí falar-se de relações de poder, sejam elas entre marido e mulher, pai e filho, sejam entre professor e aluno, patrão e empregado etc.: “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1999, p. 88). Além disso, não é um bem a ser possuído ou um elemento alienável, mas algo que se exerce ou se pratica, uma rede capilar que a todos inclui, não lhe sendo possível escapar. Trata-se, pois, de algo produtivo, isto é, que produz, cria, constrói, e sua ação volta-se diretamente sobre o sujeito ou, mais precisamente, sobre o corpo deste.

Para Foucault, o poder implica relações, trata-se de relações de poder. Deleuze (1993) chega a dizer que, em Foucault, o termo poder é uma síntese de relações de poder. Essas relações não são fixas, imóveis ou estáticas; estão sempre em um campo de forças; são relações de força – a propósito, as relações de força são constantes em toda forma de existência de poder, são formas de agir sobre as ações dos outros. O poder implica também liberdade e possibilidade de resistência, cuja existência só é possível em sujeitos livres. O poder implica igualmente constantes relações de lutas, que são próprias ao fazer político. (Fernandes, 2008, p. 75)

Isso não quer dizer que, para Foucault, não exista o poder. O que, no entanto, ele considera como tal é apenas um efeito, um desdobramento dessa rede de relações em que se cruzam os micropoderes: “Efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades. [...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1999, p. 88). Nesse momento, pode-se objetar que essas relações não são imutáveis como se oferecem a ser pensadas num primeiro instante. Sem dúvida, não são estáticas e perpétuas, mas também estão condicionadas

a questões de ordem histórica. Nas diferentes sociedades analisadas por Foucault, o poder ou os poderes não são postos em prática de forma idêntica.

Na chamada sociedade de soberania, o poder era, antes de tudo, “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Foucault, 1999, p. 128). Sintetizando, pode-se dizer que o poder nessas sociedades era o “causar a morte ou deixar viver”. Na sociedade disciplinar, por sua vez, o comando social é exercido por meio de uma rede de dispositivos, que produzem, regulam e controlam as práticas discursivas: “Consegue-se por para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão/exclusão, por meio de instituições disciplinares [...] que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a ‘razão da disciplina’”. Já na sociedade de controle, aquela que toma forma nos limites da modernidade, os “mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. [...]. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro [...] e os corpos” (Hardt; Negri, 2002, p. 42). Nessas sociedades ditas “de controle” há, concomitantemente, uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização e de disciplinaridade. Nesse sentido, vale a máxima: “O que libera em excesso com uma mão acaba por comprimir sempre mais com a outra!” (Lipovetsky, 2005, p. 96)

Se Foucault considera o poder como um algo plural, quanto ao saber, seguindo o caminho por ele aberto, faz-se necessário considerá-lo também de forma plural; os saberes, que não se confundem com o conhecimento: enquanto este se identifica como “o processo pelo qual o sujeito do conhecimento [...] sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer”, aqueles se referem “à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende” (Revel, 2005, p. 77). Entre ambos, a relação não é de uma mera somatória, isto é, os saberes não são um simples acúmulo de conhecimentos, até “porque desses se deve poder dizer sempre se são verdadeiros ou falsos, exatos ou não, aproximados ou definidos, contraditórios ou coerentes” (Castro, 2009, p. 394).

Quanto ao saber propriamente dito, Foucault (2009, p. 204) concebe-o como “esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar”. Isso quer dizer que, apesar da íntima relação com as práticas, é preciso que se trate de certas práticas, e não de quaisquer práticas, conforme argumenta Foucault (2009, p. 204):

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

Do que foi dito acima, depreende-se uma implicação essencial entre ciência e saber, mas, apesar dessa suposta evidência, o próprio filósofo acredita não ser essa relação pautada na exclusividade: “Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas o que não se admite é a existência de saberes sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (Foucault, 2009, p. 205). Mesmo que alguns considerem que, para Foucault, “os discursos que não sejam produzidos de forma organizada à moda das das ciências não são saberes” (Possenti, 2009, p. 170), talvez fosse mais sensato, e numa visão mais extensiva, entender esse saber, ao qual o autor se refere, como não pertencendo apenas ao campo científico, apesar de ter nele um de seus maiores expoentes, mas se referindo também a outras instâncias que fazem uso de outros expedientes diferentes daqueles típicos das positivities: ficções, reflexões, narrativas.

A partir desses apontamentos, é possível vislumbrar a estreita relação entre saber(es) e poder(es). O autor de *Vigiar e punir* deixa claro que esses dois elementos não estão em oposição, isto é, que só há aquele nas circunstâncias em que este se encontra suspenso ou ainda que um ocupe a posição de salvador, enquanto o outro, de alienador. De forma diversa, Foucault pensa o poder

e o saber imbricados, sendo sensato admitir, inclusive, que este é produto daquele: “Temos antes que admitir que o poder produz saber [...]; que poder e saber estão intimamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault, 2002, p. 27).

Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que o saber está essencialmente ligado à questão do poder, porque “o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de saber que os objetiva e antecipa toda experiência de subjetivação”. E, nessa via de mão dupla, devem ser levadas em conta

não somente a maneira pela qual os indivíduos tornam-se sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual se acaba por exigir que os sujeitos produzam um discurso sobre si mesmo [...] a fim de fazer da própria vida, tornada objeto de múltiplos saberes, o campo de aplicação de um biopoder. (Revel, 2005, p. 78)

Da conjunção entre poder e saber emerge o tema geral das pesquisas foucaultianas: o sujeito. Tradicionalmente, a AD tratou dessa questão por meio da tese do assujeitamento, segundo a qual, na formulação pecheutiana, ele estaria condicionado ou seria interpelado pela ideologia. Opondo-se às correntes que veem no sujeito a fonte de seus dizeres, livres de qualquer interferência, a AD francesa preocupou-se, portanto, em excluir esse “sujeito psicológico”. No entanto, alguns estudiosos, inclusive o próprio Michel Pêcheux, duvidaram se esse sujeito é, de fato, uma mera posição sem nenhum poder sobre o que diz ou pensa ou mesmo se ele é esse que se materializa por meio do que dizem as suas intenções. Excluindo as noções psicologizantes ou antropologizantes do sujeito e afastando-se das teorias que o tomam como uma posição, Foucault é trazido para a cena e trata-o como uma função:

O sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes [...]; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (Foucault, 2009, p. 105)

No que tange a esse ponto, na esteira do pensamento foucaultiano, entende-se que, antes de um fundamento dos discursos, o sujeito é uma função discursiva. Não há, pois, um sujeito universal, uma consciência a partir da qual brotam pensamentos, desejos, ações. Em contrapartida, fala-se de uma constituição dos sujeitos com a utilização de práticas e técnicas que agem diretamente sobre estes, regulamentando suas atitudes, comportamentos e corpos, fixando-o como produção dos discursos:

Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar, ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (Foucault, 2002, p. 27)

Não existindo o sujeito como uma essência psicológica, de onde advém toda e qualquer decisão, nem um sujeito individual ou transcendental ou ainda portador de uma essência transcultural, mas sim “um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (Foucault, 2009, p. 61), entra em jogo, pois, a sua objetivação e, conseqüentemente, a sua subjetivação. Esta “consiste justamente no processo constitutivo dos sujeitos, processo de produção de uma subjetividade, que possibilita, em uma acepção foucaultiana, a objetivação dos sujeitos” (Fernandes, 2008, p. 78). Na chamada Idade Moderna, no mundo ocidental, podem ser observadas práticas, isto é, mecanismos e processos de constituição desse homem que nele habita: um homem que fala, trabalha e vive, segundo o filósofo francês. Desta forma, os processos, quer de objetivação, quer de subjetivação, configuram procedimentos que, agindo conjuntamente, determinam a constituição do indivíduo moderno:

Os primeiros fazem parte dos estudos em que Foucault se dedica a mostrar as “práticas que de dentro da nossa cultura tendem a fazer do homem um objeto”, ou seja, os estudos que mostram como, a partir dos mecanismos

disciplinares, foi possível constituir o indivíduo moderno: um objeto dócil e útil. Os segundos, por sua vez, localizam-se no âmbito dos trabalhos em que Foucault procura compreender as práticas que, também de dentro da nossa cultura, fazem do homem um sujeito, ou seja, aquelas que constituem o indivíduo moderno, sendo ele sujeito preso a uma identidade que lhe é atribuída como própria. (Fonseca, 2003, p. 25)

Pensando o “sujeito” como algo construído, modelado, fabricado, isto é, uma construção realizada historicamente pelas práticas discursivas, “é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que Foucault observa as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes” (Gregolin, 2007, p. 65). Como mencionado, por meio dos dispositivos e de suas técnicas é que se constitui o que se chamou de sujeito. Dessa forma, “não é somente no jogo dos símbolos que o sujeito é constituído. Ele é constituído em práticas verdadeiras – práticas historicamente analisáveis. Há uma tecnologia da constituição de si que perpassa os sistemas simbólicos ao utilizá-los” (Foucault, 2010, p. 323).

No que diz respeito à moda, a questão é pertinente, uma vez que é de sua natureza a imposição de certos valores e procedimentos, que incidem diretamente na modelação e na identificação de sujeitos. Nesse sentido, Possenti (2009, p. 73) traz uma importante contribuição ao dizer que não acredita em sujeitos livres e em sujeitos assujeitados: “Sujeitos assujeitados seriam apenas pontos pelos quais passariam discursos prévios. Acredito em sujeitos ativos, e que sua ação se dá no interior de semissistemas em processo. Nada é estanque, nem totalmente estruturado”.

Talvez estabelecendo um lugar como o sugerido acima pelo autor, possa-se conseguir captar melhor o que ocorre no universo da moda e, assim, descrever com menor margem de equívoco o que se passa no interior desse objeto tão próximo e com uma influência no nosso cotidiano muitas vezes maior do que podemos imaginar. Talvez se possa também observar melhor os movimentos entre uma determinada uniformização dos indivíduos, uma vez que “o poder requer estratégias, formas de ação visando a conduzir a conduta do outro para levá-lo a algum lugar desejado” e as formas engendradas por estes para resistir a tal poder: “Formas de resistência que constituem

lutas anti-autoritárias, que contestam formas de poder e têm lugar no cotidiano dos indivíduos, pois são justamente o que os caracteriza em termos identitários e os torna sujeitos” (Fernandes, 2008, p. 76).

UMA BREVE ANÁLISE

Partindo do exposto, passamos a uma análise ou aplicação desses conceitos no campo da moda e da indumentária. Tomar-se-á como foco uma matéria publicada na revista *Men's Health*, um veículo de comunicação notadamente conhecido por se voltar para assuntos referentes ao universo masculino. Na edição nº 65, de setembro de 2011, com a chamada na capa “Jeans! Jeans! 35 novas regras para o look imbatível”, uma matéria de sete páginas “informa” o leitor acerca de como escolher, combinar, usar as conhecidas calças jeans. Do extenso texto, interessam-nos apenas duas seções: “Jeans com a sua cara”, na qual é exposta de forma pormenorizada uma gama considerável de modelagens e tipos de calças jeans, e “Como usar jeans no trabalho”, momento em que se delimita um jeito ou uma forma de fazer uso dessas peças no ambiente de trabalho.

Primeiramente, é produtivo que se retenha o olhar à primeira página da matéria situada no interior da revista. Tendo como pano de fundo a parte posterior de uma suposta calça jeans, naquilo que seria a etiqueta encontra-se a inscrição: “Jeans sem erro? Tá aqui”, e logo abaixo, como um pedaço de um papel cuidadosamente deixado para fora do bolso da calça, surge, então, outra inscrição: “Saiba tudo sobre as últimas tendências de *jeanswear* e esteja pronto para curtir o verão 2011. Damos o caminho, mas o estilo é seu!”. Inicialmente, constata-se que se trata de um texto voltado para leitores, ou seja, pessoas do sexo masculino, notadamente pela forma verbal “esteja pronto”, indicativo do público ao qual se dirige tal matéria. Isso é uma obviedade, mas convém lembrar que a revista é voltada para esse público e subjaz ao seu corpo editorial uma concepção sobre este, bem como uma forma de tratá-lo que o objetiva e, conseqüentemente, acaba por subjetivá-lo, tendo em vista que os sujeitos são “o resultado da constituição do indivíduo ante os mecanismos de subjetivação presentes na atualidade” (Fonseca, 2003, p. 13).

Do jogo entre elementos discursivos e não discursivos constituem-se e orientam-se sentidos que permeiam todo o texto. A imagem do jeans, mais que um elemento casual inserido na página, reitera, num misto entre o chamativo e o redundante, aquilo sobre o qual a matéria incide. Sendo assim, não basta enunciar verbalmente do que se trata, mas, de forma sutil, numa mistura de originalidade e confirmação, diz-se para esse leitor-sujeito, que ignora as últimas tendências de moda ou de estilo, aquilo de que ele necessita. Por que ele não saberia? Seria mal informado, desinformado, despreocupado? Ou não seria seu papel sabê-lo? O suporte midiático aparece, então, como o elemento que o salva desse pecado quase original de desconhecer algo tão importante nos dias atuais. Nesse instante, já se nota, portanto, a constituição de funções ocupadas no discurso: alguém, na posse de um saber, enuncia para outro diante da iminência de uma situação de precisar saber. Assim, a relação próxima entre elementos do saber, do poder e da constituição do sujeito já se delineia desde esse primeiro momento.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se, portanto, a configuração de um lugar que se aproxima do espaço ocupado por um especialista, isto é, de alguém que detém um saber sobre algo que outrem não possui e, por isso, constitui-se como uma voz autorizada para enunciar certas falas, estabelecer determinados comportamentos, apontar as vestimentas corretas e o modo de combiná-las. Nesse sentido talvez não seja excessivo perceber esses guias “de estilo” como uma forma eufemística de direcionamento da vida, e os sujeitos, assim subjetivados por tais enunciados, passam a gerir as suas “escolhas”, acreditando ter poder sobre suas vontades e sua vida pessoal, numa simulação de autonomia. Essa liberdade de ser o que se pretende ser, essa liberdade de ação torna, assim, a sujeição mais eficaz, constituindo a base para o exercício do poder – exatamente como previsto pelo adágio foucaultiano de que não há poder sem liberdade.

No segmento intitulado “Jeans com a sua cara”, como mencionado, oferece-se um leque de novos estilos para o conhecimento do leitor e, como afirmado no subtítulo, para que escolha o caimento ideal. Das possibilidades existentes, são expostos alguns tipos, tais como: *slim*, alfaiataria, alicate, super *skinny*, *slim boot* e reto *relaxed*, cada um seguido de sua caracterização

e da respectiva forma de usá-lo. É interessante notar como um saber é constituído e exposto, ou vice-versa, nesses momentos; não um saber, evidentemente, de ordem científica, como os analisados por Foucault, e sim um de outro tipo, mas que de alguma maneira também se constitui por meio de práticas e acaba por constituir certas verdades.

Tome-se o exemplo do modelo *slim*. Do inglês “justo, ajustado”, é dito que se trata do novo jeans reto (“o slim de hoje é o novo jeans reto, apenas mais justo”). Mas o que é um jeans reto? Um jeans sem curvas ou excessos? E o que dizer desse novo que ocupa o lugar do antigo jeans reto? Isso leva a supor a existência de um saber já constituído de que se trata de um modelo que ocupa a posição do tradicional, isto é, aquilo que não demonstra muita inovação ou que seja chocante para a imagem de masculinidade imposta socialmente. Isso parece se confirmar com o uso da expressão “apenas mais justo”, que constrói um sentido de suavização/amenização para essa possibilidade. Talvez também por isso, mais adiante, seja feita a advertência: “Não se assuste, ele pode vir mais curto de fábrica”, ou seja, nada de excessos ou faltas que fujam das características usuais para um modelo de comportamento adequado para o tipo masculino; mas a revista parece objetivar sua renovação.

Além disso, é dito sobre o referido modelo que “a versão mais escura é indicada a quem está um pouco acima do peso”, ou seja, elegantemente a passagem remete a outro conhecimento específico, relativo a tonalidades e cores geradoras de determinados efeitos: as cores escuras, segundo consta, afinariam a silhueta. Mas por que tal formulação pode ser enunciada? A que ordem discursiva ou estabelecida por meio de certos discursos se condiciona tal enunciado? Por que tal enunciado é dito e não outro qualquer?

Pensando em termos históricos, isso é pertinente, pois é típica do momento atual a busca por determinado ideal de beleza, ideal este que envolve um biótipo específico, livre do que é tido como excessivo e inadequado; pode-se afirmar que é pertinente, numa época em que o formato *slim* se traduz como a própria síntese do que esperar acerca da saúde e da beleza. Nesse sentido, convém destacar que as imagens que ilustram a matéria reiteram essa forma de ser, uma vez que o modelo de homem em evidência é

magro, de corpo atlético - comumente chamado de “sarado”, numa clara oposição aos não sarados (estariam estes doentes?). Além disso, essas imagens indicam um ideal de beleza que se destaca pela juventude, constituindo uma nova mitologia que coloca em evidência um único modelo: “Aquele do indivíduo que cuida de sua forma física e de sua aparência, uma aparência sempre jovem, reforçando desse modo a ideia de juventude não como categoria de idade e sim como norma de vida” (Soares, 2011, p. 81).

Na outra parte da matéria, cujo título é “Como usar jeans no trabalho”, a revista oferece ao leitor um pequeno manual de uso de calça jeans, já que “83% dos nossos leitores usam jeans para trabalhar praticamente todos os dias”, segundo informa. O que se vê nessa seção é exatamente uma listagem contendo seis dicas do que fazer ou não em relação a essa peça do vestuário. Curiosamente, é afirmado expressamente no topo da página que o leitor não deve comprometer sua reputação (“Não comprometa a sua reputação”) e completa afirmando “continue com as regras”. Observa-se, aqui, mais um ponto nessa rede mantenedora de um sentido acerca da virilidade, reafirmadora de um modelo de masculinidade, pautando-se na tradição e/ou na não inovação. Assim, seguir as regras, andando dentro de certos limites, sem exageros ou falhas, seria o correto, aquilo considerado exemplar. Isso, obviamente, remete-nos a mecanismos existentes no interior de uma sociedade de controle, como já discorrido anteriormente, um modelo de sociedade em que o domínio sobre o (corpo do) indivíduo, de seus pensamentos e atitudes, se dá por meios bastante sutis, mas que revelam uma fabricação de um indivíduo exemplar, amparado numa noção de normalidade:

Passamos, então, a viver em uma sociedade de controle, em que somos constantemente vigiados e seguramente punidos, nos diversos estratos sociais, políticos, psíquicos, quando resistimos ao estabelecimento da ordem de um determinado discurso. [...] Refiro-me à produção dos discursos de verdade que regulamentam e funcionam como voz de autoridade na constituição dos sujeitos de cada época. (Milanez, 2006, p. 176)

Talvez por isso o leitor seja advertido de que, se não se vestir adequadamente, sua credibilidade será prejudicada. Nota-se como o indivíduo é

impelido a um autocontrole, que inclui não só a adoção da prática de uso de certos elementos externos, mas também outros de natureza interna, como a credibilidade, a confiança, a (auto)imagem. Ou seja, o indivíduo é impelido constantemente a pensar em como se vestir, em como envolver seu corpo, mas também é coagido a fazer uma avaliação de si mesmo, sobre o que pensa e o que deseja, sob pena de se configurar num padrão de anormalidade, o que pode ser entendido como um exílio moderno ou uma forma insidiosa de vida. Vivendo num mundo de gestão, de negócios, um mundo em que o discurso empresarial toma conta de aspectos até então considerados de natureza muito diversa, sejam eles sexuais, sejam estéticos etc., os indivíduos são chamados a gerir sua própria vida e, para tanto, o “profissionalismo” é um bem a ser conquistado e preservado. “O dever moral foi substituído pelo dever empresarial de ser inovador e flexível, o discurso do dever em relação a si foi substituído pela paixão hiper-realista de vencer e pela religião da qualidade total” (Lipovetsky, 2005, p. 100).

Não por outro motivo uma das dicas propõe sutilmente que o leitor não use jeans considerado informais (com “buracos, desgastados e aplicações”), sob pena de não parecer tão profissional. Isso comprova a tese de que “trata-se, hoje, de fazer o indivíduo *desejar* os controles exteriores traduzidos, entre outras coisas, por uma responsabilidade dele consigo próprio, tornando-o um *manager de seu corpo*” (Soares, 2011, p. 75. Grifos do original).

É, no entanto, no item seguinte que essa ideia de normalização se mostra de forma ainda mais contundente. Explicitamente, é indicado que não se use calças jeans soltas ou apertadas demais, pois “o confortável em excesso pode parecer desleixado; e o apertado demais é o suprasumo da falta de estilo”. Tal como no discurso da saúde que prega nem o excesso (a obesidade) nem a falta (a anorexia), o discurso da moda, também movido pela lógica do bios, ou seja, da gerência da vida e tudo mais que a envolve, prega o uso do moderado, do “não de mais e nem de menos”, adotando assim um padrão como o molde que deve ser seguido. Por isso, a revista sugere, nas dicas afirmativas, que se deve usar calças jeans “com lavagem escura e corte reto, do médio para o *slim fit*”, bem como tênis “discretos, [desde que] estejam limpos e tenham um perfil elegante”.

Nas sociedades disciplinares e de controle, na noção foucaultiana, os sujeitos são modelados e avaliados a todo o momento, desde o elemento mais externo até o mais íntimo. Não há como, dessa forma, não incluir o item moda como um dispositivo produtivo na/para a concretização dos ideais dessas sociedades, pois estar com a roupa certa, vestir-se “adequadamente” é essencial para o condicionamento coletivo. Nesse mundo das aparências, “o indivíduo é percebido e, sobretudo, identificado pelo que veste. É crucial que este tenha a total capacidade para saber adequar devidamente os mais variados itens” (Prado, 2009, p. 71) de moda para não correr o risco de ser banido.

À GUIA DE CONCLUSÃO

As roupas podem ser vistas, sob determinado ângulo, como uma segunda pele que utilizamos para nos cobrir, mas que, paralelamente, carregam em si mesmas uma série de sentidos possíveis. Esses sentidos não nascem com elas, como se fossem parte integrante de sua própria existência; estão inscritos nas vestimentas como possibilidades oferecidas pelos sistemas discursivos em que se inserem, constituídas por saberes e poderes que afirmam o que pode e deve ser usado e de que forma isso pode se dar para significarem algo ou para que seja adequado. Assim, vestir um determinado tipo de roupa para ir a certas celebrações só se torna possível se isso estiver inscrito como uma das formas possíveis de acordo com certa ordem discursiva.

As roupas e, por extensão, a moda, como qualquer outro objeto constituído no interior das sociedades humanas, estão, pois, sujeitas a essa ordem do discurso. São da ordem dos saberes e poderes que se imbricam na sua constituição. Assim, os processos relativos à constituição da moda, diante de sua complexidade, parecem ser mais bem compreendidos sob a perspectiva discursiva; daí que o conceito de dispositivo, bem como as noções de poder, saber, objetivação e subjetivação, quando aplicados ao universo da moda, fornece material bastante produtivo nessa tentativa de melhor abarcar a sua totalidade e complexidade.

O que pretendemos com este trabalho foi mostrar a aplicação desses instrumentos teóricos para que se pudesse, via utilização de um *corpus*

específico, testar a viabilidade e pertinência dessa empreitada. O que se constatou foi a abertura de um campo profícuo, em que, de fato, poder e saber se irmanam na constituição de indivíduos aptos a se adequar a um tipo específico de sociedade. Entre o velho e o novo, o moderno e o antigo, a moda parece reavivar determinado modo de ser e estar no mundo, que constitui e adapta os indivíduos a uma forma padrão necessária à sociedade de produção. Talvez, aprofundando o nosso olhar para esse elemento tão à vista que são as roupas e a moda, possamos dar uma contribuição, mesmo que modesta, ao projeto foucaultiano, assim explicitado por Gregolin (2007, p. 143-144): “Para Foucault, o problema – ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico – que se nos coloca na modernidade não é o de tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: Edufscar, 2009.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Trad. Edmundo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2005. p. 83-96.

FERNANDES, C. A. De sujeito a subjetividade na análise do discurso. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. do R. (Orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008. p. 69-82.

FONSECA, M. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Trad. Vera Porto Carrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011. p. 243-276.

GREGOLIN, M. do R. V. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

_____. No diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: NAVARRO, P. (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008. p. 23-36.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Trad. Armando Brio Ara. Barueri, SP: Manole, 2005.

MEN'S HEALTH. *Jeans sem erro? Tá aqui*. São Paulo: Editora Abril, 2011.

MILANEZ, N. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006. p. 153-179.

NAVARRO, P. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: _____. (Org.). *O discurso: nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008. p. 89-100.

POSSENTI, S. Prefácio. In: FONSECA-SILVA, M. da C. *Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade*. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2007. p. 13-16.

_____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PRADO, G. *No mundo das aparências: uma análise do discurso publicitário da moda*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

SANT'ANNA, D. B. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. et al. (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 83-91.

SOARES, C. L. A educação do corpo e o trabalho das aparências – o predomínio do olhar. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. et al. (Orgs.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 69-82.

Dispositivo audiovisual:
percursos de uma construção teórico-analítica

| **Nilton Milanez**

| **Cecília Barros-Cairo**

| **Analyz Pessoa Braz**

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A emergência da noção de dispositivo no Labedisco. Os presentes escritos surgem a partir dos trabalhos desenvolvidos no Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Labedisco/CNPq/UESB), que intercambia ideias com outros Grupos de Pesquisa com foco em estudos discursivos, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, como com a Sorbonne Nouvelle - Paris III, com a qual mantemos convênio e intercâmbio. Amparado na razão de ser de uma Universidade, qual seja a tríade *ensino, pesquisa e extensão*, o Labedisco oferece acesso livre e gratuito a todo e qualquer interessado, tanto por meio do acervo disponibilizado em seu domínio na Internet¹ quanto nos cursos, conferências e encontros.

É, portanto, meta e desafio do nosso Laboratório ampliar e difundir o ensino e a pesquisa acerca dos estudos discursivos e do corpo, propondo

¹ Site oficial do Labedisco: <http://www.uesb.br/labedisco>

espaços de amplo diálogo entre os mais diversos ramos dos saberes, estando atualmente em curso na UESB, sob a coordenação do Prof. Dr. Nilton Milanez, diversos projetos com o escopo mencionado retro: 1) o Projeto de Pesquisa Materialidades do Corpo e do Horror, iniciado em fevereiro de 2010; 2) o Projeto de Extensão Análise do Discurso: discurso fílmico, corpo e horror, iniciado em fevereiro de 2012; 3) o Projeto de Pesquisa e Extensão Memória e Corpo no Audiovisual, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Memória, Linguagem e Sociedade/UESB; 4) o Projeto de Pesquisa e Extensão Discursos sobre o corpo e formas de subjetivação em materialidades verbais e não verbais, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística/UESB.

Acerca das propostas do Labedisco, associadas às dos Programas de Pós-Graduação referidos, entendemos ser importante elucidar os pontos aos quais fazemos referência ao construir uma nova perspectiva em torno do dispositivo, entendendo-o a partir dos constructos de Michel Foucault, em relações estabelecidas com as questões do discurso, da memória e do corpo no audiovisual. Primeiro, a memória é compreendida dentro de processos discursivos que salientam a memória histórica em suas configurações coletivas, como jogo de produções de imagens que circulam no corpo social e no corpo individual dos sujeitos de nosso tempo. Por isso, a repetição é, para nós, um elemento fundamental na construção da memória, possibilitando que os discursos se apaguem, se associem e se atualizem em outros enunciados nunca antes pensados. Segundo, o corpo é concebido não em seus traços formais biológicos ou mentais, mas focalizado em sua existência histórico-material. Para tanto, o corpo, como discurso, coloca em evidência sua existência histórica, o seu estatuto material e reafirma, contradiz e reconfigura as posições do sujeito em uma rede de memória histórica das imagens.

Em parênteses, destacamos que nos interessa o corpo discursivo no campo das anormalidades, das monstruosidades e da desordem das moralidades. Nessa esteira, o objeto sobre o qual nos debruçamos para descrever, problematizar e analisar a memória e o corpo em seus funcionamentos

discursivos é o audiovisual. Em específico, interrogamos as formas do *dispositivo audiovisual* e sua sintaxe organizacional no que se refere à ordem discursiva da imagem em movimento e de sua materialidade sonora, constituindo um arcabouço de lugares institucionais e sócio-históricos para o sujeito (Milanez, 2011).

Nessa baila, como esclarecíamos em parágrafo anterior acerca da importância dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo Labedisco, um curso realizado em abril de 2013, intitulado “Pensar com Paul Veyne”,² delimitou e fez reportar a temática do dispositivo como recorrente nas discussões proporcionadas pelo laboratório entre seus pesquisadores durante quatro semanas de conferências. O curso objetivou discutir os conceitos de discurso e sua relação com a história, a partir da releitura de *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault (2009), e de *Foucault, o pensamento, a pessoa*, de Paul Veyne (2008). Cada encontro seguiu a estrutura de apresentação de um tópico específico, que serviu de apoio para o debate dentro do grupo, com possibilidade de extensão das reflexões alcançadas – como é o caso da produção deste texto.

De um lado, as discussões no curso visaram às questões teórico-analíticas em torno dos estudos discursivos foucaultianos; de outro, tratou-se também de encontros de orientação para estudantes de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, com suas pesquisas em desenvolvimento. Vale ressaltar que foram feitos registros audiovisuais de todos os encontros, de modo a compor o arquivo da nossa memória de grupo de pesquisa, inclusive dentro de um quadro de dispositivo, e cuja transcrição pôs em diálogo a possibilidade da conversão dos debates neste presente trabalho.

O curso “Pensar com Paul Veyne”, assim, compôs-se como uma atividade extensionista, inclusive pela abertura a toda a comunidade. O “pensar com”, *in casu*, revela a concepção tomada pelo nosso laboratório como grupo, acerca do modo de construir conhecimentos: não de forma isolada, mas dialogada; não pautada na mera repetição de conceitos, mas amparada no

² Site oficial do curso: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomveyne/?pagina=inicial>, coordenado pelos professores Dr. Nilton Milanez e Dnda. Cecília Barros-Cairo.

“como” esses conceitos funcionam em cada objeto de pesquisa e em como isso nos significa no mundo hoje. Findas as atividades do curso, a partir das conversas e embates, lançamo-nos a organizar os pensamentos para, refletindo sobre o dispositivo em Foucault, compreendê-lo como dispositivo no suporte audiovisual. É a partir da adoção dessa postura de diagnosticadores foucaultianos, com a inquietação de transpor a descrição para esquadrihar as relações e os discursos que dela emergem, que procuraremos, a partir de agora, retratar nosso percurso, obviamente não concluído, de pensamento acerca do *dispositivo audiovisual* – assim o chamaremos – e nossas (in)conclusões sobre o tema.

DISPOSITIVO EM FOUCAULT, DISPOSITIVO AUDIOVISUAL

As interrogações acerca do que é dispositivo e de como podemos pensar o conceito na materialidade audiovisual marcaram e marcam as testas e falas dos integrantes do Labedisco. As inquietações vão desde o conceito tal como foi desenvolvido por Foucault ao seu funcionamento no objeto tratado por cada um em seus *corpus* provenientes do cinema, da telenovela, da série de TV, do vídeo veiculado pela Internet ou produzido pelas câmeras de monitoramento dispostas pelas ruas das cidades, variados *corpora* que constituem as pesquisas dos integrantes do laboratório. Desse modo, esclarecemos que tratamos do audiovisual entendendo-o como a teia de dispositivos discursivos sob a forma de filmes e vídeos, em produções de curta ou longa-metragem, programas de TV, séries e seriados, telenovelas, propaganda e imagens em movimento capturadas por meio de tecnologias como celulares, *webcams*, câmeras de vigilância e escondidas, entre outras.

Entendendo o dispositivo, a partir das nossas leituras foucaultianas, como um conjunto de táticas, leis e estratégias que fazem ver, dizer e institucionalizar os sujeitos (Foucault, 1985a, 1985b), compreendemos que, diante da diversidade das materialidades audiovisuais sobre a qual nos debruçamos, faz-se necessário delimitar e situar os ingredientes que, similarmente, as unificam em sua existência. Exatamente porque o componente de produção de imagem em movimento e som atravessa todas essas materialidades,

independendo de seu teor estilístico, justificamos a maneira de nos referirmos a esse dispositivo, teórica e analiticamente, como *dispositivo audiovisual*. Estamos aludindo, ao olhar para o dispositivo audiovisual, tanto para seus recursos e estratégias de elaboração de imagem em movimento e som quanto para os discursos e práticas que eles produzem.

Dispositivo e arquivo. As discussões, especialmente em torno do discurso, do arquivo e do *a priori* histórico durante o curso “Pensar com Paul Veyne” - no qual, arqueologicamente, propusemos os questionamentos acerca do dispositivo e, em cheque, do dispositivo audiovisual - possibilitaram que relacionássemos, como muitos nós compondo uma rede, todos esses conceitos. O primeiro ponto de entendimento é o de dispositivo audiovisual como lugar de enunciação em sua constituição como arquivo, de modo que tudo que pode ser pronunciado o é a partir dele. O arquivo, que está no seio da história, está a nosso serviço para pensarmos o presente, o nosso lugar, quem somos nós no mundo hoje. Em um trabalho arqueológico de tessitura, entendemos que a função enunciativa do dispositivo audiovisual evidencia-se na relação entre os seus objetos e a existência histórica deles, nos quais o arquivo que os compõe está tratando, ao mesmo tempo, do regimento discursivo da imagem em movimento e do som. Esse caráter do audiovisual, tomado como estratégia e condição de possibilidade de estatutos históricos, dá a ver tanto o sujeito em foco quanto o sujeito que ouve e vê um tipo de produção desse tipo.

Referimos-nos aqui às modalidades enunciativas de uma determinada materialidade audiovisual, nas quais o lugar de quem enuncia, o modo de enunciar (com a câmera fixa, em *travelling*³ ou *zoom*, por exemplo), os procedimentos de controle do próprio discurso audiovisual, por meio do dispositivo, trazem à tona saberes sobre o sujeito. Tal dispositivo, sabemos, não existe por si e em si, mas somente por meio de práticas, como ocorre com o poder. Entre os vários sistemas de práticas possíveis, o dispositivo seria um sistema

³ *Travelling*, na terminologia de cinema e audiovisual, é todo movimento de câmara em que esta realmente se desloca no espaço, em oposição aos movimentos de panorâmica, nos quais a câmara apenas gira sobre o seu próprio eixo, sem se deslocar.

de práticas determinado (sistema de ações, estratégias e mecanismos voltados para o sujeito da ação e para as ações possíveis de um sujeito). No dispositivo audiovisual, a estratégia cinematográfica é criadora de um saber sobre o sujeito, e as pequenas práticas compõem as modalidades de dizibilidade e visibilidade. Juntas, essas modalidades tramam com a historicidade do seu foco, que traz consigo uma série de outras séries, um quadro como unidade, em meio a outros quadros em dispersão. Assim, analisar o dispositivo audiovisual baseando-nos nas concepções de Foucault sobre arquivo implica buscar esse lugar de enunciação em suas movências, na “movimentação dos discursos [...] nos atos praticados por sujeitos historicamente determinados” (Gregolin, 2004, p. 36).

Dispositivo e a priori. Esse lugar da simultaneidade de quadros, de um conjunto de enunciados que em sua dispersão apresenta uma regularidade, leva-nos a pensar sobre a relação do dispositivo com o *a priori* – sempre – histórico (Veyne, 2008), cujo princípio regula o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares, o seu funcionamento e sua inserção nas tramas da história. A articulação das evidências da história e da memória marcadas no sujeito, define, modela, nomeia e faz emergir em visibilidade, à luz dos nossos olhos, por meio de estratégias a que equivale esse dispositivo. Mas, nesse sentido, entendemos também que as coisas ditas e vistas por meio do dispositivo audiovisual não se acumulam indefinidamente, não se inscrevem em uma linearidade sem ruptura nem desaparecem ao simples acaso. Pensando com Veyne e Foucault, observamos que, na tela do cinema, da TV ou do computador, a imagem em movimento é agrupada em figuras distintas, que se compõem umas com as outras segundo relações múltiplas (Foucault, 2009) em um lugar do deslocamento e de produção do novo, mas também da coexistência enunciativa na superfície do acontecimento.

Dispositivo, atualidade e materialidades. Considerando os recursos materiais do dispositivo audiovisual, propomos-nos à compreensão do sujeito da cena, cercado das imagens em movimento que, ao mesmo tempo que contam uma história, também produzem a história de quem somos hoje. Assim, a projeção audiovisual faz identificar e constituir o sujeito em processos implicados sob relações determinadas de forças e deslocados na direção de um eixo cujas experiências colocam-se como “prova da realidade

e da atualidade” (Foucault, 2006, p. 267). Neste sentido, entendemos que o dispositivo audiovisual traz o sujeito do seu foco à visibilidade e ao (re)conhecimento por meio dos seus regimes de saber e poder, efetuando produções de sentido que demarcam, fixam e mantêm a sua composição mediante a repetição e multiplicação de discursos verbais e não verbais.

Quando olhamos para uma dessas materialidades audiovisuais, seja o cinema, a telenovela, a propaganda televisiva, seja um vídeo veiculado na Internet, notamos que as leis que permitem a sua circulação são produtoras de sentido que fazem repercutir os processos históricos e discursivos que constituem as subjetividades. Ao observarmos, em uma determinada cena, o enquadramento de um rosto ou de um objeto fora do campo, a inserção de certo som intencional durante a edição ou a iluminação em filtros de um espaço filmado, o movimento aproximado em *travelling* da câmera ou mesmo o uso de uma câmera fixa, compreendemos que o uso dessas práticas regulamentam a produção das imagens em som e movimento e, da mesma maneira, também regem a produção discursiva do que tratam. Por ultrapassar a condição de uma redutível aplicação do conceito de dispositivo, tomado dos trabalhos de Foucault, ao suporte audiovisual, nossas discussões fizeram-nos perceber que o audiovisual configura-se como propriamente um dispositivo, porque versa a partir de suas estratégias e procedimentos de controle da imagem dentro do quadro como também sua materialidade sonora, constituindo o que compreendemos por dispositivo audiovisual.

Dispositivo audiovisual e corpo. No dispositivo audiovisual, o corpo, na perspectiva de sua existência material e histórica, liga-se a rede e margens de enunciados múltiplos, distintos e até mesmo contraditórios (Milanez, 2009a, 2009b), convertendo-se em discurso. Tomamos, assim, o enlace de corpo e audiovisual na esteira de Jean-Jacques Courtine e Antoine de Baecque, um dos fundadores do *Cahiers de Cinéma*, que coloca em evidência essa relação ao afirmar a definição da produção da imagem em movimento no ato de “registrar com o auxílio de uma câmera, corpos que se relacionam em um espaço” (Baecque, 2008, p. 481). Desse modo, problematizamos o regime de existência do corpo e a produção de seus sentidos nos objetos do dispositivo audiovisual. É o corpo que nos serve de suporte para a recepção e a produção

de imagens, é o *medium* pelo qual a cultura visual e seus ecos se inscrevem e escrevem nossos próprios corpos (Milanez, 2009a). Fica estabelecida, assim, uma relação constitutiva entre corpo e imagem em som e movimento. Certamente há uma especificidade para tratar: esses dois eixos – corpo e audiovisual – estão relacionados a uma teoria do discurso e é justamente nesse escopo epistemológico que nos esforçamos para compreendê-los. Para isso, perguntamo-nos qual é o *regime de existência como objetos de discurso* (Foucault, 2009) para as questões do corpo e do audiovisual.

O corpo como discurso, portanto, é tomado como irrupção de um acontecimento e, em especial, podemos examiná-lo da forma como ele se redistribui em nossa sociedade e história, tomando como método a investigação das marcas do passado que podemos nele encontrar, observando os tipos de hierarquias que ali se estabelecem e as redes de encadeamento que propõe a partir das práticas realizadas no e pelo dispositivo audiovisual. Tal modo de ver o corpo na produção do dispositivo audiovisual, acreditamos, é capaz de ordenar uma *atualidade de saber* (Foucault, 2009) que constrói sentidos para uma narrativa sobre o modo de ser e sermos vistos como sujeitos. Enfim, os quadros que se entrelaçam entre história e corpos para compor o sistema e o conjunto de discursos das imagens que são criadas em uma determinada época, cujas regras, funcionamentos e práticas delimitam o campo da memória e da apropriação dos corpos da maneira como é possível dizer sobre eles, são constitutivos do dispositivo audiovisual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E para quem e o que mais vier. Difícil às vezes é categorizar um texto. Talvez aqui tenhamos mais um relato do que um artigo, porém, um relato científico do trajeto das pesquisas que o Labedisco/CNPq/UESB está construindo. Mais do que agrupar autores e pensar sobre suas regularidades, estávamos preocupados aqui em narrar o resultado do curso “Pensar com Paul Veyne”. Ao fim deste texto, cuja brevidade justifica-se pelos passos ainda tão inquietos, sabemos que a intenção de articular um projeto conceitual em torno do dispositivo audiovisual é arriscada, haja vista que emprestamos

uma noção foucaultiana cara e densa para nos servir nesse deslocamento. Sabemos também que o risco é referente aos meandros teóricos que estão alocados entre os constructos do discurso e os do cinema, o que, sob alguma ótica, poderia nos desautorizar na empreitada analítico-conceitual em torno do que então concebemos como dispositivo audiovisual.

O fato é que, no batimento teórico-reflexivo entre *A arqueologia do saber*, de Foucault, e a obra *Foucault, o pensamento, a pessoa*, de Veyne, iniciamos a discussão sobre dispositivo, que nos inquietou sobre os modos como ele se constitui para as bases teórico-analíticas dos trabalhos de pesquisa de nossos pesquisadores. Chegamos a alguns pontos que consideramos importantes e disparadores de novas discussões: a) o dispositivo como relação de tática e de estratégia em face de um objeto discursivo; b) a mobilização do dispositivo via o *a priori* histórico; c) o posicionamento do dispositivo entre atualidade e materialidades audiovisuais; d) o embate do corpo com as leis, regras e estratégias que o dispositivo impõe.

Portanto, não se trata de um texto classicamente formatado, mas do relato de uma discussão que não conseguiu deixar de ouvir os sussurros da história e de sua emergência nas produções audiovisuais que o Labedisco vem desenvolvendo. Para nós, foi uma experiência ímpar ver surgir com tanta força um conceito do qual não podemos mais escapar. Acreditamos que a condição de possibilidade de emergência desse conceito é fruto dos estudos foucaultianos que vêm sendo desenvolvidos em *Análise do Discurso*. Ou seja, parafusar a porca não é suficiente, temos mesmo é de seguir as pegadas do escavamento foucaultiano e compreender que cada camada histórica que compõe o solo sobre o qual trabalhamos dá visibilidade e ferramenta para materialidades novas e outras, dentro de um percurso arqueológico que se abre ao acolhimento de outras perspectivas e entrelaçamentos. Em nosso caso, da teoria do discurso faz parte uma teoria do audiovisual. Não se trata de linhas divisórias, mas de um dispositivo cujo conjunto clama pela multiplicidade de táticas e recursos que dão ao sujeito a possibilidade de exercer sua singularidade. No final mesmo, a pergunta que nos move está naquele lugar em que o sujeito ocupa no dispositivo em face das suas formas de visibilidade, dizibilidade e audibilidade.

Por fim, arriscamos deixar transparecer o esboço de nossas inquietudes e das mobilidades que cruzam o caminho do que estamos chamando de dispositivo audiovisual, percursos teórico-analíticos que não estão dados, mas que, aqui, tomam a forma de registro, que futuramente se consolidará ou se transformará, sendo úteis para vermos e ouvirmos a nós próprios. Visto que o nós é constituído por inúmeras alteridades institucionais, domésticas e íntimas, acreditamos estar falando em rede e levantando, sem vergonha, as dobras da saia desse momento da história. Nesse caso, não propusemos uma definição nem mesmo uma determinação, mas buscamos apresentar quatro ou cinco pontos que falam da constituição de um dispositivo em sua especificidade, no quadro dos estudos foucaultianos discursivos concernentes ao audiovisual.

REFERÊNCIAS

BAECQUE, A. de. Telas. O corpo no cinema. In: CORBIN, A. COURTINE, J-J.; VIGARELLO, G. *História do corpo*. As mutações do olhar (o século XX). Trad. e rev. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 481-507.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985a.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985b.

_____. A prisão em toda parte. In: _____. *Ditos e escritos VI: Estratégias de Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: Diálogos & Duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

MILANEZ, N. A possessão da subjetividade. In: SANTOS, J. B. C. dos (Org.). *Sujeito e subjetividades: discursividades contemporâneas*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2009a.

_____. Corpo cheiroso, corpo gostoso. *Acta Scientiarum*. Language and Culture. Universidade Estadual de Maringá, v. 31, n. 2, july/dec., p. 215-222, 2009b.

_____. *Discurso e imagem em movimento*. O corpo horrífico do vampiro no trailer. São Carlos, SP: Claraluz, 2011.

VEYNE, P. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Trad. Luís Lima. Rio de Janeiro: Texto e Grafia, 2008. (Coleção Pilares)

Sobre os autores

Analyz Pessoa Braz: mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB) (2013) e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (Labedisco/UESB), sob a orientação do Prof. Dr. Nilton Milanez. Graduada em Direito pela UESB (2010), advogada e especialista em Direito Público pela Universidade de Araras (UNAR) (2011).

Antônio Fernandes Júnior: possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (1997), mestrado (2002) e doutorado (2007) em Estudos Literários pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Goiás, campus Catalão. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira e Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: Letra de Música e Poesia no Brasil; Arnaldo Antunes; autoria e suporte de textos; poesia e infância; práticas de subjetivação e construção do sujeito na atualidade.

Bruno Franceschini: é graduado em Letras Português/Inglês e respectivas literaturas pela Universidade Estadual de Maringá (2009). Mestre pelo Programa

de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, na área de Estudos Linguísticos, seguindo a linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso. Membro do Grupo de Estudos Foucaultianos (GEF-UEM/CNPq) da Universidade Estadual de Maringá e do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos da Universidade Federal de Uberlândia (LEDIF-UFU/CNPq). É doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia, com bolsa CAPES.

Carlos Piovezani: professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. Atualmente, é o Coordenador do PPGL/UFSCar (cursos de Mestrado e Doutorado) e um dos coordenadores do Laboratório de Estudos do Discurso da UFSCar (LABOR/UFSCar). Especialista em Análise do Discurso, seus trabalhos consagram-se à fala pública antiga e moderna e ao discurso político brasileiro contemporâneo, examinando particularmente certos usos e efeitos da voz em pronunciamentos públicos, e a discursos sobre a voz, constituídos em diversas condições de produção. É organizador de diversas obras nessa área do conhecimento e autor do livro *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*, publicado em 2009 pela Editora UNESP, e de vários capítulos de livros e artigos publicados no Brasil e no exterior.

Cecília Barros-Cairo: doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e mestre pelo mesmo programa (2012), com estágio sanduíche na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2010) e na Sorbonne Nouvelle - Paris III (2011). Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (Labedisco/CNPq), sob a coordenação do Prof. Dr. Nilton Milanez (UESB). Graduada em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) (2007) e especialista em Psicologia da Saúde pela Faculdade Juvêncio Terra (FJT) (2008). No que tange à formação teórica atual, estão em ênfase os estudos sobre subjetividade, memória, discurso, corpo e cinema.

Cleudemar Alves Fernandes: professor associado da Universidade Federal de Uberlândia, atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos; é líder do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos nessa universidade, com cadastro no diretório de grupos de pesquisa do CNPq (LEDIF/UFU/CNPq). Possui mestrado (1997) e doutorado (2001) em Linguística, subárea Análise do Discurso, pela Universidade de São Paulo, ambos como bolsista CAPES; e pós-doutorado (2011) pela UNESP-CAR, como bolsista Pesquisador Sênior CNPq, sobre o tema Discurso e Sujeito em Michel Foucault. É autor e organizador de livros sobre Análise do Discurso e autor de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais.

Denise Gabriel Witzel: possui graduação em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis) (1989), mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Maringá (2003) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (FCL/UNESP-Araraquara) (2011). Em 2009, realizou estudos no programa de doutorado sanduíche na Universidade Louis Lumière de Lyon II, França. Desde 1998, é professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro-Guarapuava/PR). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino da língua portuguesa, identidade, discurso e mídia.

Humberto Pires da Paixão: possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1994) e em Letras/ Português pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2009), especialização em Leitura e Produção de Texto pela Universidade Federal de Goiás (2002), mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2013) e curso doutorado na mesma universidade. Atualmente é servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás e professor da rede particular de ensino. Tem experiência na área de Letras.

João Marcos Mateus Kogawa: professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp-Guarulhos). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP- Araraquara, com

período de estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle - Paris III, sob supervisão do Prof. Jean-Jacques Courtine. Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP-Araraquara. Graduado em Letras pelo Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé. Tem experiência como professor e pesquisador na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso.

Kátia Menezes de Sousa: possui graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Goiás (1988), mestrado em Letras e Linguística pela UFG (1995) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora associada da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, sujeito, práticas discursivas, mídia e ensino.

Luzmara Curcino: graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia, mestre e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/FCLAr. É professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da mesma instituição. Coordena o Laboratório de Estudos Interdisciplinares das Representações do Leitor Brasileiro Contemporâneo (LIRE). Traduziu obras sobre história da linguística, da leitura e da escrita, entre as quais, os livros de Roger Chartier *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI ao XVIII)*, publicado pela Editora da UNESP em 2007, e *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*, pela EdUFSCar em 2012. Atua principalmente na área de formação inicial de professores e com história e ensino de práticas de escrita e de leitura.

Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais: possui graduação em Letras/Português pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1994), especialização em Alfabetização e Língua Portuguesa pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (1998), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2006) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

(UNESP) (2010). De 1999 a março de 2011, foi professora do campus da Universidade Federal de Goiás em Jataí e atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Tem experiência nas áreas de Linguística e Educação, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: educação profissional, identidade e linguagem.

Maria Aparecida Conti: possui graduação em Letras Anglo-Portuguesas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Jandaia do Sul (1973), mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (2013). Tem experiência na área de linguística, literatura infantil, leitura e escrita, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: representação, imagem, devir-criança, sujeito e memória.

Nilton Milanez: pós-doutor em Discurso, Corpo e Cinema pela Sorbonne Nouvelle, Paris III. Professor titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista. Professor efetivo dos Programas de Pós-Graduação em Linguística e Memória, Linguagem e Sociedade, ambos na UESB. Coordenador do Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (Labedisco/CNPq). Editor da *Redisco* – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo.

Pedro Henrique Varoni de Carvalho: jornalista, com 23 anos de experiência em telejornalismo em afiliadas da Rede Globo, na maior parte do tempo ocupando cargos executivos. É atualmente diretor de Jornalismo da TV Sergipe, afiliada da Rede Globo em Aracaju. Atua também como professor de História da Mídia no curso de Comunicação da Universidade Tiradentes (UNIT), em Aracaju. Idealizador e produtor de documentários, séries jornalísticas e DVD musicais. É doutor em Linguística (Análise do Discurso) pela Universidade Federal de São Carlos, com tese sobre o poético e o político em Gilberto Gil. Pesquisador da área de linguagem, discurso e mídia, especialista em música popular brasileira e tropicalismo. Integrante do Laboratório de Estudos do Discurso (Labor) e do Grupo de Estudos em mídias interativas (GEMInIs), ambos da Universidade Federal de São Carlos.

Pedro Navarro: leciona no curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá/SP, desde 1996, e no programa de Pós-Graduação em Letras da UEM. Doutorou-se em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP de Araraquara/SP em 2004. Entre os anos de 2010 e 2011 realizou estágio de pós-doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp/SP. Desde 1992 vem realizando pesquisas voltadas à produção de discursos determinados por sentidos advindos de lugares institucionais constituídos pelo pedagógico, pelo religioso e pelo midiático. Adota, como dispositivo teórico-metodológico, as noções e os conceitos da Análise do Discurso francesa, a partir de uma perspectiva que considera o diálogo entre esse campo, a filosofia e a história, representados, respectivamente, por Michel Pêcheux, Michel Foucault e Michel de Certeau. Seu tema de pesquisa abarca a relação discurso, sentido e mídia. Dedicou-se, atualmente, ao estudo dos processos discursivos de subjetivação do idoso, do executivo e dos sujeitos da educação, em textos e imagens da mídia impressa, televisiva e online. Líder de Grupo de Estudos Foucaultianos (GEF) da UEM, é pesquisador Produtividade do CNPq, nível 2.

Vanice Maria Oliveira Sargentini: professora Associada nível 4 do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos e Coordenadora do Laboratório de Estudos do Discurso da UFSCar (Labor/UFSCar). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara, com pós-doutorado (PDE/CNPq) na Sorbonne Nouvelle - Paris III. Organizadora desde 2006 do Colóquio Internacional de Análise do Discurso (CIAD), no qual são discutidos temas que se articulam aos interesses de pesquisa do campo: teoria, métodos e objetos da Análise do Discurso; semiologia, discurso e história; contribuições de M. Foucault aos estudos do discurso. Possui publicações na área dos estudos do discurso político, em especial sobre o papel da multimodalidade na produção dos discursos políticos na contemporaneidade.

© Antônio Fernandes Júnior, Kátia Menezes de Sousa, 2014
Direitos reservados para esta edição:
UFG/ Catalão

Revisão
Cânone Editoração Ltda.

Projeto gráfico da coleção e capa
Alanna Oliva

Imagem da capa
Cleudemar Alves Fernandes

Editoração eletrônica
Alanna Oliva

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP)
GPT/BSCAC/UFG

D612 Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade /
Organizadores Antônio Fernandes Júnior; Kátia Menezes de Sousa. –
Goiânia: Gráfica UFG, 2014.

240 p.

(Coleção labor; 19)
ISBN: 978-85-68359-14-3

1. Dispositivos. 2. Michel Foucault. 3. Práticas discursivas. I. Fernandes
Júnior, Antônio. II. Sousa, Kátia Menezes.

CDU:1



Impressão e acabamento Cegraf – UFG
Câmpus Samambaia, Caixa Postal 131
74001-970 – Goiânia – Goiás – Brasil
Fone: (62) 3521 1107 – Fax: (62) 3521 1814
editora@ufg.br – www.cegraf.ufg.br